

AFONSO RIBEIRO DAMASCENO NETO

---

# A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO

---

A PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA  
NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NÉSTOR LIMA,  
PARNÂMIRIM-RN NO ANO DE 2020



---

SÃO PAULO | 2026



AFONSO RIBEIRO DAMASCENO NETO

---

# A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO

---

A PERCEPCÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA  
NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NÉSTOR LIMA,  
PARNÂMIRIM-RN NO ANO DE 2020



---

SÃO PAULO | 2026



1.<sup>a</sup> edição

**Autor**

Afonso Ribeiro Damasceno Neto

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA  
A INSTITUIÇÃO DE ENSINO-A PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E  
PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA,  
PARNAMIRIM-RN NO ANO DE 2020**

ISBN 978-65-6054-359-1



Autor

Afonso Ribeiro Damasceno Neto

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO-A PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E  
PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA,  
PARNAMIRIM-RN NO ANO DE 2020

1.<sup>a</sup> edição

SÃO PAULO  
EDITORA ARCHÉ  
2026

**Copyright © dos autores e das autoras.**

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D167i Damasceno Neto, Afonso Ribeiro.  
A importância do projeto político pedagógico para a instituição de ensino [livro eletrônico] : a percepção entre teoria e prática na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, Parnamirim-RN no ano de 2020 / Afonso Ribeiro Damasceno Neto. – 1. ed. – São Paulo, SP: Editora Arché, 2026.  
211 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-6054-359-1

1. Educação – Projeto político-pedagógico. 2. Políticas públicas – Gestão democrática. 3. Administração escolar – Brasil. 4. Teoria e prática – Ensino fundamental. I. Título.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

1ª Edição- *Copyright*© 2026 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista, José Rafael Santos da Silva e Cristiana Teixeira da Silva.

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos,

Ilustrações: José Rafael Santos da Silva, Ana Cláudia Néri Bastos, Talita Tainá Pereira Batista e Cristiana Teixeira da Silva.

Revisão: Cristiana Teixeira da Silva, Ana Cláudia Néri Bastos, José Rafael Santos da Silva e Talita Tainá Pereira Batista.

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

## **EQUIPE DE EDITORES**

### **EDITORA- CHEFE**

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

### **CONSELHO EDITORIAL**

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubiranilze Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciências Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

## **DECLARAÇÃO DOS AUTORES**

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## **DEDICATORIA**

A Deus por me conceder forças para continuar sempre em frente e avançar sobre os desafios.

A minha esposa e filhos por me apoiarem nas minhas batalhas, sempre me incentivando a ser cada vez melhor.

A toda minha família e amigos que acreditaram nesse sonho junto comigo e me ajudaram com suas palavras de incentivo.

A meu avô/pai Chiquinho Silva que me ensinou a ser quem sou hoje.

**Afonso Ribeiro Damasceno Neto**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo em minha vida, pela minha família, pelos amigos, pela vida de todos. Muito obrigado!

**Afonso Ribeiro Damasceno Neto**

A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.  
- Albert Einstein

## RESUMO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento construído com a participação da comunidade escolar para orientar o fazer pedagógico e acompanhar o ensino-aprendizagem. No entanto, em muitas escolas públicas, ele não existe ou não é efetivamente aplicado, servindo apenas para cumprir exigências burocráticas da Lei nº 9.394/1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Muitas vezes, fica engavetado, desconhecido ou ignorado por falta de interesse ou informação. Este estudo investigou a existência, construção e aplicação prática do PPP na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, em Parnamirim-RN, no ano de 2020. Buscamos compreender como um documento essencial pode ser negligenciado, analisando seu processo de elaboração, implementação e avaliação no ensino fundamental II. O público-alvo foram professores dos anos finais, aos quais aplicamos um questionário virtual com 16 questões diretas. Além disso, realizamos reuniões presenciais para aprofundar a análise das respostas. Os dados coletados foram organizados em tabelas e gráficos, revelando falhas na divulgação do PPP e um certo desinteresse da comunidade escolar em utilizá-lo como ferramenta ativa. Os resultados indicam que, apesar de sua relevância, o documento é pouco utilizado no ambiente escolar, evidenciando a necessidade de maior engajamento e estratégias para torná-lo mais presente no cotidiano da escola.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Gestão Democrática. Projeto Político-Pedagógico.

## ABSTRACT

The Political-Pedagogical Project (PPP) is a document constructed with the participation of the school community to guide pedagogical practice and monitor teaching and learning. However, in many public schools, it does not exist or is not effectively applied, serving only to fulfill bureaucratic requirements of Law No. 9.394/1996, the Law of Guidelines and Bases of Education. Often, it remains shelved, unknown, or ignored due to lack of interest or information. This study investigated the existence, construction, and practical application of the PPP at the Emérito Nestor Lima Municipal School in Parnamirim-RN, in 2020. We sought to understand how an essential document can be neglected, analyzing its process of elaboration, implementation, and evaluation in elementary school II. The target audience was teachers of the final years, to whom we applied a virtual questionnaire with 16 direct questions. In addition, we held face-to-face meetings to deepen the analysis of the responses. The collected data were organized into tables and graphs, revealing shortcomings in the dissemination of the PPP (Political-Pedagogical Project) and a certain disinterest from the school community in using it as an active tool. The results indicate that, despite its relevance, the document is underutilized in the school environment, highlighting the need for greater engagement and strategies to make it more present in the daily life of the school.

**Keywords:** Education. Public Policies. Democratic Management. Political-Pedagogical Project.

## RESUMEN

El Proyecto Político-Pedagógico (PPP) es un documento construido con la participación de la comunidad escolar para orientar la práctica pedagógica y acompañar el proceso de enseñanza-aprendizaje. Sin embargo, en muchas escuelas públicas, no existe o no se aplica de manera efectiva, sirviendo únicamente para cumplir con las exigencias burocráticas de la Ley n° 9.394/1996, la Ley de Directrices y Bases de la Educación. Con frecuencia, queda archivado, desconocido o ignorado por falta de interés o información. Este estudio investigó la existencia, construcción y aplicación práctica del PPP en la Escuela Municipal Emérito Nestor Lima, en Parnamirim-RN, en el año 2020. Buscamos comprender cómo un documento esencial puede ser descuidado, analizando su proceso de elaboración, implementación y evaluación en la educación fundamental II. El público objetivo fueron profesores de los últimos años, a quienes aplicamos un cuestionario virtual con 16 preguntas directas. Además, realizamos reuniones presenciales para profundizar en el análisis de las respuestas. Los datos recopilados fueron organizados en tablas y gráficos, revelando deficiencias en la divulgación del PPP y un cierto desinterés de la comunidad escolar en utilizarlo como una herramienta activa. Los resultados indican que, a pesar de su relevancia, el documento se utiliza poco en el entorno escolar, lo que evidencia la necesidad de mayor compromiso y estrategias para hacerlo más presente en la rutina de la escuela.

Palabras clave: Educación. Políticas Públicas. Gestión Democrática. Proyecto Político-Pedagógico.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Qual disciplina você leciona? .....	136
GRÁFICO 2 – Qual nível de ensino você leciona?.....	139
GRÁFICO 3 – Qual o seu nível de instrução? .....	142
GRÁFICO 4 – Qual a sua função na escola hoje .....	145
GRÁFICO 5 – Qual a sua idade? .....	147
GRÁFICO 6 – Quantos anos está em sala de aula lecionando? .....	149
GRÁFICO 7 – Em quantas escola você está lecionando atualmente? .....	151
GRÁFICO 8 – Quando chegou na atual escola que você trabalha, alguém lhe apresentou o projeto político pedagógico da escola .....	153
GRÁFICO 9 – Já ouviu falar em sua escola em Projeto Político Pedagógico?.....	155
GRÁFICO 10 – Você já leu o Projeto Político Pedagógico da sua escola alguma vez? .....	157
GRÁFICO 11 – Já foi convidado a participar da construção do Projeto Político Pedagógico da sua escola? .....	158
GRÁFICO 12 – Você percebeu a participação efetiva da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico? .....	160
GRÁFICO 13 – Você sente que Projeto Político Pedagógico é colocado em prática em sua escola?.....	162
GRÁFICO 14 – Nas reuniões de pais e mestres que você já participou, já foi apresentado o Projeto Político Pedagógico da escola para pais / responsáveis .....	164
GRÁFICO 15 – Em algum momento em sala de aula, você ou alguém da equipe gestora entrou para falar aos alunos sobre o Projeto Político Pedagógico? .....	165
GRÁFICO 16 – Qual o nível de importância na sua opinião do PPP para o desenvolvimento do educando em sua escola .....	167

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>BNCC</b>	Base Nacional Curricular Comum
<b>CMEIs</b>	Centros Municipais de Educação Infantil
<b>DCN</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>FUNDEB</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>NEE</b>	Necessidades Educativas Especiais
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PME</b>	Plano Municipal de Educação
<b>PPP</b>	Projeto Político-Pedagógico

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 01</b> .....	<b>18</b>
INTRODUÇÃO	
<b>CAPÍTULO 02</b> .....	<b>29</b>
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
<b>CAPÍTULO 03</b> .....	<b>120</b>
MARCO METODOLÓGICO	
<b>CAPÍTULO 04</b> .....	<b>134</b>
MARCO ANALÍTICO	
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>169</b>
<b>RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>182</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>187</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>194</b>
<b>ÍNDICE</b> .....	<b>206</b>

## **CAPÍTULO 01**

### **INTRODUÇÃO**

## 1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira está em constante transformação e aprimoramento. Recentemente, tivemos avanços significativos que melhoraram a qualidade da relação ensino-aprendizagem e proporcionaram uma educação de maior qualidade e significado para todos os brasileiros.

Entre esses avanços, destaca-se a criação do **FUNDEB** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, que destina parte dos recursos arrecadados pela União para investimentos na educação brasileira. Atualizado recentemente em 2020 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, o **FUNDEB** passou a ter caráter permanente, e os recursos serão gradualmente aumentados de 10% para 23% até 2026. Outro avanço considerável foi a obrigatoriedade e universalização do ensino, que determina que pais e/ou responsáveis devem matricular menores entre 4 e 17 anos de idade, responsabilizando-os, assim como o Estado, por garantir as condições de permanência do educando na escola.

É importante também citar o **PNE** – Plano Nacional de Educação, que estabeleceu metas e um planejamento a longo prazo (2014-2024) para atingir um nível de educação adequado à realidade brasileira. A educação inclusiva, prevista no Plano Nacional de Educação, garante o acesso à educação básica e ao atendimento especializado para toda a população entre 4 e 17 anos com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação ou deficiência.

Além disso, a **BNCC** – Base Nacional Comum Curricular,

aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2017, é um documento que orienta o desenvolvimento profissional contínuo dos educadores e as competências necessárias para a educação do século XXI, como autoconhecimento e habilidades socioemocionais. A **BNCC** deve servir como um instrumento de nivelamento e igualdade para o sistema de ensino-aprendizagem brasileiro.

Esses avanços frequentemente não alcançam os professores na educação brasileira, que acabam carregando o fardo de serem responsabilizados pela má qualidade da educação. Diversas publicações, como artigos e reportagens, afirmam que os professores não estão preparados ou capacitados para desempenhar um papel tão importante na educação de nossas crianças.

No entanto, é fundamental considerar fatores que reduzem a qualidade do ensino oferecido pelos professores, tais como: cansaço físico e mental, a quantidade de tarefas associadas à profissão que precisam ser realizadas em casa, baixos salários que muitas vezes obrigam o professor a trabalhar em várias escolas e até mesmo em turnos múltiplos para alcançar um certo conforto e qualidade de vida, além do excesso de burocracia com planejamentos, correção de atividades, elaboração de provas, leituras obrigatórias, cadernetas e turmas com até 40 alunos em uma única sala de aula. Não é necessário nem mencionar os casos de agressão contra os professores.

Por esses motivos, há um alto índice de professores adoecendo e sendo afastados da sala de aula devido a enfermidades como depressão, síndrome do pânico, entre outras.

Os avanços alcançados atualmente pela educação brasileira, aliados a uma boa gestão escolar e a um Projeto Político-Pedagógico (PPP) consistente e aplicável, são a chave para o sucesso de todos que fazem parte da comunidade escolar. O Projeto Político-Pedagógico é o documento da escola que orienta os rumos que a instituição deve seguir em sua prática pedagógica.

Deve ser construído com a participação de toda a comunidade escolar e conter as estratégias a serem seguidas para otimizar o processo de ensino-aprendizagem, definindo objetivos, metas e aspirações a serem alcançadas pela instituição. Para que isso ocorra de forma eficaz, toda a comunidade deve estar envolvida em seu processo de construção e empenhada em sua aplicação prática, para que os objetivos e metas sejam atingidos.

A inclusão do Projeto Político-Pedagógico na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ocorreu na década de 1980, marcada por um movimento de democratização no Brasil e no exterior. Naquela época, o mundo começou a questionar o modelo de Estado intervencionista, no qual as decisões tomadas nas instituições eram centralizadas e verticalizadas, inclusive nas escolas. Nesse contexto, em 1988, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública começou a lutar para que fosse instituída uma gestão democrática do ensino público, garantindo autonomia a cada instituição de ensino (site: [somospar.com.br](http://somospar.com.br), 2020).

Havia uma necessidade latente para que as escolas se adaptassem às novas realidades. Como consequência, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi instituído na Constituição de 1988. A partir de então, a realidade

local de cada comunidade começou a fazer parte das considerações gerais na definição das diretrizes de uma escola. No entanto, mesmo desde 1988, com a inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o PPP ainda não é amplamente difundido entre os participantes da comunidade escolar.

## **1.1. DECLARAÇÃO DO PROBLEMA**

A problematização deste trabalho de pesquisa está relacionada ao Projeto Político-Pedagógico: "Por que um documento tão importante para a instituição escolar é tão difícil de ser construído e colocado em prática?" A partir desse questionamento, investigamos o processo de construção, divulgação e aplicação do PPP, analisando todas as dificuldades nas etapas de construção e aplicação, e verificando a viabilidade prática do PPP no dia a dia da escola ou se ele simplesmente existe para cumprir a formalidade proposta na LDB.

**Linha de investigação:** Análise Institucional e Processos de Inovação Educacional.

A partir da referida linha de investigação examina a relação do Projeto Político Pedagógico que busca integrar o trabalho docente, o currículo escolar, a aprendizagem e as práticas pedagógicas no contexto da escola pública, maximizando a aprendizagem dos educandos.

## **1.2. PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO**

### **1.2.1. Pergunta Geral**

Qual a importância do Projeto Político Pedagógico para a

instituição de ensino: a percepção entre teoria e prática na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, Parnamirim-RN no ano de 2020?

### **1.2.2. Perguntas Específicas**

- Qual o contexto histórico da educação no Brasil para o desenvolvimento do PPP?
- Qual a importância do Projeto Político Pedagógico para a instituição escolar?
- Quais as políticas públicas educacionais e sua importância para o desenvolvimento do PPP para a educação em nosso país?

### **1.3. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

Foram levantadas algumas hipóteses que orientaram a investigação, como: a falta de capacitação dos professores em relação ao PPP, tanto na construção quanto na aplicação; a falta de capacitação dos pais/responsáveis em relação ao PPP; a necessidade de construir o PPP envolvendo toda a comunidade escolar; e a necessidade de criar um projeto de aplicação do PPP com a participação de toda a comunidade escolar.

#### **1.3.1. Objetivo Geral**

Analisar a importância do Projeto Político Pedagógico para a instituição de ensino: a percepção entre teoria e prática na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, Parnamirim-RN no ano de 2020.

### **1.3.2. Objetivos Específicos**

- Descrever o contexto histórico da educação no Brasil para o desenvolvimento do PPP.
- Mensurar a importância do Projeto Político Pedagógico para a instituição escolar.
- Compreender as políticas públicas educacionais e sua importância para o desenvolvimento do PPP para a educação em nosso país.

## **1.4. JUSTIFICATIVA**

O interesse pelo tema justifica-se pela necessidade de entender como um documento de suma importância como o Projeto Político Pedagógico não está colocado em primeiro lugar nas instituições de ensino de nossa cidade, então busco contribuir com a elaboração, divulgação, avaliação e conscientização da comunidade escolar para o Projeto Político Pedagógico.

Diante desses argumentos, buscamos entender o contexto histórico, legislação vigente e a importância para as escolas do Projeto Político Pedagógico de forma a compreender a visão do professor sobre o documento e as reais necessidades em sua aplicação prática dentro da instituição escolar.

## **1.5. VIABILIDADE DA PESQUISA**

O estudo é altamente relevante, pois o assunto trata do documento mais importante para a instituição escolar, onde nele está posto os objetivos

e metas a serem alcançadas pela instituição de modo a maximizar a relação ensino aprendizagem, melhorando as condições através da educação as condições sociais da comunidade escolar.

### 1.5.1. Delimitação da Pesquisa

**Epistemológica:** Esta pesquisa se enquadra no campo das Ciências da Educação, investigando a importância do Projeto Político Pedagógico para instituição de ensino. Além disso, o estudo foi desenvolvido dentro da abordagem qualitativa e quantitativa de pesquisa.

**Temporal:** A pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2020.

**Geográfica:** O estudo foi conduzido na cidade de Parnamirim no estado do Rio grande do Norte no Brasil.

**Espacial:** A coleta dos dados primários foi realizada na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, Parnamirim-RN, Brasil, no ano de 2020.

**Limitações:** A principal limitação desta pesquisa foi a Pandemia Covid-19 que a época limitava a interação social através de decretos de distanciamentos social, para a segurança de todos ao redor do mundo. Além disso, outra restrição relevante foi a capacidade dos participantes de responder ao questionário aplicado, devido nem todos terem habilidade com as tecnologias recém aprendidas para conviver durante a pandemia Covid-19. Buscou-se mitigar essa limitação por meio de aplicativos de mensagens e vídeo conferência para reduzir a distância e facilitar o

acesso ao questionário e aos entrevistados.

Além disso, optou-se por aplicar o instrumento de coleta de dados de forma online para evitar possíveis vieses, como falsificação de respostas ou respostas influenciadas pela deseabilidade social.

## **Consequências da Pesquisa**

Na realização desta pesquisa, foram respeitados os princípios éticos quanto à aceitação ou recusa em participar da seleção da amostra. Além disso, a confidencialidade foi preservada, garantindo a proteção dos dados pessoais. Nenhuma informação que pudesse comprometer a comunidade ou seus membros foi divulgada.

Para a pesquisa teórica, os direitos autorais foram respeitados, utilizando-se as devidas citações e referências.

Os resultados da pesquisa foram apresentados à equipe gestora, com o objetivo de servir como base para decisões institucionais.

## **1.6. ESQUEMA DO TRABALHO**

Por fim, após todo o desenho da pesquisa, através da exposição da problemática, objetivos e metodologia, apresentamos a organização da estrutura do trabalho.

**Marco Introdutório** – discorre sobre o desenvolvimento do trabalho e suas especificidades, apresentando a temática de forma simplificada e despertando o interesse do leitor para a continuidade da leitura do documento.

**Marco Teórico** - apresenta o desdobramento histórico da

educação no Brasil para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, desde a chegada dos Jesuítas até os dias atuais, mostrando a importância da educação em cada período destacado. Fazemos também uma análise do Projeto Político Pedagógico da referida escola, abordando o seu conceito, sua importância para o desenvolvimento da instituição escolar e para a melhoria da qualidade da educação. Abordamos as políticas públicas educacionais e sua importância para o desenvolvimento da educação em nossa cidade e, por que não, em nosso país.

**Marco Metodológico** – apresentamos a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, fundamentado em um estudo de campo com abordagem quantitativa e qualitativa. Este trabalho de pesquisa adota um modelo não experimental, utilizando um estudo de caso abordado por uma proposta descritiva que será permeada por métodos qualitativo e quantitativo. O estudo procura medir o grau de conhecimento da comunidade escolar sobre o PPP, empregando instrumentos estatísticos na análise dos dados obtidos através do questionário, utilizando gráficos para melhor compreensão. Também priorizamos o processo de pesquisa como um todo, analisando causas, consequências e efeitos, e não apenas os resultados.

**Marco Analítico** – analisamos os dados obtidos através do questionário aplicado virtualmente aos docentes e suas respostas, apresentando-os de forma gráfica para facilitar o entendimento, além de detalhar os resultados e suas implicações diretas para a escola. Obtivemos resultados interessantes, como no questionamento 8, onde 80% dos professores entrevistados relataram que não foram apresentados ao PPP

escolar ao ingressarem na escola, e no questionamento 12, onde 80% dos professores disseram perceber a participação efetiva da comunidade escolar na construção do PPP da instituição.

**Conclusões** – neste ponto apresentamos as conclusões obtidas através deste trabalho de pesquisa sobre o Projeto Político Pedagógico, como por exemplo a falta de participação da comunidade escolar na construção do documento.

**Recomendações** – aqui sugerimos que o tema seja mais abordado em novas pesquisas, atingindo novos objetivos; que nas universidades o tema possa ser mais debatido nas disciplinas e nos mais variados cursos na área da educação. Para a deixamos que os gestores envolvam mais a comunidade escolar para pleno desenvolvimento do documento na instituição escolar e possa conferir mais fluidez ao processo de construção e avaliação.

**Referências Bibliográficas** – Para compor a pesquisa se fez necessários estudar e analisar diversas obras, artigos, dissertações e teses sobre o referido tema, nos debruçando sobre autores renomados no tema, tais como: Gadotti (1991, 1994, 2000), Veiga (1995, 1998, 200), Vasconcelos (2004, 2006) entre outros grandes autores da educação.

## **CAPÍTULO 02**

### **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

## **2. MARCO TEÓRICO**

### **2.1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

A educação é essencial para todas as pessoas, pois desenvolve no indivíduo o senso crítico, participativo e ativo na sociedade em que está inserido. Além disso, fornece conhecimento acadêmico para preparar os cidadãos para o mercado de trabalho e desenvolver suas habilidades com excelência, garantindo sustento e dignidade para suas famílias.

Dessa forma, a educação transforma a vida de qualquer cidadão para melhor, e contribui para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana e igualitária. A educação é a base sólida da sociedade, construída não somente na escola, mas em qualquer lugar onde haja transmissão de conhecimento e uma boa relação de ensino-aprendizagem.

De acordo com Paulo Freire (1996, p. 79): “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho. As pessoas se educam em comunidade”. Concordamos com o autor, pois a educação pode ser considerada um fenômeno social, histórico e cultural, que ocorre a qualquer momento, individualmente ou em grupos, em qualquer lugar, seja em um supermercado, farmácia, padaria, ou em uma sala de aula.

A educação pode ser transmitida de pai para filho, de pessoas mais velhas para os mais jovens através de histórias e lendas, de professores para alunos, e de alunos para outros alunos, sem preconceitos de idade, gênero, credo, raça ou classe social. Ou seja, precisamos do outro para a propagação e expansão do conhecimento, seja ele científico, cultural ou histórico, e somente assim podemos crescer como sociedade. Nota-se que a educação é dinâmica em todos os aspectos e ocorre em todos os lugares;

até mesmo quando não temos a intenção de educar, estamos fazendo-o sem perceber.

Como Brandão (1981, p. 116) afirma em seu livro *O que é educação*: “Ninguém escapa da educação.” Ou seja, não existe uma única forma ou um único modelo de educação; a educação não acontece somente na escola, e a escola não é o único ambiente onde ela ocorre, nem o professor é o seu único representante. Concordo que a educação é um processo presente em todos os lugares onde há transmissão de conhecimento de uma geração para outra. Mesmo sem a construção de um modelo de ensino formal, a educação pode ocorrer.

Como se observa no cotidiano, o processo educacional vai além dos limites da escola e pode ocorrer em qualquer lugar onde o conhecimento seja repassado de um indivíduo para outro. Concordamos com Brandão que a educação é muito mais ampla do que imaginamos. Ela se manifesta de inúmeras formas e utiliza várias metodologias; podemos ensinar através de imagens, pinturas, sons, escrituras formais ou informais, ou até mesmo apenas com gestos corporais. Portanto, a educação está em todos os lugares e em todos os tempos sempre que houver a necessidade de transmitir uma informação útil ou até mesmo para o mero entretenimento das pessoas ao redor.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (Brandão, 1981, p. 116).

A educação transcende as barreiras do tempo e do espaço, podendo estar presente em todos os lugares, por piores que sejam esses

lugares, adequados ou não. Ninguém escapa da educação; onde estivermos, estamos sujeitos a aprender algo ou a ensinar algo.

Seja com amigos, em casa com a família, com avós que contam histórias de sua infância para os netos, ou com professores que dão aulas para os ribeirinhos na Amazônia, estamos sempre aprendendo e ensinando algo para alguém, na escola ou fora dela, transformando a vida das pessoas e a sociedade como um todo.

Para Luckesi (2001, p. 30): “A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social.” Dessa forma, a educação é extremamente importante para a sociedade, e não é possível determinar onde ela começa ou termina.

A educação é dinâmica, está em todos os lugares e em todos os momentos. É um instrumento fundamental de transformação social; com uma educação de qualidade, é possível mudar a realidade de bairros carentes, cidades e até mesmo países inteiros. Para isso, os governantes devem dar mais atenção à educação, e com isso, naturalmente, a sociedade melhorará.

Afirmamos que a educação é um fator crucial para o desenvolvimento de um indivíduo e, por que não, para o desenvolvimento de uma sociedade como um todo. No entanto, ainda se percebe que a educação ocupa um papel secundário em nossa sociedade.

De acordo com os grandes pensadores da educação, a educação é um instrumento transformador da sociedade, tornando-a mais justa para seus cidadãos e proporcionando harmonia entre todos os setores. Sem uma

educação de qualidade, um indivíduo ou até mesmo a sociedade como um todo pode enfrentar grandes catástrofes sociais, como a falta de respeito pela vida, pelo outro ou a ausência total de amor ao próximo.

É notório que a educação no Brasil sempre enfrentou desafios devido à sociedade brasileira e aos nossos governantes. Isso pode ser atribuído à falta de compreensão da importância da educação na transformação social para melhor, ou até mesmo à negligência.

Somente com uma educação de qualidade e igualitária para todos os níveis sociais, sem distinção de raça, credo ou classe social, a sociedade pode ser plenamente desenvolvida, com seus componentes trabalhando em harmonia para o bem comum. Isso transformará o cidadão para que ele atue na sociedade com competência, realizando suas funções e conhecendo seus direitos e deveres.

Precisamos melhorar a qualidade da educação no Brasil. Isso significa aprimorar a qualidade da sociedade brasileira, construir cidadãos com melhor caráter e instrução acadêmica, capazes de atuar na sociedade com responsabilidade social, conhecendo seus deveres e direitos, bem como estar preocupados com o desenvolvimento sustentável, aprendendo a viver em harmonia com os outros cidadãos e com o mundo ao seu redor.

A necessidade de um ensino público gratuito e obrigatório de qualidade é crucial para que os objetivos de liberdade, solidariedade e igualdade, garantidos no art. 206, VII, da Constituição Federal, sejam alcançados.

VII – garantia do padrão de qualidade. Esse princípio é dos mais importantes, pois assegura o direito à igualdade. Não podemos ter ensino diferenciado para pessoas que possuem a mesma capacitação, é dever das escolas

ministrarem o ensino com seriedade, sempre com vistas ao desenvolvimento do conhecimento e do pensar. Não é admissível que pessoas na mesma situação tenham ensinos diversos em que se finge que aprende e finge que se ensina, é necessário que haja o máximo de seriedade no conteúdo ministrado e que ele seja suficiente para capacitar o aluno em sua vida social e profissional (Stefano, 2014, p. 348).

Concordamos com Stefano que devemos garantir o padrão de qualidade da educação para assegurar o direito à igualdade. Hoje, existe uma disparidade significativa entre as escolas públicas brasileiras e as escolas particulares, o que não deveria ocorrer, já que todos têm o direito à educação de qualidade.

Portanto, a escola pública deve receber mais atenção de todos, especialmente dos governantes, para assegurar esse direito a todos os cidadãos que não podem ou não desejam colocar seus filhos em escolas particulares.

Assim, sabemos que a educação de qualidade é um direito de todos e, para que essa meta seja alcançada, é necessário o empenho coletivo. Isso inclui exigir dos representantes políticos maiores investimentos na escola pública e na qualificação profissional dos educadores e funcionários da escola.

## **2.2. EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL**

A educação no Brasil tem suas origens no período da colonização, quando os Jesuítas foram enviados à colônia para catequizar os nativos e ensiná-los a ler e escrever, com o objetivo de converter os índios à fé cristã. Para isso, foi elaborado um plano de ação que visava a organização e aplicação da educação e cultura europeias no território brasileiro.

Os Jesuítas iniciaram o processo de evangelização dos índios brasileiros por meio da catequese. Segundo Assunção (2003, p. 11): “o principal objetivo da Companhia de Jesus era converter os indígenas à fé católica”. Assim, os Jesuítas começaram a catequizar os adultos, ensinando-lhes uma nova doutrina e fé religiosa, além de instruí-los na leitura e escrita de outra língua para facilitar a compreensão dos ensinamentos.

De acordo com Teixeira Soares (1961, p. 142), a Companhia de Jesus tinha o propósito de: “uma explosão de pensamento religioso transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidades sociais e religiosas, foi a ação da Ordem”.

Dessa forma, os Jesuítas cumpriram seu papel ao ensinar os nativos a ler e escrever uma nova língua e a introduzir na cultura nativa uma nova fé religiosa, facilitando a dominação dos nativos e sua contribuição para a metrópole portuguesa.

Segundo Assunção (2003, p. 23), o objetivo era: “trazer as ovelhas perdidas (os índios) para o rebanho da cristandade”, evitando assim investidas contra os povoados e domesticando-os para o trabalho nas lavouras, impondo uma nova religião e cultura à população nativa brasileira.

Perceberam, no entanto, que ensinar os adultos apresentava maiores dificuldades. Por isso, adotaram um método especial para ensinar as crianças, e a catequese infantil foi mais bem-sucedida, com a gramatização da língua nativa realizada por José de Anchieta, que era um

destacado poeta e latinista.

O padre Nóbrega elaborou um plano de ação que se tornou o primeiro projeto de educação da colônia brasileira, visando a conversão dos nativos à fé católica. Este plano incluía leis como: proibir o consumo de carne humana pelos nativos; impedir que realizassem guerras e ataques a povoados sem autorização do governador; restringir o número de esposas para os homens; exigir o uso de roupas após o batismo; proibir o uso de feitiçaria; promover a convivência harmoniosa entre os nativos e cristãos; e fixá-los na terra para facilitar a catequização e a divisão de suas terras com a Companhia.

Assim, os Jesuítas começaram seus trabalhos na colônia com a pregação da fé católica e a educação dos indígenas, mas logo perceberam a necessidade de ensinar aos índios a ler, escrever, contar e falar a língua portuguesa, visto que seria impossível convertê-los sem comunicação mínima. Com isso, elaboraram uma catequese em português e tupi, enfatizando a negatização dos costumes indígenas, considerados pecados e mal vistos aos olhos de Deus.

Os Jesuítas ensinavam as primeiras letras e os fundamentos da religião cristã para os nativos. As escolas e colégios criados e administrados pelos Jesuítas eram regidos por um documento elaborado pelo fundador, conhecido como general da Companhia, e concluído em 1599, quarenta e três anos após sua morte. Este documento, chamado “Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu”, era um Plano de Estudos da Companhia de Jesus que organizava e programava a educação, refletindo claramente a cultura europeia.

Todas as escolas jesuíticas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o Ratio atque Institutio Studiorum, chamado abreviadamente de Ratio Studiorum. Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar, eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área de medicina (Bello, 1992, p. 2).

O documento elaborado pelos Jesuítas, conhecido como "Ratio Studiorum", guarda semelhança com o que atualmente conhecemos como Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Este documento estabelece as diretrizes para uma educação de qualidade no ambiente escolar, incluindo regras, normas disciplinares, metodologias, conteúdos a serem seguidos pelos docentes, processos avaliativos, entre outros. O PPP é construído com a participação de toda a comunidade escolar, visando à melhoria da qualidade da educação.

Observa-se que as instituições jesuíticas eram gratuitas, uma vez que os colégios contavam com rendas estáveis e os impostos locais sobre os produtos da colônia garantiam o sustento necessário para a manutenção dessas escolas. Os jovens que recebiam uma formação liberal nos colégios e desejavam continuar seus estudos eram encaminhados para a Universidade de Coimbra, em Portugal, renomada nas áreas de ciências jurídicas e teológicas, e para a Universidade de Montpellier, na França, reconhecida na área de Medicina.

O modelo educacional jesuítico foi fundamental para o desenvolvimento da colônia no Brasil, e seu plano de estudos desempenhou um papel crucial nesse processo. No entanto, os Jesuítas atuaram incansavelmente em várias partes do Brasil por duzentos e dez anos, até serem expulsos em 1759 pelo Marquês de Pombal.

### **2.3. REFORMA POMBALINA**

Não é de hoje que a educação brasileira sofre ataques por parte dos governantes, que frequentemente criticam o sistema educacional, mas pouco fazem para sua melhoria. Em várias situações, há uma confusão entre investimento em educação e gastos em educação. Investir na qualidade da educação é garantir uma população mais instruída, capaz de atuar no mercado de trabalho formal, o que promove uma melhor distribuição da renda e, conseqüentemente, maior arrecadação de impostos para o governo. Isso não ocorre quando essas pessoas atuam no mercado informal, que não contribui com impostos para o governo.

Esse cenário não foi diferente quando, em 1750, o Rei de Portugal D. José I nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, como seu primeiro-ministro. Pombal dedicou seus esforços para recuperar a economia e a política de Portugal. Em seu plano de reformas, além das medidas para melhorar a metrópole, ele iniciou uma campanha contra a Companhia de Jesus. Alegava que a Companhia era um obstáculo à preservação dos poderes econômico e político, citando seu enriquecimento e a orientação de sua clientela para os interesses da Ordem, e não para os do Império português.

Entre as acusações mais contundentes estavam as de que a Ordem “formava um Estado dentro do Estado” e “ambicionava poder e riqueza”, concordando com Sodré ao afirmar que os Jesuítas possuíam vários imóveis. Strieder (2009) observa que, na época, o Marquês de Pombal patrocinou uma propaganda antijesuítica tão intensa que algumas de suas proposições ainda repercutem na mentalidade de muitos acadêmicos e historiadores brasileiros.

Assim, de acordo com o Alvará Régio de 3 de setembro e a Carta Régia de 4 de outubro de 1759, o rei D. José I determinou a expulsão da Companhia de todos os domínios portugueses.

O Decreto também estabeleceu que fossem inventariados e sequestrados todos os bens da Companhia, que deveriam ser incorporados ao tesouro público lusitano. Mesmo assim, os Jesuítas continuaram com sua missão educacional por muitos anos, até serem abruptamente expulsos de Portugal e de suas colônias por meio de um novo alvará.

Quando da expulsão, realmente, possuíam, os jesuítas, na metrópole, 24 colégios, além de 17 casas de residências, e, na colônia, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler, escrever e contar, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia. (Sodre, 1989, p. 27)

Notamos que, apesar das críticas que se pode fazer ao projeto de educação jesuítica, é necessário reconhecer todo o esforço e a dedicação dos membros da Companhia para levar adiante seu projeto de evangelização. A educação brasileira sofreu uma grande perda histórica devido aos atos do Marquês de Pombal. Concordamos com Aranha ao afirmar que os atos do Marquês de Pombal foram inicialmente prejudiciais

para a educação brasileira. As perdas literárias sofridas, como a destruição de livros e manuscritos que nunca foram repostos, resultaram em uma lacuna no conhecimento sobre a nossa própria história educacional.

Pode-se questionar a validade do ensino dos jesuítas na formação da cultura brasileira, mas é indiscutível que de início foi prejudicial o desmantelamento da estrutura educacional montada pela Companhia de Jesus. Os bens dos padres são confiscados, muitos livros e manuscritos importantes destruídos, nada sendo repostos (Aranha, 2005, p. 134)

Na educação, Pombal desejava formar o nobre negociante, simplificar e abreviar os estudos, encaminhando mais alunos aos cursos superiores; aprimorar ainda mais a língua portuguesa e tornar os conteúdos o mais práticos possível, inclusive os de natureza científica. Essa nova forma de organizar a política educacional por Pombal contribuiu também para uma maior exploração das riquezas e, conseqüentemente, para o aumento dos lucros da Metrópole Portuguesa.

[...] as 'reformas pombalinas' visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, a exemplo do que a Inglaterra já era há mais de um século. Visavam, também, provocar algumas mudanças no Brasil, com o objetivo de adaptá-lo, enquanto colônia, à nova ordem pretendida em Portugal. (Ribeiro, 1998, p. 35)

Concordamos com Ribeiro no que diz respeito ao fato de que as reformas sugeridas pelo Marquês de Pombal visavam desenvolver a metrópole, com a colônia servindo a seus interesses políticos e financeiros, adequando-se ao novo modelo proposto pela reforma pombalina e aceito por Portugal. Assim, a necessidade de implementar reformas para que a colônia voltasse a servir aos interesses da metrópole foi evidente.

Percebemos que, até os dias atuais, os ataques à educação pública

são constantes. Esses ataques incluem a retirada de investimentos, a precarização das instituições e a marginalização dos docentes e discentes. Essa situação é inadmissível nos tempos atuais, mas infelizmente ainda é uma realidade presente.

Os governantes não investem de forma substancial na educação e dificultam qualquer projeto voltado para a melhoria da educação brasileira, como o aumento salarial para docentes, o incremento de investimentos educacionais, a concessão de bolsas de estudo e a ampliação do FUNDEB, entre outros projetos que permanecem engavetados e não entram na pauta para votação.

#### **2.4. CHEGADA DA FAMÍLIA REAL**

Com a chegada da família real à colônia brasileira, surgiu a necessidade de investir em várias áreas para atender às demandas da realidade. Foram necessários investimentos para o desenvolvimento cultural, a abertura de novas escolas, a abertura dos portos a outras nações, a criação de instituições de ensino superior, bibliotecas e outras melhorias para o desenvolvimento geral da colônia brasileira.

Tudo isso decorreu da desorganização do sistema de ensino brasileiro após a expulsão dos jesuítas. A educação no Brasil tomou novos rumos com a vinda da família real portuguesa. Em 1808, com a chegada da Família Real em terras brasileiras, o país passou a ter um desenvolvimento cultural considerável. No entanto, o direito à educação ainda era restrito a alguns privilegiados, principalmente à elite brasileira. A chegada da Família Real fez com que o ensino superior se tornasse

exclusivo.

Como afirmou Oliveira (1945, p. 250): “A transladação da corte rasgou logo novos horizontes ao ensino.” Ou seja, com a passagem da família real pela Bahia, o Príncipe Regente abriu os portos às nações amigas e instituiu o curso de Medicina e Cirurgia junto ao Hospital Militar. Isso causou impactos na economia, política, agricultura e educação brasileira.

Os outros níveis de ensino foram discriminados, evidenciando o favorecimento da elite na educação e deixando a classe mais pobre em segundo plano. Enquanto isso, a classe dominante e mais rica ampliava seus privilégios. A criação de escolas de nível superior por D. João VI visava basicamente formar oficiais do exército e da marinha para defender a colônia.

Foi criada a Academia Real da Marinha, que se tornaria a Academia Real Militar, oferecendo cursos de engenharia civil, naval e militar. No Rio de Janeiro e na Bahia, foram oferecidos cursos de medicina cirúrgica para que os militares tivessem acesso a médicos qualificados.

Os avanços promovidos no campo da educação pelo governo incluíram a criação das aulas régias, estabelecidas ainda no período de Pombal, e o aumento das aulas de primeiras letras. Como afirma Niskier (1989, p. 86-87): “Continua o governo com os avanços na educação, com a criação das aulas régias, criadas no período do Marquês de Pombal, com aumento dos pedidos de aulas de primeiras letras.”

Portanto, foi necessário mais investimento na educação para atender à demanda educacional da colônia e satisfazer as exigências da

família real com sua chegada ao Brasil. Contudo, também havia uma crescente necessidade de mais professores para suprir as novas disciplinas criadas no ensino público, como afirma Moacyr (1936, p. 59).

[...] a bem do serviço e muito conveniente ao aumento e prosperidade da literatura e educação nacional, dar providências para o provimento dos professores, para as diversas cadeiras do ensino público que se acham estabelecidas (Moacyr, 1936, p. 59).

Com a criação de escolas na Bahia, dada sua grande importância econômica e política como capitania e depois como província, e pela eficiência da administração do Conde dos Arcos, conforme demonstrou Nunes (2006) em seu estudo sobre a política educacional da época, foram estabelecidas 25 cadeiras de primeiras letras, 11 de gramática latina (algumas novas e outras já existentes), além de aulas maiores e autorização para abrir o Seminário Arquiepiscopal.

Além da criação de novas aulas e cursos, foi inaugurada uma Biblioteca Pública com livros e equipamentos de Matemática e Física vindos de Lisboa, capital da metrópole. Em 1811, o Conde dos Arcos instalou a Biblioteca Pública na Bahia.

Observamos que a vinda da família real para o Brasil trouxe avanços significativos na educação brasileira, incluindo a criação de novos cursos superiores, escolas militares, bibliotecas, um jardim botânico, museus e novas cadeiras para professores. Esses desenvolvimentos, embora tenham beneficiado apenas uma parte pequena da população, contribuíram para o desenvolvimento cultural e educacional do Brasil, ajudando no progresso da sociedade brasileira.

## 2.5. EDUCAÇÃO BRASIL IMPÉRIO

Como era de se esperar, a educação pública no Brasil Império continuou em segundo plano, sem uma legislação que favorecesse a educação pública. No entanto, houve uma facilitação para a abertura de escolas elementares privadas, dispensando as autorizações que anteriormente impediam o processo de criação dessas escolas. Em contrapartida, foram criadas universidades públicas para formar e capacitar os professores para atuar nessas escolas, com cursos rápidos de no máximo dois anos, o antigo magistério como era conhecido.

Observamos que, no Período Imperial, o projeto educacional realmente ficou em segundo plano. Como não havia qualquer indicação da constituinte, existia apenas uma lei que autorizava os cidadãos a abrir suas escolas elementares sem burocracia, licenças ou exames dos proprietários requerentes. Com isso, a liberdade escolar particular eliminava os complexos e custosos requisitos regulamentares que inibiam as iniciativas de educação privada, baseadas em autorizações, favorecimentos e exclusões, como ocorria no período colonial.

A constituinte de 1823 estava mais preocupada com discursos patrióticos do que com a educação no Brasil. Devido a isso, a educação brasileira ficou a cargo da iniciativa privada até o ano de 1834, com a criação do Ato Adicional, que proporcionou a criação de universidades públicas, tema amplamente debatido pelos deputados das províncias. Por causa desse ato, foram criadas várias universidades com o objetivo de melhorar e preparar os professores. Ribeiro (1998) afirma que essas escolas tinham um curso de no máximo dois anos e estavam em nível

secundário.

Na tentativa de imprimir alguma organicidade, foram criados liceus provinciais que, na prática, não passavam de reuniões de aulas avulsas num mesmo prédio. Nesta metodologia, foi criado, em 1825, o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1836, os Liceus da Bahia e da Paraíba; e em 1837, o Colégio Pedro II, na corte. Este colégio estava destinado a servir de padrão de ensino as demais instituições de ensino (Ribeiro, 1998, p. 50)

Concordamos com o autor em relação aos liceus criados, pois muitos deles ainda existem em seus respectivos estados, demonstrando sua excelência ao longo do tempo e formando nomes importantes em suas regiões de origem. No estado do Rio Grande do Norte, muitos nomes notáveis estudaram no Ateneu, como Câmara Cascudo, Café Filho e Diógenes da Cunha Lima, entre outros.

Almeida (1989, p. 66) afirma: “Faltava comunicação entre os governos central e provinciais, a falta de uma forma de fiscalizar as escolas primárias e secundárias, o aperfeiçoamento dos métodos, conteúdos e objetivos, de forma geral, uma melhoria em todos os aspectos da escola. Promovia um atraso na instrução popular em todo o Império.”

Concordamos com Almeida que deve haver comunicação eficaz entre os governos e uma fiscalização mais efetiva das instituições escolares para que possamos alcançar um alto nível de qualidade nas escolas, melhorando a metodologia e aperfeiçoando os conteúdos para atingir todos os objetivos impostos à escola pública no Brasil.

Posteriormente, uma lei criada a partir de um projeto educacional no ano de 1827 determinou que em todos os lugares, vilas e cidades com maior densidade demográfica, deveriam ser criadas escolas elementares,

onde os professores ensinariam os alunos a ler e escrever, bem como as quatro operações básicas.

A estatística oficial de 1832 relatava, em todo o império, 162 escolas de menino e 18 escolas de meninas. Sobre essas 180 escola, haviam ao menos 40 nas quais o lugar de professor estava vago, e deste número 8 eram escolas de meninas. Havia, deste modo, em todos o Brasil apenas 10 escolas para o sexo feminino (Almeida 1989, p. 61).

Concordamos com Almeida ao afirmar que, ainda hoje, as escolas públicas são insuficientes para atender toda a sociedade brasileira e enfrentam problemas como a falta de professores e outros profissionais, além da carência de estrutura adequada. Esses desafios dificultam o fornecimento de um ensino de qualidade e o acesso universal à educação, situação que não difere muito daquela vivida durante o período imperial brasileiro.

## **2.6. ESCOLA BRASILEIRA**

A escola brasileira sempre sofreu com a indiferença dos governantes e, na maioria das vezes, foi pensada para atender a uma pequena parte da população, chamada “elite”. Esse descaso e a distância cultural e intelectual entre as classes sociais aumentam a discriminação contra os segmentos mais pobres da sociedade, que, sem acesso a uma educação de qualidade, se tornam cada vez mais empobrecidos. Atualmente, a escola brasileira está no centro dos debates, e iniciou-se um processo de valorização e melhoria da qualidade da educação oferecida pela escola pública, com aprimoramento da estrutura, acesso a livros didáticos, recursos digitais, disciplinas complementares, como robótica, e

merenda de qualidade. A formação continuada também visa a melhor qualificação profissional dos docentes.

A escola é um local onde vivenciamos a adversidade de maneira intensa e responsável, permitindo a convivência e o estabelecimento de relações sociais com todos os membros da comunidade escolar. Este ambiente educativo se constitui como um espaço de diversidade, diferenças e conflitos entre gerações, religiões, etnias, classes sociais e identidades de gênero.

Conceitos como solidariedade e cooperação, bem como o sentimento de satisfação e comprometimento com a escola, promovem uma participação mais ativa da comunidade e geram relações de respeito mútuo no ambiente escolar.

Combater a discriminação e a indisciplina, respeitar os direitos das crianças e adolescentes e garantir a dignidade humana são premissas indispensáveis para as relações estabelecidas no ambiente educativo. Essas relações visam criar uma cultura forte de valorização dos processos participativos de ensino e aprendizagem, respeitando os direitos da comunidade escolar.

É notório para todos os autores e também para os signatários do Manifesto Republicano de 1870 que acreditavam — e ainda acreditam nos dias de hoje — que a educação pode levar o Brasil a se tornar uma nação desenvolvida, como as demais nações do mundo.

A educação pelo voto e pela escola foi instituída por eles como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecendo em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a frequência à escola que formaria o homem progressista adequado aos

tempos modernos, é que tornaria os súditos em cidadão ativo (Hilsdorf, 2005, p. 60).

De acordo com a citação, percebe-se que a educação no Brasil visava à formação de um novo homem para o progresso nacional, e a escola deveria ser uma das instituições responsáveis por promover esse avanço.

No entanto, isso não ocorreu devido à falta de investimento maciço na educação, como fizeram outras nações, à falta de capacitação adequada para os docentes, à deficiente estruturação das escolas públicas e à ausência de uma política de acesso universal à educação. Sem essas medidas, não é possível promover uma transformação eficaz da sociedade, preparando o cidadão para atuar de forma ativa na contemporaneidade. Vejamos a seguir:

O Manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político, como é o próprio, aliás, desse “gênero literário”. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país [...]. Pode, pois, ser considerado um importante legado que nos é deixado pelo século XX. É um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país. (Saviani, 2006, p. 34-35)

De acordo com o autor, esse manifesto foi um divisor de águas na história da educação brasileira, interferindo diretamente na periodização da história educacional do país. Ele instituiu novos valores para determinadas ideias e princípios e estabeleceu novos rumos no campo educacional. Além disso, o manifesto influenciou a elaboração da Constituição de 1934, que criou o Conselho Nacional de Educação e lhe atribuiu a principal responsabilidade de elaborar o Plano Nacional de

Educação.

Contudo, para Souza (2006), a educação voltada para as classes populares resultou em um longo debate sobre a organização do sistema de ensino brasileiro. Esse novo sistema tinha como objetivo a organização do ensino elementar de forma mais racional e a criação de uma padronização para atender a um grande número de crianças, dado que o momento exigia uma escolarização em massa.

Nesse contexto, a escola tornou-se um ícone da instauração de uma nova ordem nacional. As ideias de reformulação e renovação da educação, assim como o modelo de escola elementar focado na escolarização em massa, foram amplamente aceitas e adotadas por vários países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor (Souza, 2006, p. 114).

Naquele período, o ensino primário era ministrado em quatro anos; atualmente, é oferecido em cinco anos, com um programa que abrange matérias que proporcionam uma educação integral, incluindo a educação física, intelectual e moral.

Era necessário utilizar o método intuitivo, que exigia uma rígida

disciplina dos alunos em relação à assiduidade, asseio, ordem e obediência. Isso não é muito diferente do que ocorre hoje, com o uso de fardas para identificação, cadeiras dispostas em fileiras e a imposição de silêncio durante as explicações.

Naquela época, também havia práticas "ritualizadas" e "simbólicas", como os exames finais, que ainda existem em algumas instituições, as exposições escolares, que atualmente correspondem às amostras científicas ou pedagógicas, e as datas cívicas e festas comemorativas de encerramento do ano letivo, agora comuns nas formaturas de fim de ano.

Esse modelo, especificado por Souza (2006, p. 114), ainda é utilizado nas escolas públicas com poucas diferenças, como a presença de dois professores alternando o tempo de aula em algumas salas.

No bojo desse processo, a escola primária foi "(re) inventada": novas finalidades, uma outra concepção educacional e uma outra organização do ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional cedeu lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação (Souza, 2006, p. 35).

Concordamos com a afirmação de que a escola foi reinventada em termos de padronização e organização do ensino, incluindo a inserção das mulheres no magistério primário como uma profissão e, de maneira geral, a profissionalização do professor como um profissional da educação.

No entanto, a escola não pode parar; ela deve ser dinâmica, ativa e continuar se reinventando. É necessário criar novas metodologias e

aprimorar as formas de cumprir seu papel, maximizando a relação ensino-aprendizagem e transformando o cidadão, capacitando-o para que a sociedade brasileira se torne cada vez mais desenvolvida.

## **2.7. PROFESSORES / EDUCADORES**

Os profissionais da educação — docentes, professores e/ou educadores — sempre foram alvo de uma política discriminatória, com uma desvalorização profissional acentuada.

Os docentes frequentemente precisam trabalhar em várias escolas e, às vezes, em três turnos (matutino, vespertino e noturno) para garantir um salário digno e proporcionar uma vida melhor para suas famílias. A criação do piso nacional do magistério, sancionada em 16 de julho de 2008 pela Lei nº 11.738, instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, regulamentando a disposição constitucional.

Desde então, a remuneração dos profissionais da educação tem sido reajustada anualmente, com o objetivo de reduzir a discrepância em relação a outras profissões com o mesmo grau de escolaridade. Em 2020, esse reajuste foi o segundo maior desde a implantação, alcançando 12,84%, e o salário base passou de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24.

Apesar desse aumento, o valor ainda não é ideal para permitir que os profissionais trabalhem confortavelmente, atualizem seus conhecimentos, tenham tempo para estudar, se dediquem à sua disciplina e se aprimorem constantemente. Isso limita sua capacidade de trazer novos conceitos, abordagens e metodologias de aprendizagem, prejudicando os

resultados obtidos para seus alunos.

Concordamos com Silva (1991) quando afirma em uma de suas dicas sobre “como ser um bom professor”:

Atualize-se, atualize-se, atualize-se... – está repetição é intencional e pretende apagar da sua consciência algum possível resquício de desejo de acomodação. A chamada “educação permanente” é fundamental para todos os indivíduos e mais fundamental ainda para os educadores. Além de uma dedicação maior à literatura de sua área específica de atuação, procure acompanhar e inter-relacionar os dados provindos de outros campos do conhecimento, principalmente história, política e economia. É o conhecimento da totalidade do real que aumenta o seu poder de julgamento e decisão. E os maiores beneficiados serão você mesmo e os seus alunos. (Silva, 1991 p. 3)

Neste ponto, é essencial que os profissionais da educação estejam em constante aprendizado. Uma formação continuada é fundamental para mantê-los atualizados, aprendendo novas metodologias, práticas e tecnologias, o que contribui para melhorar a relação ensino-aprendizagem.

Isso permite que os educadores aprendam com os alunos e os ensinem de forma humanizada, sempre com a mente aberta a novos conhecimentos e dispostos a se atualizar.

Dessa forma, todos são beneficiados: o professor, que estará sempre atualizado, e os alunos, que terão um educador preparado para explorar melhor os conteúdos. Isso resulta em uma maior qualidade na aprendizagem dos alunos e permite que o professor atinja seus objetivos de forma mais eficaz.

Segundo Hypólito (2007), o professor deve estar comprometido com seu trabalho e, para isso, deve investir em sua formação:

Que deve fazer o professor consciente e comprometido com seu trabalho? Investir em sua formação, continuá-la para não se frustrar profissionalmente, para poder exigir respeito e, mesmo, melhorias salariais. O dia cheio e estafante não reserva tempo para a leitura, o estudo, a preparação de aula. Os cursos propostos, geralmente aos sábados ou em horários impossíveis, não atraem o professor que, ao menos, nos fins de semana, quer ficar com a família e muitas vezes com os cadernos e provas para corrigir (Hypolitto, 2007 p. 2).

Discordamos parcialmente do autor, pois acreditamos que a formação continuada também deve ser uma responsabilidade do poder público, e não apenas dos profissionais de educação, que já enfrentam uma remuneração defasada em relação a outras profissões.

Esses profissionais não deveriam arcar integralmente com os custos de suas atualizações. É necessário implementar mecanismos para ajudar a custear seus estudos, como a liberação ou diminuição da carga de trabalho e incentivos financeiros, de modo que a atualização profissional possa ser realizada sem preocupações.

Atualmente, algumas universidades públicas oferecem programas de formação continuada para professores das escolas públicas, bem como bolsas de estudo que auxiliam na especialização dos educadores sem comprometer seus orçamentos e com muito mais tranquilidade.

Concluimos que o professor deve estar em constante atualização e renovação, capacitando-se para aprender novas tecnologias e metodologias. Isso tornará suas aulas mais ricas e atrativas para os alunos, resultando em um processo de ensino-aprendizagem mais prazeroso e efetivo para ambas as partes. Dessa forma, os educadores podem evitar a mediocridade e manter seus alunos motivados e interessados em comparecer às aulas.

## 2.8. ALUNOS / EDUCANDOS

O direito à educação de qualidade é um direito de todos os brasileiros. Contudo, ainda percebemos que esse direito não é garantido pelo Estado a todos os cidadãos. Existem crianças que não frequentam a escola porque precisam trabalhar para ajudar no sustento da família. Mesmo aqueles que estão matriculados na escola pública frequentemente não têm acesso a uma educação plena e de qualidade, o que deixa lacunas no desenvolvimento do educando.

Concordamos com Paulo Freire (2000, p. 44) quando afirma que todos os alunos, independentemente de suas classes sociais, têm o direito a uma educação de qualidade, igualitária e sem distinção de classe. Idealmente, a educação deveria ser boa para todos, ricos e pobres.

No entanto, essa realidade ainda não se concretizou. As escolas públicas frequentemente estão muito atrás das escolas particulares, criando um abismo entre a elite brasileira, que pode pagar por instituições privadas, e os menos favorecidos, que dependem da escola pública, onde a baixa qualidade do ensino é evidente.

Não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que os meninos e as meninas do povo têm de saber a mesma matemática, a mesma física, a mesma biologia que os meninos e as meninas das “zonas felizes” da cidade aprendem, mas, de outro, jamais aceita que o ensino de não importa qual conteúdo possa dar-se alheado da análise crítica de como funciona a sociedade (Freire 2000, p. 44).

Gostaríamos, sem sombra de dúvidas, que a escola pública, com o apoio de seus professores, fosse capaz de implementar as mudanças necessárias para que a sociedade se tornasse mais justa e igualitária. Isso é

impossível enquanto a escola não apresentar um currículo transparente, tanto em sua proposta pedagógica quanto em seu processo avaliativo, além de não ter uma relação clara entre ensino e aprendizagem, e não demonstrar capacidade de agir, compromisso e reflexão constante sobre seu papel diante da realidade da sociedade.

De acordo com o Plano Nacional de Educação para o período de 2011-2020 (Lei 8.035/2010), prevê-se a universalização do,

“[...] acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação” (PNE BRASIL– 2011/2020).

Deste modo, já em 2013, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica estabeleceram que as tecnologias de informação e comunicação devem fazer parte do currículo, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, como forma de inserir os estudantes nos meios digitais (BRASIL, 2013).

Notamos que, hoje em dia, nossos alunos são nativos digitais. Eles nasceram e vivem em um mundo onde a velocidade da informação é extremamente alta. Na era digital, acontecimentos ocorridos do outro lado do mundo chegam até eles em questão de segundos, graças à internet.

Isso torna ainda mais difícil manter a concentração nos conteúdos tradicionais e em sala de aula. Alguns professores, que não são nativos digitais, enfrentam dificuldades em usar a tecnologia em sala de aula para captar, nem que por um breve momento, a atenção dos alunos.

Existem vários recursos tecnológicos e softwares que podem melhorar a aprendizagem, como jogos, simuladores, robótica, entre outros.

Os alunos de hoje produzem um vasto conhecimento no mundo virtual, nas mais diversas plataformas digitais, criando vídeos, jogos, notícias e muito mais.

Conforme Oliveira (2003), quando a produção de conhecimento exige novas maneiras de educar, com o advento das tecnologias, a forma de produção de conhecimento se tornou mais dinâmica. Precisamos entender como esse conhecimento é tecido nas redes virtuais, como afirma:

Produção do conhecimento em rede exige, [...], a criação de novas formas de educar e reeducar a pessoa. Desse modo, o desafio que se apresenta é compreender as formas como os conhecimentos são tecidos nas redes e teias virtuais, promovendo a interação de sujeitos, saberes e práticas, e a sua utilização no processo de formação das pessoas, levando em conta as proposições dos paradigmas emergentes (Oliveira, 2003, p. 32).

Corroboramos com inúmeros autores ao afirmar que é função da escola inserir o aluno nesta nova realidade, ou seja, no meio digital. É extremamente necessário que o professor também possua esse conhecimento, como afirma o autor a seguir:

É preciso educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitem a evolução dos indivíduos. Urge também a educação para as mídias, para compreendê-las, criticá-las e utilizá-las de forma mais abrangente possível (Moran et alii 2000, p. 50).

Concordamos com Moran que é extremamente necessário educar nossos discentes para um uso democrático e participativo das tecnologias hoje presentes em nossas vidas.

Com certeza, o uso adequado dessas tecnologias promoverá o desenvolvimento dos educandos e da comunidade ao seu redor. Assim, a educação de qualidade contribuirá para transformar a sociedade para

melhor.

Citado por Gadotti (1991, p. 84), é nesse sentido que Freire é enfático ao afirmar: “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação”.

Concordamos com os autores que, para que haja uma transformação efetiva da sociedade para melhor, é necessário promover uma transformação na educação como um todo. Uma educação libertadora criará cidadãos capazes de atuar com mais ênfase na sociedade, possibilitando transformá-la para melhor, tornando-a mais justa e igualitária para todos e diminuindo as diferenças sociais.

Freire afirma (1997, p. 38): “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. Deve-se refletir sobre nossas ações para tornar o mundo cada vez melhor. Apenas com ação-reflexão-ação podemos atuar sobre o mundo e transformá-lo; os homens são capazes de transformar o mundo, e apenas a educação é capaz de transformar os homens.

Freire (1997, p. 53) afirma: “Procurar conhecer a realidade em que vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos impõe: sem isso, não temos acesso à maneira como pensam; dificilmente então podemos perceber o que sabem e como sabem.”

Por isso, é importante conhecer o ambiente em que vivem nossos alunos, as situações de trabalho em que estão envolvidos, bem como sua situação cultural, social e financeira. Somente assim podemos entender as

dificuldades desses alunos em relação ao ensino e à aprendizagem.

É fundamental que os educandos estejam bem em nossa sala de aula para que possamos atingi-los e transmitir conhecimento significativo que possa realmente fazer diferença em sua realidade, e não apenas despejar conteúdo sem significado para eles, que não saberão como utilizar em seu cotidiano.

## **2.9. MARCO CONCEITUAL**

### **2.9. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é a identidade da escola. Segundo Vasconcelos (2006, p. 17), "o projeto político-pedagógico é o plano global da instituição (...) trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição".

Diante disso, o Projeto Político-Pedagógico é fundamental para a identidade da escola, fornecendo a orientação necessária, indicando os caminhos para uma educação de qualidade e funcionando como um planejamento das ações a serem seguidas, a fim de que a escola construa uma trajetória de sucesso e prosperidade.

Ainda seguindo a visão de Vasconcelos (2006, p. 21), quando afirma: "fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia (caminhar com as próprias pernas) e na criatividade (descobrir o próprio caminho)", observamos a necessidade de toda a comunidade estar unida para superar as barreiras e adversidades que surgirem no caminho da instituição, tornando-a sólida e fortalecida. Isso será possível com a participação de toda a comunidade escolar na

construção do Projeto Político-Pedagógico, que deve contar com a colaboração de todos os envolvidos na escola, para que diferentes perspectivas sejam contempladas.

Nesse documento, devem constar os objetivos a serem alcançados, as metas a serem superadas e, por que não dizer, os sonhos a serem realizados, conforme se verifica a seguir,

(...)se a participação efetiva das camadas trabalhadoras nos destinos da educação escolar for uma utopia no sentido apenas de um sonho irrealizável, e não no sentido que demos à palavra no início, então de nada adianta continuarmos falando de escola como algo que possa contribuir para a transformação social e, definitivamente, devemos deixar cair as máscaras e as ilusões com relação à escola que aí está e partir para outras soluções, ou então cruzar os braços e esperar passivamente que os grupos dominantes, por meio de suas “reformas e acomodações” de interesses continuem nos fazendo engolir as soluções paliativas que os mantêm perenemente no poder (Paro, 2002, p. 14).

Diante da citação do autor, a participação da comunidade escolar não pode ser apenas uma utopia, algo irrealizável; essa participação deve ser real e ativa. Caso contrário, como poderíamos falar da escola como um instrumento de transformação social, se o conjunto de aspirações e os métodos para realizá-los, que dão origem ao Projeto Político-Pedagógico da escola, não fossem construídos em união com toda a comunidade escolar? É essencial que a gestão, os professores, os pais e responsáveis, e, não menos importante, os educandos, que são a alma da escola, façam parte da construção desse documento.

A elaboração participativa do projeto político-pedagógico é uma oportunidade ímpar de a comunidade definir em conjunto a Escola que deseja construir, avaliar a distância que se encontra do horizonte almejado e

definir os passos a serem dados para diminuir esta distância (Vasconcellos, 2006, p. 27).

Segundo o autor supracitado, deve haver uma participação ativa da comunidade escolar, pois essa participação é uma oportunidade muito importante para que a comunidade possa expressar todas as suas angústias e sonhos em relação ao futuro da relação ensino-aprendizagem na instituição escolar, bem como para definir os objetivos necessários para sanar essas angústias e realizar os sonhos almejados.

De acordo com Veiga (1995), o projeto político-pedagógico vai além de regras e métodos que permanecem apenas no papel para serem apresentados às autoridades como uma questão burocrática, apenas para afirmar que a escola possui um PPP. Esse documento precisa ser vivido no cotidiano escolar, colocado em prática diariamente, conforme a autora destaca:

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (Veiga, 1995, p. 12).

Ainda seguindo o pensamento de Veiga e corroborando com Eyng (2002, p. 26), "Projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização [...]". O PPP tem o poder de mudar os rumos da escola. Não é à toa que é chamado de Projeto, pois é um esforço temporário que tem como finalidade um resultado único, com recursos delimitados. Esse projeto pode ser social, pessoal, cultural, empresarial, educacional ou de pesquisa e contém várias propostas

concretas a serem executadas em um intervalo de tempo pré-determinado. Nesse caso, ele é atualizado a cada dois anos ou a cada mudança de gestão, com a participação de toda a comunidade escolar.

O PPP também é Político, o que significa "algo relacionado com grupos sociais que integram a Pólis", algo que tem a ver com a organização, direção e administração de nações ou Estados, e, neste caso específico, da escola. A escola é um espaço político, voltado à formação de cidadãos conhecedores de seus direitos e cumpridores de seus deveres, responsáveis, críticos e conscientes, que atuem de forma individual e/ou coletiva na sociedade, ditando os caminhos para uma sociedade mais justa e melhor para se viver.

Por fim, e não menos importante, ele é Pedagógico, pois se refere à ciência que se dedica ao processo de educação dos jovens, estudando os problemas relacionados ao seu desenvolvimento. O PPP define e organiza as atividades e os projetos educacionais a serem realizados no ambiente escolar, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem de nossos educandos, formando o cidadão que desejamos e que a sociedade precisa, conforme afirma o autor a seguir:

Projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização [...], político porque define uma posição do grupo, supõe uma proposta coletiva, consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão [...], pedagógica porque define a intencionalidade formativa, expressa uma proposta de intervenção formativa. (Eyng 2002. p. 26)

Concordamos com Eyng (2002, p. 26) ao afirmar que o projeto político-pedagógico faz uma projeção do que a escola pretende alcançar, com a participação efetiva de toda a comunidade escolar, traçando os

caminhos a serem seguidos e orientando o fazer pedagógico para que essas projeções sejam concretizadas.

Dessa forma, o PPP escolar nos tira da zona de conforto e nos incentiva a ir além, a buscar novos caminhos e objetivos, rompendo com o presente e gerando novas perspectivas para um futuro próspero.

Para Gadotti (1994), o projeto é uma quebra de paradigmas, uma promessa de dias melhores para a escola, conforme afirma:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (Gadotti, 1994, p. 579).

Unindo esses três conceitos, o Projeto Político-Pedagógico, ou simplesmente a sigla “PPP” como é chamado pela comunidade escolar, é uma força que guia a escola para um futuro melhor.

Concordamos que o PPP indica a direção a ser seguida por todos na comunidade escolar; por isso, ele deve ser completo e não pode deixar dúvidas sobre os caminhos a serem seguidos. Além disso, deve ser flexível para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Portanto, é necessário ter em mente, na hora da elaboração, alguns tópicos tais como: missão, clientela, dados sobre aprendizagem, principalmente a boa comunicação e relação com a família, a boa gestão dos recursos, diretrizes pedagógicas e o plano de ação. O PPP é um planejamento da escola para proporcionar um futuro melhor na relação

ensino-aprendizagem na vida dos educandos.

De acordo com Silva (2003) e Estevam (2014), o PPP é a bússola orientadora dos caminhos a serem seguidos pela instituição escolar, conforme afirmam abaixo:

[...] o projeto político-pedagógico da escola pública, eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Se concebido adequadamente, revela quem é a comunidade escolar, quais são seus desafios com relação à boa formação à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz está de organizar, executar e avaliar o trabalho educativo de todos os sujeitos da escola... Eis o nosso desafio, recolocar o projeto político pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática (Silva, 2003, p. 298 apud Estevam, 2014).

Corroborando com a citação dos autores, o Projeto Político-Pedagógico é um documento capaz de organizar, avaliar e reorganizar o fazer pedagógico na escola, integrando metas e objetivos, conteúdos e metodologias, condições e ambiente escolar, além das habilidades e qualidades dos sujeitos.

Ele deve ser o centro das discussões e das práticas realizadas nas escolas e constitui um instrumento extremamente importante para a construção de uma gestão verdadeiramente democrática, que escuta e conhece a sua comunidade escolar, compreendendo suas necessidades e buscando maneiras de atender e realizar os objetivos almejados.

Conforme afirmam os autores a seguir:

O Planejamento de Ações Educativas, articulando as metas aos objetivos, os fundamentos, os conteúdos e as estratégias metodológicas, considerando os contextos comunitário e escolar, as condições e o ambiente educacional, os sujeitos envolvidos, a qualidade, a

habilidade e a experiência dos educadores (as) e o processo de avaliação e acompanhamento (Silva; Zenaide, s/d).

A citação acima destaca que o planejamento das ações educativas em uma instituição de ensino é de extrema importância para o desenvolvimento dos educandos, possibilitando o aprimoramento de suas habilidades e competências para que possam exercer seus direitos na sociedade e cumprir seus deveres como cidadãos ativos e críticos. Isso ressalta a importância de um PPP elaborado em parceria com toda a comunidade escolar para o bom desenvolvimento da relação ensino-aprendizagem.

Como afirma Padilha (2007, p. 44): “É preciso entender o projeto político-pedagógico como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção...”. Ou seja, o projeto político da escola possui uma infinidade de possibilidades de caminhos a serem seguidos pela instituição para a realização de seus desejos e sonhos.

Apenas dessa maneira a comunidade escolar poderá perceber a verdadeira importância do PPP na escola, e sua aplicação será mais efetiva por toda a comunidade escolar. De acordo com Veiga (2006, p. 13), "o projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção", a ser seguido por todos que fazem parte da comunidade escolar, para que possam atingir os objetivos e metas traçados no projeto político-pedagógico. Somente após entender o projeto político-pedagógico da escola é que ficará mais fácil visualizar esse rumo e a linha de chegada, que seria a certeza do dever cumprido.

### **2.9.1. Construção do Projeto Político Pedagógico**

A construção de um Projeto Político-Pedagógico sólido e eficaz é uma função e uma obrigação de toda a comunidade escolar. No entanto, essa realidade está longe de se concretizar nas escolas públicas por vários fatores. Um deles é a dificuldade em assumir a responsabilidade pela escola; outro fator é a falta de motivação e envolvimento ativo da própria gestão escolar.

Concordamos com Veiga (2000, p. 11) quando diz que o “Projeto Político-Pedagógico é uma construção coletiva”. Observa-se que a construção do PPP apresenta grandes dificuldades tanto para a gestão quanto para a comunidade escolar. Muitos pais e responsáveis não querem ou não foram convidados a participar da construção do PPP de sua escola, às vezes por falta de comunicação entre a escola e a comunidade escolar, outras vezes por falta de interesse dos pais em participar, ou por não saberem do que se trata.

Em algumas situações, a falta de interesse dos gestores em convocar a comunidade para debater os objetivos da escola também contribui para a ausência do documento. Por isso, em muitas escolas, o PPP não existe ou não é amplamente divulgado entre a comunidade escolar. A falta de compreensão sobre o que é um Projeto Político-Pedagógico leva alguns a não o procurar ou a não ter interesse em participar de sua construção.

É crucial que haja a participação de toda a comunidade escolar nos processos de construção, aplicação, avaliação, reflexão e reconstrução do PPP, já que o documento deve estar em constante construção ao longo

do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Gadotti (2000, p. 17), "construir o projeto pedagógico de uma escola é mantê-la em constante estado de reflexão e elaboração numa esclarecida recorrência às questões relevantes de interesse comum e, historicamente, requeridas". Sendo assim, o Projeto Político-Pedagógico é dinâmico e está sempre em ação no cotidiano da escola.

Refletir sobre essas ações é de suma importância para o sucesso da construção e aplicação do PPP, analisando o que deu certo e o que não deu, utilizando a tríade construção, reflexão e reconstrução, já que ele está sempre em construção.

Ferreira (2006, p. 112) informa: “quando fala que formarão as personalidades dos alunos e fortalecerão cada um dos membros da escola”. Portanto, um Projeto Político-Pedagógico bem construído, com a participação de todos, alcançará êxito na formação de cidadãos com uma personalidade crítica e consciente, capazes de atuar na sociedade. Os membros da comunidade escolar estarão mais fortalecidos ao saber que seus objetivos foram alcançados e que obtiveram resultados positivos na formação desses cidadãos, conforme afirmado:

(...) se formarão as personalidades dos alunos e se fortalecerá cada um dos membros da escola que, conscientes dos objetivos a serem trabalhados, seu significado e os valores que os sustentam, reavaliarão, na sua própria prática, as suas vidas e as suas prioridades. Reside aí, neste processo de gestão da educação, o grande valor da construção coletiva e humana do projeto formador (Ferreira, 2006, p. 112).

É notório que o mundo em que vivemos hoje, com mudanças

econômicas, sociais e culturais constantes e ocorrendo com uma rapidez imensurável, exige cada vez mais da escola novas formas de organização.

Cabe à escola, como instituição educativa, criar mecanismos e ferramentas que realmente promovam a superação da ausência de valores na contemporaneidade. Concordamos com vários autores que apenas um Projeto Político-Pedagógico revolucionário e libertador poderá cumprir essa função árdua.

De acordo com Moraes (2006), "o projeto deve ser pensado coletivamente com toda a comunidade escolar, articulado aos desejos da comunidade escolar, e deve auxiliar a instituição educacional a percorrer o caminho do diálogo, cuja divergência é entendida como oportunidade de renovação e não para destruição." Desta forma, toda a comunidade escolar deve ser convocada a participar dos debates sobre os objetivos da escola e os sonhos a serem alcançados.

Esse Projeto Político-Pedagógico é extremamente viável, porém não é uma tarefa fácil; requer o empenho e engajamento de todos que fazem parte da comunidade escolar.

Neste sentido, segundo Ferreira (2006), informa a seguir:

o PPP: [...] deve ser pensado, estudado, refletido, debatido e construído coletivamente com o que existe, no mundo, de mais atual, mais avançado e de melhor qualidade para formar seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter (Ferreira, 2006, p 17).

Concordamos com Ferreira (2006, p. 17) no que diz respeito ao PPP ser construído, pensado, estudado e refletido coletivamente. Somente assim ele poderá ter verdadeiramente a identidade da escola em seus textos. Com a participação de todos, fica evidente que cada um tem

responsabilidades sobre o futuro da escola.

Para Libâneo (2004), a participação de todos torna explícita a responsabilidade de cada membro da comunidade escolar sobre o destino da escola, uma responsabilidade que muitas vezes não é assumida pelos envolvidos. Concordamos que cuidar da escola é uma grande responsabilidade de toda a comunidade escolar.

Se não assumirmos essa responsabilidade, a escola fica estagnada e em decadência até atingir o fundo do poço. Somente através da cooperação de todos e do diálogo com a comunidade é possível entender essa responsabilidade, permitindo que todos ajam e direcionem suas atitudes em prol da instituição escolar, conforme afirmado:

No entanto, a ideia de participação, entendida como uma “modalidade de gestão que, por meio da distribuição de responsabilidades, da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e modos de agir... (Libâneo, 2004, p. 103).

Concordamos com Libâneo (2004, p. 103) que, com a participação de toda a comunidade escolar, fortalece-se a gestão democrática e distribui-se a responsabilidade para todos no cuidado da escola, cooperando com o crescimento e desenvolvimento dos educandos. Isso une professores e alunos, gestão e comunidade em um pensamento coletivo.

Como afirma Santiago (2009), a gestão democrática, tendo como instrumento o PPP:

(...) é um convite ao pensar – pensar coletivo. É prática docente-discente como ponto de partida e como ponto de chegada. É uma atitude frente a vida, à sociedade e à escola que devem serem colocadas como importante no processo de construção do PPP, como trabalho coletivo,

de investigação e de intervenção pedagógica (Santiago, 2009, p. 101).

De acordo com a citação do autor, o PPP é uma oportunidade para refletirmos sobre a prática docente e discente como o início de tudo e termos a capacidade de visualizar o ponto de chegada. Além disso, a sociedade e a escola são as partes mais importantes na construção do Projeto Político-Pedagógico.

Em nenhum momento da construção do PPP da instituição escolar devemos esquecer a necessidade da participação de toda a comunidade escolar. Dessa forma, o projeto político-pedagógico será desenvolvido de maneira fluida e espontânea, expressando os anseios e sonhos de toda a comunidade a serem alcançados em um futuro não tão distante.

Percebemos, então, que é necessário haver o engajamento de todos da comunidade escolar para que o Projeto Político-Pedagógico ganhe vida dentro da escola e não se torne apenas um documento meramente burocrático, criado apenas para mostrar às autoridades que a escola possui um PPP.

Gadotti (2000, p. 3) afirma que: “O projeto da escola depende sobretudo da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da cara que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espço.” Sendo assim, ele precisa ser pensado por todos, precisa ser ousado, não temer erros ou inovações, e deve ser vivenciado por todos que fazem parte da comunidade escolar. Sem medo de errar, podemos ousar e inovar.

Caso algo não funcione, podemos analisar o Projeto Político-Pedagógico e reconstruí-lo, melhorando-o. Assim, o PPP estará sempre em

construção por seus participantes e veremos o desenvolvimento pleno dos educandos em sua formação, formando e transformando cidadãos críticos e capazes de atuar na sociedade com coerência. Dessa maneira, o PPP cumprirá seu objetivo e alcançará as metas traçadas por todos no início da construção do Projeto Político-Pedagógico.

### **2.9.2. Aplicação do PPP na escola**

Notamos que uma parte importante ao tratar do Projeto Político-Pedagógico é garantir sua aplicação na escola. O documento reflete todos os anseios da comunidade escolar e não pode ser esquecido em uma gaveta ou usado apenas para efeitos burocráticos. Nele está o futuro próximo da qualidade da educação na instituição escolar.

A aplicação cotidiana e incansável do PPP transformará a realidade da escola e garantirá que a instituição seja verdadeiramente um espaço de aprendizagem e desenvolvimento. Para isso, é crucial a participação de todos, não apenas na construção do documento, mas também na garantia de sua aplicação, para que os objetivos, metas e sonhos sejam alcançados. Somente com o engajamento de todos isso será possível.

Veiga e Resende (1998, p. 12) afirmam: “A escola deve ser um espaço onde todos participem do planejamento e execução de todas as suas ações, onde o conjunto de valores, normas e relações obedece a uma dinâmica singular e viva.” Observa-se que o Projeto Político-Pedagógico deve ser vivenciado dentro da escola por todos os membros da comunidade escolar.

Como o PPP é um documento construído por todos, ou pelo

menos deveria ser, todos têm responsabilidade em garantir que ele seja aplicado no cotidiano da escola. Ou seja, os próprios membros da comunidade devem agir como fiscalizadores da aplicação do Projeto Político-Pedagógico. Não se deve permitir que o documento se torne obsoleto e seja apenas uma formalidade burocrática. Nele estão programados os objetivos, metas, sonhos e ações que guiarão a escola para um futuro promissor, e ele deve ser constantemente analisado e reavaliado para atender às mudanças da sociedade e da comunidade escolar.

Ainda, Veiga (1995) reforça ao dizer:

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (Veiga, 1995, p. 12).

Corroborando com o pensamento do autor, no sentido de que o Projeto Político-Pedagógico vai além de uma simples receita de bolo, ele deve ser vivido dentro dos limites da escola, avaliado constantemente, construído e reconstruído diariamente. O PPP deve fazer parte da vida cotidiana de todos os envolvidos em sua construção.

Apenas quando aplicamos o PPP é que ele terá sentido. Não adianta realizar reuniões e envolver toda a comunidade em debates longos e exaustivos se o documento for arquivado e esquecido em uma gaveta. O PPP contém as metas, sonhos e objetivos a serem alcançados e realizados por todos. Arquivar o documento seria uma “tentativa de homicídio” contra a escola e, por que não dizer, contra toda a comunidade escolar.

É necessária uma parceria entre a comunidade escolar e a escola na elaboração e, principalmente, na aplicação do PPP. A participação ativa de todos é fundamental, e é onde se evidencia a força do grupo. Como afirma Vasconcellos (2006, p. 21), essa parceria possibilita “fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia (caminhar com as próprias pernas) e na criatividade (descobrir o próprio caminho).”

De fato, a aplicação do PPP é responsabilidade de todos e essa coletividade cria um vínculo maior entre os membros da comunidade escolar, ajudando a enfrentar o dia a dia da escola e construindo laços profissionais comprometidos, fazendo da escola um local de ação e transformação. Isso gera na comunidade escolar um sentimento de pertencimento, proporcionando o devido valor e importância ao sentimento de “eu faço parte da escola”.

Isso leva à preservação do ambiente, ao cuidado com os educandos e educadores, ao respeito entre os membros da comunidade escolar, à maior participação nas reuniões e nas tomadas de decisões.

A aplicação do Projeto Político-Pedagógico é uma grande oportunidade de promover a interação entre discentes, docentes e responsáveis/pais. Isso definirá o modelo de escola que se deseja construir e quais os melhores caminhos para alcançá-lo. Ou seja, a comunidade escolar deve seguir de mãos dadas para diminuir as distâncias entre o presente e a realização dos sonhos, conforme podemos verificar a seguir:

A elaboração participativa do projeto político-pedagógico é uma oportunidade ímpar de a comunidade definir em conjunto a Escola que deseja construir, avaliar a distância que se encontra do horizonte almejado e

definir os passos a serem dados para diminuir esta distância (Vasconcellos, 2006, p. 27).

Vários autores admitem que o Projeto Político-Pedagógico não é visto como algo concluído, pois está sempre em permanente construção, reflexão e reconstrução. Ele representa o perfil da escola, uma vez que “o projeto da escola depende sobretudo da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da cara que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaço” (Gadotti, 2000, p. 3).

Concordamos com Gadotti no sentido de que devemos ousar, ir além dos limites impostos, inovar em nossas ações e refletir sobre essas ações. Somente assim a escola pode progredir continuamente.

O Projeto Político-Pedagógico, além de refletir a identidade da comunidade escolar, necessita da colaboração de todos para que o projeto seja efetivamente realizado no dia a dia da escola. Deve ser aplicado e colocado em prática, promovendo a construção coletiva do PPP. Gadotti afirma que o PPP é:

Considerada como um momento importante de renovação da escola. Projetar significa ‘lançar-se para frente’, antever um futuro distante do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar (Gadotti, 2000, p. 3).

Assim sendo, a escola não pode temer a inovação e a renovação; estas devem ser constantes. A escola não deve recear errar, nem hesitar em pensar no futuro e desejar um futuro melhor. Somente assim podemos traçar metas e objetivos e criar estratégias para alcançá-los.

É essencial manter o foco constante no que se deseja inovar e identificar onde a inovação é necessária. Só quando aplicamos o PPP no

cotidiano da escola é que conseguimos verificar o que está errado e, a partir dos erros cometidos, refletir, debater, analisar e melhorar continuamente.

Em outras palavras, precisamos testar o Projeto Político-Pedagógico exaustivamente, refletir diariamente sobre as ações realizadas, analisar o que funcionou bem e aprimorar o que não deu certo. Como afirma Içami Tiba (2017, p. 211), “Não é errando que se aprende, mas sim corrigindo o erro.”

Diagnosticamos que a aplicação do Projeto Político-Pedagógico deve envolver todos os membros da comunidade escolar e ser vivida e sentida diariamente dentro da escola. O PPP deve estar em constante análise, reflexão e debate para que possamos corrigir erros e melhorá-lo continuamente. Só assim o PPP fará sentido para a escola.

Este documento concentra os desejos e sonhos de toda uma comunidade que depende da escola e espera por dias melhores. Por isso, ele não deve ser apenas uma questão burocrática, uma formalidade para mostrar que a escola possui um PPP. Ele foi construído com a participação de todos e merece ser efetivamente colocado em prática e aplicado na instituição. Deve ser o guia principal para a tomada de decisões, e, portanto, precisa estar presente no cotidiano da escola.

### **2.9.3. Análise do documento da escola**

Todas as escolas devem possuir um Projeto Político-Pedagógico para orientar os caminhos da instituição em direção a um futuro melhor. Esse documento deve ser construído com a participação de toda a comunidade escolar, aplicado cotidianamente na escola, analisado e

refletido sobre as ações, e constantemente reconstruído com a intenção de mantê-lo apto para o bom desenvolvimento da instituição.

No caso da Escola Municipal Emérito Nestor Lima, essa abordagem não é diferente. A escola possui um PPP que foi construído em 2015 e atualizado em 2018 com a participação de parte da comunidade escolar. Estava prevista uma nova atualização pela comunidade escolar em 2020, a qual não foi possível devido à situação de insegurança sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, com decretos de distanciamento social e suspensão das aulas presenciais.

Observamos que o documento existente na escola está bem fundamentado com citações e leis que regem a educação pública em nosso país. No entanto, não achamos que os objetivos e metas a serem alcançados pela escola estão suficientemente explícitos no PPP, o que pode dificultar o entendimento da comunidade escolar e, conseqüentemente, a aplicação do Projeto Político-Pedagógico no cotidiano da escola.

(...) O projeto deve expressar de maneira simples (o que não significa dizer simplista) as opções, os compromissos, a visão de mundo e as tarefas assumidas pelo grupo; de pouco adianta um Projeto com palavras “alusivas”, chavões, citações e mais citações, quando a comunidade sequer se lembra de sua existência (Vasconcelos, 2004, p. 25).

Portanto, o Projeto Político-Pedagógico deve ser simples e utilizar uma linguagem acessível à comunidade escolar em que está inserido. Dessa forma, todos os membros da comunidade poderão compreendê-lo e aplicá-lo efetivamente na escola.

Não adianta ter um projeto político-pedagógico repleto de termos técnicos e jurídicos, bem fundamentado em leis e diretrizes municipais,

estaduais e federais, se a comunidade escolar não o ler, não se apropriar dele e não colocá-lo em prática.

Caso contrário, o PPP se tornará um documento meramente burocrático, cumprindo apenas uma formalidade legal, e a maioria dos membros da comunidade escolar não saberá da sua existência ou entenderá sua utilidade na escola.

(...) é necessário que atuemos na escola com maior competência, para que o ensino realmente se faça e que a aprendizagem se realize, para que as convicções se construam no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem, coletivamente, no companheirismo e na solidariedade (Ferreira, 2006, p. 113).

Assim, defendemos que o empenho de toda a comunidade na construção do Projeto Político-Pedagógico deve ser muito maior. O PPP precisa ser bem elaborado e embasado por leis e diretrizes, mas também deve utilizar uma linguagem acessível a todos os membros da comunidade escolar, facilitando sua compreensão e aplicação dentro da instituição. Somente assim poderemos ter uma escola realmente atuante e formadora de cidadãos, onde o ensino e a aprendizagem ocorram de forma efetiva.

No entanto, percebemos que os pais muitas vezes são convocados à escola apenas para instruções, advertências, reuniões tediosas e para serem informados sobre as notas dos filhos. Isso dificulta sua participação na construção do Projeto Político-Pedagógico.

Concordamos com Freire (2006) quando ele afirma que:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe

transforma-se em sujeito de sua própria história. (Freire 2006, p. 16).

Notamos que parte da comunidade escolar, especialmente pais e alunos, não foram consultados ou não quiseram participar da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola em 2018, quando foram convidados. Como resultado, o PPP acaba ficando "adormecido", pois é difícil colocar em prática algo que não se sabe que existe. A participação dos pais é bastante restrita; apenas alguns estão realmente preocupados com o cotidiano escolar.

Geralmente, são os pais que têm uma proximidade maior com a escola, como o pai funcionário da instituição, o pai vizinho, o pai professor e o pai com formação acadêmica superior e interesse na educação dos filhos. Esses pais tendem a estar mais atentos ao dia a dia escolar. No entanto, a maioria dos pais alega falta de tempo devido à correria da vida moderna e aos afazeres diários, delegando à escola toda a responsabilidade pela educação e instrução dos filhos.

A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos (Reis, 2007, p. 6).

A escola não tem condições de educar sozinha as crianças sobre suas responsabilidades; a educação dos filhos também é uma responsabilidade da família. É necessário que haja um diálogo constante e contínuo entre a família e a escola para que a relação ensino-aprendizagem seja maximizada.

#### 2.9.4. Justificativa do PPP escolar

Percebemos que o Projeto Político-Pedagógico da instituição escolar inclui uma justificativa legal baseada nas leis da educação básica e na Constituição Federal, além de informações sobre os direitos e deveres da instituição escolar, dos pais e responsáveis, e dos educandos.

[...] o artigo 205 deve ser compreendido como dispositivo constitucional inédito, ao definir “a educação como direito de todos e dever do Estado e da Família”, promovida em colaboração com a sociedade. A partir da Carta Magna de 1988, (PPP, 2018 p.11)

[...] se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem, senão educados, ao menos, informados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos (Piaget, 2007, p. 50).

Contudo, notamos que essa realidade é bem diferente na referida escola, onde frequentemente os direitos dos educandos não são garantidos. Muitas vezes, há falta de vagas para matricular os alunos e até mesmo a ausência de professores para assumir determinadas disciplinas, o que impossibilita a abertura de novas turmas e a ampliação do número de alunos atendidos.

Nesse contexto, cabe à gestão da escola solicitar professores para as disciplinas e a abertura de novas turmas. Contudo, nem sempre a solicitação é atendida pelo órgão competente devido à falta de profissionais concursados e à baixa remuneração de estagiários e substitutos para ocupar as vagas abertas.

Além disso, a falta de informação sobre a qualidade da educação proporcionada aos filhos e a ausência de participação ativa dos pais e responsáveis, muitos dos quais não tiveram acesso à educação básica,

contribui para a dificuldade em cobrar as devidas melhorias. Isso faz com que os órgãos responsáveis não acelerem os processos de contratação, convocação de professores e reforma das unidades escolares.

A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos. (Reis, 2007, p. 6)

Mais uma vez ressaltamos as palavras do autor de que a família deve participar ativamente do contexto escolar, tanto nos cuidados com a relação ensino-aprendizagem quanto na cobrança ao poder público por uma estrutura adequada e profissionais qualificados para melhorar a educação de seus filhos. Somente dessa maneira poderemos garantir uma educação de qualidade e significativa para todos.

[...] a LDB reafirma o dever do Estado na universalização do direito à educação, por meio da garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, organizada sob a forma de pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (art. 4º, inciso I) (PPP, 2018, p. 11 apud BRASIL, 2014, p. 10).

Corroborando com a LDB, que estabelece ser dever do Estado garantir a educação básica e gratuita para todos, é fundamental que os cidadãos também façam valer esse direito. Devemos cobrar do poder público a ampliação do número de vagas, a contratação de profissionais qualificados e a melhoria da estrutura física das escolas.

Somente assim garantiremos um ensino de qualidade e significativo para todos. Não adianta ficarmos parados esperando que nossos direitos sejam garantidos; é necessário participar ativamente na cobrança e manutenção dos direitos que nos foram assegurados.

### 2.9.5. Conceitos e Definições

Verificamos ainda que o PPP da Escola Emérito Nestor Lima explicita a definição de Projeto Político Pedagógico e faz referência a autores e às Diretrizes Curriculares Nacionais sobre esse conceito. O documento demonstra a importância atribuída ao PPP escolar e a necessidade de sua construção e aplicação para o bom funcionamento da instituição.

O objetivo é construir uma aprendizagem significativa e duradoura, formando cidadãos críticos e atuantes na sociedade, capazes de transformar a própria realidade e a da comunidade em que estão inseridos.

É o documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar [...] A pergunta mais importante do projeto pedagógico-curricular é: o que se pode fazer, que medidas devem ser tomadas para que a escola melhore, para que favoreça uma aprendizagem mais eficaz e duradoura dos alunos? (PPP, 2018, p. 15 apud Libâneo, 2012, p. 484.)

[...] é também um documento em que se registra o resultado do processo negociado estabelecido por aqueles autores que estudam a escola e por ela respondem em parceria (gestores, professores, técnicos e demais funcionários, representação estudantil, representação da família e da comunidade local). É, portanto, instrumento de previsão e suporte para a avaliação das ações educativas programadas para a instituição como um todo, projetando-as para além do período do mandato de cada gestor. (PPP, 2018, p. 15 apud BRASIL, 2013a, p. 48.)

Estamos de acordo com Libâneo no que diz respeito ao fato de que o PPP deve refletir as intenções da escola, seus objetivos e metas a serem alcançados. É fundamental compreender o PPP para tomar decisões acertadas que promovam o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e melhorem a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Ainda no Projeto Político Pedagógico da referida instituição, os autores do documento oferecem uma explicação sucinta sobre autonomia e dialogicidade. Somos levados a entender que a autonomia da escola deve ser acompanhada por uma gestão participativa e um processo constante de diálogo entre as partes.

Destaca-se, em especial, o papel do Conselho Escolar, composto por membros da comunidade escolar de todos os segmentos — professores, funcionários, pais e alunos de todos os turnos da escola. O Conselho é descrito como um “órgão de natureza consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora, destinado a assegurar a efetiva participação da comunidade escolar e possibilitar o aprimoramento das ações desenvolvidas pela escola” (PPP, 2018, p. 17).

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura, é função do Conselho Escolar:

A analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação. (PPP, 2018 p.17 apud Constituição federal <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>)

O PPP da instituição traz uma explanação clara sobre o ato de educar e cuidar, relacionando também os quatro pilares da educação para elucidar as diferenças e suas principais características. De acordo com a LDB, em seu art. 1º, a educação inclui processos formativos que se desenvolvem em vários setores da sociedade, como família, trabalho, escola, e convivência humana, entre outros.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (PPP, 2018 p.17 apud Constituição federal <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-de-fortalecimento-dos-conselhos-escolares>)

Concordamos com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) ao afirmar que educar e cuidar são fenômenos inseparáveis. Não podemos educar sem considerar o aspecto de cuidar, nem cuidar sem ter em mente o papel educativo. A relação entre cuidar e educar é muito próxima; portanto, ao discutir uma delas, é essencial mencionar a outra.

As DCN, influenciadas por esse movimento, articulam à noção de educar o ato de cuidar: Cuidar e educar significam compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. [...] Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia de relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da afirmação humana plena (PPP, 2018 p.17 apud BRASIL, 2013a, p.17-18).

Observamos ainda que o Projeto Político Pedagógico da instituição escolar destaca a importância de manter diálogo com diversos órgãos públicos, como “família, conselhos tutelares, centros de referência em assistência social (CRAS, CREAS), segurança pública, e a parceria entre escola e Ronda Escolar, entre outros” (PPP, 2018, p. 19).

Contudo, muitas vezes, esse diálogo não é possível devido a

diversos fatores organizacionais e/ou administrativos dos poderes responsáveis, o que pode prejudicar, em parte ou até mesmo integralmente, a formação do educando.

Crianças e adolescentes brasileiros também estão sujeitos à violência doméstica, ao abuso e à exploração sexual, a formas de trabalho não condizentes com a idade, à falta de cuidados essenciais com a saúde, aspectos em relação aos quais a escola, como instituição responsável pelos alunos durante o seu período de formação – e muitas vezes o único canal institucional com quem a família mantém contato – precisa estar atenta. Essas questões repercutem na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno e, não raro, colocam o professor diante de situações para as quais as práticas que ele conhece não surtem resultados. O trabalho coletivo na escola poderá respaldá-lo de algum modo. No entanto, ao se tratar de questões que extrapolam o âmbito das atividades escolares, cabe à escola manter-se articulada com o Conselho Tutelar, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com instituições de outras áreas capazes de ministrar os cuidados e os serviços de proteção social a que esses alunos têm direito. (PPP, 2018 p. 17 apud BRASIL, 2013a, p. 111.)

Todas as pessoas estão sujeitas à violência no Brasil, e com crianças e adolescentes, essa incidência é ainda maior. Assim, a escola desempenha um papel crucial na vida desses educandos, ao perceber os pequenos sinais de violência que essas crianças podem apresentar.

A instituição deve notificar os órgãos responsáveis sobre essas suspeitas, ajudando a proteger as crianças e adolescentes dos maus-tratos frequentemente sofridos dentro de suas próprias casas.

### **2.9.6. Legislação vigente**

Verificamos no Projeto Político Pedagógico da instituição que há uma justificativa baseada na Constituição Federal de 1988 e em uma

pesquisa realizada em 2012 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que aborda as problemáticas da universalização do ensino e da qualidade da educação.

O documento cita: “A universalização do Ensino Fundamental não foi acompanhada pela garantia da qualidade de ensino, o que é sintomatizado por graves problemas crônicos nas realidades escolares” (PPP, 2018, p. 20).

Além disso, a pesquisa compara o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com a evasão escolar, apontando que “Aqui, 24,3% dos alunos abandonam a escola, enquanto na Noruega, país que teve o melhor índice, o número é de apenas 0,5%!” (PPP, 2018, p. 20), mostrando a relação íntima entre o IDH de um país e a educação.

Conforme citado no PPP (2018, p. 21): “...é desafio central a busca pela qualidade em educação, o caminho precisa começar no parâmetro definidor da qualidade, em observância às necessidades atuais”. Concordamos com os autores que o PPP da instituição é esse parâmetro definidor.

O Projeto Político Pedagógico carrega as metas a serem alcançadas, os objetivos, os sonhos e os caminhos para realizá-los, e deve ser constantemente atualizado, pois os sujeitos que participam dessa construção mudam, se renovam e evoluem, o que demanda uma atualização constante.

A atualização do Projeto Político Pedagógico é crucial, mas não faz sentido sem que o PPP seja colocado em prática. Como pode-se atualizar algo sem que tenha sido testado? Prática e atualização são temas

amplamente debatidos entre os pensadores da educação e devem caminhar de mãos dadas com ação e reflexão, como é colocado no próprio documento: “Refletir sobre os problemas que nos atingem capacita-nos a buscar soluções realmente adequadas às demandas que nos são próprias” (PPP, 2018, p. 21).

Observamos que o PPP se justifica por sua importância e sua capacidade de transcender os limites da instituição; é dinâmico, sempre em construção e renovação, e reflete continuamente sobre as ações tomadas para melhorar o desenvolvimento da escola e da comunidade.

Só através da aplicação prática do PPP por toda a comunidade escolar é possível analisar suas falhas e o que não deu certo. Dessa forma, o documento pode ser atualizado para minimizar essas falhas e erros.

Aprendendo com os erros, o Projeto Político Pedagógico pode ser aprimorado, atingindo seu potencial máximo e proporcionando uma educação de qualidade que forma cidadãos críticos e capazes de transformar e atuar na sociedade.

### **2.9.7. Missão da escola e Padrões curriculares**

O Projeto Político Pedagógico também apresenta os padrões mínimos curriculares, destacando como missão da escola “disseminar o patrimônio científico-cultural acumulado nos diversos níveis da experiência filogenética humana” (PPP, 2018, p. 23).

Portanto, é necessário que o Estado estabeleça um padrão mínimo para garantir que todos tenham acesso ao ensino básico essencial para a formação humana e a vida em sociedade. Em função disso, o documento

apresenta o artigo 24 da LDB, que define os elementos comuns para o sistema de ensino.

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

[...]

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação. (PPP 2018, apud BRASIL, 2014, p. 18-19.)

Essa informação é crucial no planejamento da instituição escolar, especialmente no que diz respeito ao planejamento do calendário escolar, que deve atender aos requisitos mínimos para garantir o direito à educação básica de qualidade e significativa. O PPP da instituição detalha a organização dos níveis e modalidades a serem seguidos pelas escolas, considerando as diferentes demandas e graus de instrução dos educandos.

Destaca três níveis de ensino: a Educação Infantil, que inclui creches e pré-escolas; o Ensino Fundamental, com duração de nove anos; e o Ensino Médio, com duração de três anos, completando a instrução básica do educando.

Entre as modalidades de ensino, o documento ressalta a “Educação de Jovens e Adultos (EJA); a Educação Especial; a Educação Profissional e Tecnológica; a Educação Básica do Campo; a Educação Escolar Indígena; a Escolar Quilombola e a Educação a Distância” (PPP, 2018, p. 25). Na referida escola, trabalham-se com Educação Regular, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial na segunda etapa do

Ensino Fundamental, que abrange do 6º ao 9º ano, também conhecido como Ensino Fundamental II.

A escola atende alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em uma sala especializada (sala de recursos multifuncionais), com professores especializados para melhorar o desempenho do educando e facilitar a relação ensino-aprendizagem.

O documento ainda destaca a importância do Ensino Fundamental para a execução da cidadania e a vida em sociedade, citando a LDB em seu artigo 32.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (PPP, 2018. p. 26 apud BRASIL, 2014, p. 22.)

Concordamos com os autores do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar sobre a importância do PPP para cumprir todos os requisitos adquiridos e firmados ao longo do tempo através das legislações vigentes. Como consta no próprio documento, “Desse modo, o Ensino Fundamental assumiu importância estratégica no ordenamento social

brasileiro, ao consagrar-se à construção das bases da cidadania” (PPP, 2018, p. 26).

Em suma, é necessário reconhecer que todas essas ações giram em torno do educando; ele deve ser o objeto principal do planejamento curricular, para que a instituição tenha sucesso em alcançar seus objetivos e metas.

### **2.9.8. Currículo e Avaliação**

Percebe-se que, ainda no referido documento, há uma discriminação da estrutura curricular, mostrando seu conceito e citando as Diretrizes Curriculares Nacionais. O artigo 13 das Diretrizes define o currículo como um “conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos” (PPP, 2018, p. 39, apud BRASIL, 2013a, p. 66). Além disso, é função da escola “articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados” (PPP, 2018, p. 39, apud BRASIL, 2013a, p. 112).

O Projeto Político Pedagógico enfatiza que o currículo não pode ser visto apenas como os conteúdos a serem repassados aos educandos, mas como uma oportunidade de desenvolver os conceitos de “o que ensinar, quando ensinar e para quem ensinar”. Somente dessa forma obteremos o máximo aproveitamento da relação ensino-aprendizagem, conforme citado no PPP da referida escola.

Dessa forma, a LDB propõe uma base curricular comum que pode

ser complementada pela escola. Assim, está assegurado “o preceito constitucional de uma formação básica partilhada, inclusive para promover um sentimento identitário envolvido com um projeto solidário de Nação” (PPP, 2018, p. 40). Vários componentes curriculares são frutos de uma legislação recente, como a educação em direitos humanos e o ensino religioso, entre outros.

Como a LDB oferece uma explicação concisa sobre os elementos curriculares, limitamo-nos à transcrição dos dispositivos legais, já que sua observação é um pressuposto de nosso plano curricular.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; [...] VI – que tenha prole.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído,

obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais,

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. (PPP, 2018 p.40-41)

Concordamos com o PPP escolar da instituição no que diz respeito à LDB, especialmente no que se refere ao currículo da educação básica. O documento orienta sobre o trabalho com a inclusão de línguas estrangeiras e práticas desportivas, tornando a escola um ambiente diversificado e atraente para o educando.

Dessa forma, o desenvolvimento do aluno é promovido de maneira plena e abrangente, preparando-o para atuar na sociedade de forma crítica e inteligente, além de estar apto para o mercado de trabalho e o convívio social.

## **2.10. MARCO LEGAL**

### **2.10. POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Sabemos que as políticas públicas educacionais são todas as ações que o governo realiza em prol da educação escolar no Brasil, e que, em diversas ocasiões, não conseguem atingir quem mais precisa. Por isso, é necessário compreendermos o conceito de políticas públicas educacionais para entender melhor a situação da escola brasileira.

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (Oliveira, 2010).

Conforme o autor, as políticas públicas educacionais estão relacionadas às ações criadas para garantir e melhorar a educação. Contudo, o conceito de educação é muito amplo; neste caso, estamos nos referindo à educação escolar, ou seja, às políticas voltadas para a melhoria das escolas.

Nessa situação, estamos falando em melhorias na escola, tanto em termos de estrutura quanto na relação ensino-aprendizagem dos educandos e, de certa forma, por que não, na melhoria da educação da sociedade brasileira como um todo.

De acordo com Souza (2003), as políticas públicas são:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2003, p. 13).

As políticas públicas educacionais são o que faz com que os governantes atuem nas escolas, criando programas e realizando ações que, em um futuro próximo, tragam mudanças e melhorias para a educação e,

de modo geral, para o país.

Dessa forma, se os cidadãos/sociedade entenderem o que são as políticas públicas, poderão cobrar com maior propriedade dos governantes as melhorias necessárias para seu bem-estar social e educacional.

Concordamos com Souza (2003) sobre a definição de políticas públicas e que, quando bem aplicadas, produzem resultados bastante animadores. Entretanto, discordamos quando afirma que o governo traduz seus propósitos em programas e ações; acreditamos que os propósitos são da população, e que o governo deve refletir esses anseios, não atuar em causa própria, como ocorre muitas vezes, criando leis e diretrizes que pouco favorecem a população mais necessitada e, em vez disso, beneficiam mais a classe empresarial.

Uma política pública educacional escolar que tem ajudado bastante as escolas é a gestão democrática, na qual um professor de carreira ou um funcionário efetivo da escola, após três anos de atuação na instituição, pode se candidatar a gestor da referida escola, podendo se tornar diretor por meio de eleições diretas envolvendo toda a comunidade escolar. Isso contrasta com a prática anterior, em que o governante escolhia um aliado para ser o diretor da escola, garantindo seu curral eleitoral para se perpetuar no poder.

Implantada na segunda metade da década de 1980, após a redemocratização do país, a gestão democrática passou a fazer parte do texto base da LDB e tornou-se responsabilidade da política educacional. Com a indicação de diretores por parte do governo, muitas vezes eram escolhidas pessoas sem a menor noção da rotina escolar, sem

conhecimento pedagógico, e muitas vezes sem formação acadêmica, o que representava um atraso para a escola e a comunidade escolar.

Hoje, a comunidade pode escolher quem considerar mais qualificado para assumir a gestão da escola e, em muitos locais, pode destituí-lo após o fim de sua gestão ou reelegê-lo para mais um período, que pode variar de dois a três anos, dependendo da cidade.

O princípio da autonomia requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, basicamente os pais, as entidades e as organizações paralelas à escola. A presença da comunidade na escola, especialmente dos pais, tem várias implicações. Prioritariamente os pais e outros representantes participam do Conselho da Escola da Associação de Pais e Mestres para preparar o projeto pedagógico curricular e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados (Libâneo, 2004, p. 144).

A gestão democrática não é caracterizada apenas pelo diretor da escola, mas por toda a comunidade, que deve participar das tomadas de decisão na escola. Participando do conselho escolar, pais e alunos dão voz a toda a comunidade escolar, contribuindo com suas opiniões sobre assuntos relevantes.

Dessa forma, concordamos com Libâneo (2004) quando afirma que a presença dos pais e responsáveis na escola tem várias implicações; uma delas é a participação na construção e reconstrução do projeto político-pedagógico.

Será no conselho que os problemas da gestão escolar serão discutidos e as reivindicações educativas serão analisadas para se for o caso dependendo dos encaminhamentos e da votação em plenária, - ser aprovadas e remetidas para o corpo diretivo da escola, instância executiva, que se encarrega de pôr em prática, as decisões ou sugestões do Conselho de Escola. (Antunes, 2002, p. 23)

Corroborando com a citação do autor acima, é no conselho escolar que os problemas da gestão escolar serão discutidos e, muitas vezes, resolvidos, sendo posteriormente implementados pela gestão escolar para melhorar a vida de toda a comunidade.

No conselho escolar, também são tomadas decisões sobre a distribuição da verba recebida pela escola, a compra de materiais de consumo e bens duráveis, facilitando tanto a vida de todos quanto a absorção do conhecimento.

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida (Gadotti; Romão, 1997, p. 16).

Quando se afirmar que todos os segmentos da comunidade devem entender como a escola funciona, isso significa que podem atuar de forma mais eficaz e acompanhar a educação oferecida na instituição de ensino.

A exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde as novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, corresponsabilização, interculturalismo. De fato, a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social ampla (Libâneo, 2004, p 114).

Concordamos com o autor quanto ao fato de que convencer os pais a participar da gestão escolar descentraliza as responsabilidades e torna-os parte do processo, dando-lhes autonomia para atuar nas tomadas de decisão sobre o destino da escola.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de

decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (Libâneo, 2004, p. 102).

Uma comunidade realmente engajada, participativa e atuante na escola compreenderá a importância do projeto político-pedagógico e da gestão democrática. Com isso, fará valer o direito à voz que lhe é garantido.

O projeto político-pedagógico é a principal marca de uma gestão democrática, na qual toda a comunidade escolar participa das tomadas de decisão, e o conselho escolar realmente representa toda a comunidade, assegurando que as vozes de todos sejam ouvidas pela gestão e que as medidas cabíveis para a solução dos problemas sejam tomadas, sanando, na medida do possível, essas dificuldades.

### **2.10.1. Diretrizes e Ações do poder Público**

A Secretaria Municipal de Educação de Parnamirim-RN oferece suporte a 67 escolas e CMEIs, com mais de 24 mil alunos matriculados na cidade, contando com uma equipe profissional técnica, pedagógica e administrativa que auxilia a gestão escolar em vários aspectos, como pedagógico, administrativo e jurídico.

Essa equipe orienta o gestor da escola nas tomadas de decisão e também sobre a formação do conselho escolar, incluindo uma equipe dedicada ao processo de formação. Além disso, auxiliam na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) junto à comunidade, promovendo reuniões para explicar aos pais e alunos o que é o PPP e como funciona.

A Prefeitura Municipal de Parnamirim, no ano de 2015, criou a

Lei Ordinária Nº 1.721, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio de 2015 a 2025, e, em seu artigo 2º, estabelece as diretrizes.

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Educação - PME 2015-2025:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – valorização dos (as) profissionais da educação;

X- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

(Diário Oficial do município ano VI– nº1066 – Parnamirim, RN, 24 de junho de 2015)

Essa lei inclui no item IV a promoção do princípio da gestão democrática da escola pública, o que representa um grande avanço, uma vez que uma lei municipal contempla a gestão democrática.

A partir daí, iniciou-se o processo de eleição da gestão e a criação dos conselhos escolares na cidade de Parnamirim, além de conferir

autonomia às escolas para gerir seus recursos com mais sabedoria e eficiência.

Hoje, a cidade de Parnamirim-RN conta com vários programas e projetos, conforme descrito no site da Prefeitura Municipal.

Entre eles está o programa "Fora da Escola Não Pode", que visa matricular todas as crianças e adolescentes em idade escolar e resgatar aqueles que, por algum motivo, estão fora da sala de aula.

O programa também oferece bolsas de estudo para alunos que procuraram a escola pública e não conseguiram vaga. Outro projeto é o "Gabinete Itinerante", que busca aproximar a equipe da Secretaria de Educação da comunidade escolar, permitindo ouvir e observar de perto as dificuldades enfrentadas pela gestão escolar.

Além disso, foram estabelecidas parcerias com o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Campus Party, com o objetivo de melhorar a relação ensino-aprendizagem nas escolas da cidade por meio de metodologias inovadoras e tecnologias de ponta, incluindo a implantação de um laboratório de robótica educacional na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, o primeiro laboratório de robótica educacional em uma escola pública do Rio Grande do Norte.

### **2.10.2. O PPP no Contexto da Gestão Democrática**

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) está intimamente relacionado com a gestão verdadeiramente democrática, pois o princípio básico de uma gestão democrática é a participação de toda a comunidade escolar nas tomadas de decisão da instituição e na definição dos caminhos

e objetivos a serem seguidos pela escola para maximizar a relação ensino-aprendizagem.

Um diálogo constante entre a comunidade escolar e a gestão é fundamental, e, nesse contexto, o PPP é o documento mais importante para uma gestão verdadeiramente democrática. Nele, a comunidade escolar não participa apenas na escolha dos gestores da escola através do voto direto, mas também atua como parte ativa da gestão, participando das decisões e exercendo um papel de fiscalizador e transformador da escola.

Isso proporciona à escola a esperança de um futuro promissor e vitorioso, permitindo alcançar todas as metas e realizar os sonhos de sua comunidade escolar. Assim como afirma Ferreira (2006):

(...)é necessário que atuem na escola com maior competência, para que o ensino realmente se faça e que a aprendizagem se realize, para que as convicções se construam no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem, coletivamente, no companheirismo e na solidariedade (Ferreira, 2006, p. 113).

Portanto, é necessária a atuação de todos na comunidade escolar para que a função da escola seja alcançada, sempre com muito diálogo e respeito à opinião de todos.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é a principal marca da Gestão Democrática; ele orientará o fazer pedagógico e determinará os objetivos a serem alcançados pela instituição escolar com a participação de todos.

O projeto político-pedagógico da escola pública, eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Se concebido adequadamente, ... revela quem é a comunidade escolar, quais são seus desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz esta de organizar, executar e avaliar o

trabalho educativo de todos os sujeitos da escola... Eis o nosso desafio, recolocar o projeto político-pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática (Silva 2003, p. 298).

Sendo assim, em relação à importância do PPP para a Gestão Democrática, é fundamental reconhecer que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento essencial para a construção da Gestão Democrática. De fato, não é possível falar em Gestão Democrática sem considerar o PPP; ambos são partes integrantes de um todo e estão intimamente ligados para o bem maior da escola pública.

A gestão democrática tem como principal objetivo o trabalho coletivo e participativo da comunidade escolar, o que nem sempre é facilmente alcançado. Segundo Rosenau (2002), a gestão democrática deve envolver participação, comprometimento e coletividade para ser efetiva.

Tem-se como indicativo que para uma gestão democrática na escola é necessário um trabalho coletivo, o que não é meta fácil de atingir. A condução de processos que conduzam a um novo processo decisório responsável e comprometido neste trabalho coletivo, entendida como gestão democrática, poderá ser um dos caminhos para que a escola se insira num processo pedagógico eficiente orientado para a qualidade e eficácia da educação desejada para todos (Rosenau, 2002, p. 7).

Estamos de acordo com o autor ao afirmar que a gestão democrática é um dos caminhos para uma educação eficaz e comprometida com a qualidade para todos.

Uma gestão democrática de fato só ocorrerá com a participação de toda a comunidade escolar, e essa participação, bem como a fiscalização por parte da comunidade, potencializará a qualidade de ensino desejada,

tornando a escola um verdadeiro local de transformação para a sociedade e a comunidade em que está inserida.

Nesse contexto, ressaltamos a importância da participação de toda a comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) para fortalecer a Gestão Democrática, trazendo os benefícios de uma escola verdadeiramente pública e comprometida com a qualidade da educação de todos que fazem parte da instituição.

### **2.10.3. Políticas Públicas voltadas para o Projeto Político-Pedagógico escolar**

As políticas públicas educacionais desempenham um papel fundamental na estruturação e consolidação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das instituições de ensino. No Brasil, marcos regulatórios como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) orientam a construção do PPP, reforçando sua importância na gestão democrática e na promoção da qualidade do ensino.

Programas governamentais, como o Plano de Ações Articuladas (PAR), o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e a Política Nacional de Formação de Professores, também influenciam diretamente a elaboração e implementação do PPP, garantindo que ele esteja alinhado com as necessidades locais e os princípios da educação inclusiva e participativa. Essas políticas incentivam a autonomia das escolas na definição de suas diretrizes pedagógicas e na articulação com a comunidade escolar, fortalecendo o caráter democrático da gestão educacional.

Dessa forma, o PPP não deve ser entendido apenas como um documento burocrático, mas como um instrumento dinâmico que reflete as diretrizes educacionais e os anseios da comunidade escolar, garantindo que a escola cumpra seu papel social de forma eficiente e alinhada às políticas públicas vigentes.

Com base no que foi exposto sobre as políticas públicas voltadas para o Projeto Político-Pedagógico (PPP), algumas melhorias para a educação podem ser sugeridas para fortalecer sua implementação e impacto na qualidade do ensino:

### **Aprimoramento da participação da comunidade escolar**

O PPP deve ser construído de forma coletiva, mas muitas vezes a participação de pais, alunos e demais atores da comunidade é limitada. Estratégias como assembleias escolares, consultas públicas e programas de envolvimento comunitário podem fortalecer essa interação, garantindo que o projeto pedagógico seja um reflexo real das necessidades locais.

### **Reforço da autonomia escolar na construção do PPP**

Embora as escolas tenham liberdade para elaborar seu PPP, muitas ainda enfrentam dificuldades devido a limitações burocráticas e falta de recursos. A descentralização da gestão educacional e o aumento do suporte técnico e financeiro podem contribuir para que as unidades escolares implementem projetos mais alinhados às suas realidades.

### **Maior articulação entre políticas públicas e a realidade escolar**

Muitas políticas educacionais são formuladas sem considerar as particularidades regionais. É fundamental que haja uma maior flexibilização e adaptação dessas diretrizes às necessidades locais, permitindo que cada escola desenvolva seu PPP de maneira mais eficiente e contextualizada.

### **Ampliação de programas de avaliação e monitoramento do PPP**

Para que o PPP não se torne um documento meramente formal, é necessário criar mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação, que possibilitem ajustes e aprimoramentos ao longo do tempo. Isso pode ser feito por meio de auditorias pedagógicas, feedback da comunidade escolar e acompanhamento de indicadores de aprendizagem.

Essas melhorias podem contribuir para tornar o PPP um verdadeiro instrumento de transformação educacional, garantindo uma escola mais democrática, inclusiva e alinhada às necessidades da sociedade.

O Projeto Político-Pedagógico é um instrumento essencial para a organização e melhoria da educação escolar. Ele pode trazer avanços significativos em diversos aspectos, garantindo que a escola cumpra seu papel social de forma mais eficiente e democrática. Algumas melhorias que o PPP pode proporcionar incluem:

### **Gestão Democrática e Participativa**

O PPP incentiva a participação ativa de professores, alunos, pais e demais membros da comunidade escolar na tomada de decisões. Isso

fortalece o senso de pertencimento e engajamento, tornando a escola mais integrada à realidade local.

### **Currículo Contextualizado e Inclusivo**

A construção coletiva do PPP permite que o currículo seja adaptado às necessidades dos estudantes, levando em conta suas experiências, cultura e realidade social. Isso favorece uma aprendizagem mais significativa e alinhada aos desafios da comunidade.

### **Melhoria da Qualidade do Ensino**

Com diretrizes pedagógicas bem definidas, o PPP contribui para a melhoria do ensino, promovendo metodologias inovadoras, estratégias de avaliação mais eficazes e práticas que estimulam a aprendizagem ativa.

### **Fortalecimento da Identidade Escolar**

O PPP ajuda a consolidar a identidade da escola, definindo seus valores, missão e objetivos. Isso permite que cada instituição construa um projeto educacional único, adequado às necessidades de seus alunos e ao contexto onde está inserida.

### **Inclusão e Equidade**

Um PPP bem elaborado pode garantir que a escola adote práticas inclusivas, respeitando a diversidade e promovendo ações que reduzam desigualdades, como atendimento a estudantes com deficiência, políticas de combate à evasão escolar e valorização da multiculturalidade.

## **Maior Articulação com as Políticas Públicas**

O PPP permite que a escola se alinhe às políticas educacionais vigentes, aproveitando melhor os programas governamentais, projetos de formação docente e recursos disponíveis para o desenvolvimento escolar.

## **Acompanhamento e Avaliação Contínua**

Um dos grandes benefícios do PPP é a possibilidade de revisão e atualização constante, permitindo que a escola identifique desafios, replaneje ações e busque soluções mais eficazes para a melhoria da aprendizagem e do ambiente escolar.

Dessa forma, quando bem estruturado e aplicado, o Projeto Político-Pedagógico se torna uma ferramenta essencial para transformar a educação, tornando-a mais democrática, inclusiva e de qualidade.

### **2.10.4. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Emérito Nestor Lima para o desenvolvimento da pesquisa**

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o objeto de estudo da nossa pesquisa, e é sobre ele que discorreremos ao longo do trabalho, desde a história da educação brasileira até os dias atuais. Vamos detalhar os conceitos, sua importância para a escola e a forma como deve ser construído e elaborado, sempre garantindo a participação efetiva de toda a comunidade escolar.

O objetivo geral da nossa pesquisa é verificar a existência do PPP na escola em questão. Constatou-se que a escola possui um PPP bem elaborado e fundamentado teoricamente, porém com uma linguagem muito

inacessível e complicada para o entendimento dos membros da comunidade escolar (pais e alunos). O documento não deixa explícitos de forma clara os objetivos e metas a serem alcançados pela escola, bem como os caminhos a serem seguidos para atingi-los.

Durante a construção do PPP, observamos uma falha na divulgação para pais e alunos, o que impediu a participação deles no processo e a contribuição com suas ideias e pontos de vista sobre suas necessidades e desejos. O PPP foi basicamente construído por professores, o que vai de encontro ao conceito de PPP e Gestão Democrática, pois o diálogo e a participação de toda a comunidade escolar são essenciais para uma gestão verdadeiramente democrática.

Quanto à aplicação do PPP, notamos que muitos membros da comunidade escolar nem sequer sabem que o PPP existe ou o que ele representa. Em relação aos professores, devido à constante mudança de docentes e à chegada de novos professores concursados, muitos não buscaram informações ou não foram devidamente informados pela gestão sobre o PPP da escola.

Dessa forma, há uma dificuldade em implantar o que está escrito no documento, pois muitos membros não participaram da sua construção e não sabem que ele existe. Sem conhecimento das metas e objetivos, como cobrar resultados? A escola (comunidade escolar) acaba à deriva, sem saber aonde chegar.

De fato, o PPP da referida escola parece existir apenas no papel, sem uma participação efetiva de pais e alunos em sua construção, possivelmente por falta de compreensão sobre o documento e sua

importância para o desenvolvimento da escola. Além disso, ressaltamos a falta de empenho dos professores em se apropriar do PPP para torná-lo uma realidade no dia a dia da escola.

### **2.10.5. Caracterização da instituição escolar**

Inicialmente, verificamos que o documento inclui uma caracterização da cidade de Parnamirim-RN, abordando o significado do nome da cidade, do bairro Passagem de Areia, onde a escola foi construída, e um pequeno relatório sobre a comunidade residente no bairro, que é descrita como uma área muito populosa e violenta. Além disso, o documento apresenta uma caracterização detalhada sobre a criação da escola, incluindo decretos e portarias de autorização e funcionamento, bem como as modalidades de ensino oferecidas pela instituição.

A Escola Municipal Emérito Nestor Lima, situada na Rua Luiza Maria da Conceição Santiago – S/N, bairro de Passagem de Areia, Parnamirim/RN, foi criada em 24 de setembro de 2007, pelo decreto nº 1.346/07, com a autorização de funcionamento através da portaria nº 007/07, de 17 de setembro de 2007, sendo destinada à oferta do Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial, ancorada nos princípios de justiça social, cidadania, ética, emancipação e gestão democrática, com a participação da comunidade nas instâncias deliberativas (PPP, 2018, p.9).

Analisando o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Emérito Nestor Lima, podemos perceber que ele está muito bem elaborado e fundamentado teoricamente, com um total de 54 páginas e 16.426 palavras, e com a versão atualizada em 2018. O PPP inicia traçando um perfil socioeconômico da cidade e do bairro onde a escola está localizada, trazendo informações estatísticas obtidas no último censo.

Além disso, o documento inclui uma caracterização detalhada da escola, desde a obtenção do terreno até a inauguração, menciona que a escola foi nomeada em homenagem ao filho ilustre Nestor Lima, e fornece informações sobre a estrutura física da escola, como a quantidade de salas, salas de apoio e banheiros.

Como descrito no próprio PPP (2018, p. 10) da instituição:

O espaço físico de nossa escola é bastante amplo e conta com a seguinte infraestrutura disponível:

- Nove salas de aula ativas;
- Onze banheiros no total. Oito banheiros para os alunos; quatro banheiros comuns, além de quatro banheiros adaptados para alunos com necessidades especiais;
- uma sala de direção;
- uma sala de secretaria e um banheiro;
- refeitório, cozinha, banheiro e duas despensas, sendo uma para armazenar a merenda e a outra para guardar os utensílios usados;
- uma sala dos professores;
- duas salas para a promoção de cuidados em saúde, sendo uma para atendimento médico e outra para odontologia, porém, em razão da escola nunca ter recebido esses profissionais, as salas foram redimensionadas para abrigarem a rádio escola e a coordenação pedagógica;
- uma biblioteca; com acervo composto por livros literários, obras de referência (dicionários de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola), periódicos (revistas de diversas áreas do conhecimento, tais como Matemática, Ciências da Natureza, História, Linguagens, Geografia e atualidades), além de atlas de diferentes disciplinas;
- uma sala multifuncional para oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- uma sala multimídia;

- um laboratório de informática;
- almoxarifado;
- uma sala de arquivo;
- uma sala onde funcionam os projetos extracurriculares desenvolvidos na comunidade escolar;
- Pátio;
- Estacionamento para bicicletas;
- Espaço em comum para pais e mães (praça das comadres)
- Estacionamento;
- Uma quadra poliesportiva

Consideramos que o PPP não pôde ser atualizado no ano de 2020 devido aos decretos de distanciamento social provocados pela pandemia de COVID-19. Acreditamos que, por esse motivo, há algumas discrepâncias na caracterização estrutural da escola encontrada no PPP atualizado em 2018 da Escola Municipal Emérito Nestor Lima.

Em relação à quantidade de salas, o PPP menciona nove salas, mas atualmente há dez salas de aula ativas. Supomos que uma sala foi excluída, pois era usada para a modalidade de esportes, especificamente para treinos de artes marciais, como o judô.

Além disso, ao analisar a contagem de banheiros, o PPP mostra onze, mas na descrição são apresentados apenas dez. O banheiro da sala dos professores e o banheiro da copa não foram mencionados.

A escola conta atualmente com uma sala de robótica (anteriormente uma sala de informática), adquirida em 2019 por meio de uma parceria entre a gestão escolar, a prefeitura e o Instituto Campus Party. Nesse laboratório, são oferecidas aulas de robótica educacional para os alunos da escola, em contraturno, bem como para a comunidade do bairro

e de outras localidades da cidade, não necessariamente matriculados na escola.

Também é importante ressaltar que a quadra poliesportiva está desativada devido ao desgaste da estrutura metálica que suporta o teto. A corrosão provocada pelas intempéries comprometeu a integridade física dos educandos. No entanto, já existem estudos para uma licitação pública que resultará na restauração da quadra, embora esse processo também tenha sido adiado pela pandemia de COVID-19.

O estacionamento da escola, que suporta aproximadamente 15 veículos, não possui um portão automatizado, o que exige a presença ou o deslocamento do porteiro do portão principal para o portão do estacionamento durante as horas críticas de entrada e saída dos alunos e professores. Isso pode gerar situações de risco para toda a comunidade escolar, como assaltos e acidentes.

Observamos a presença de hidrantes contra incêndio em três locais da escola, mas eles estão fora de uso devido a arrombamentos que resultaram no roubo das mangueiras e das peças de bronze usadas para acoplamento das mangueiras.

A escola também dispõe de vários extintores, que foram inicialmente colocados nas portas de cada sala, mas foram retirados posteriormente pela gestão devido ao fato de que os alunos estavam brincando com eles e desperdiçando a carga. A gestão iniciou um ciclo de conscientização para minimizar essas atitudes por parte dos estudantes.

## 2.10.6. Infância e Adolescência

O documento também inclui uma análise sobre a educação básica e suas finalidades, bem como sobre a organização e o currículo mínimo, detalhando o sentido e a principal finalidade da educação básica de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

[...]

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (PPP, 2018, p. 22-23).

Concordamos com os autores do PPP quando afirmam que “à escola incumbiu a missão fundamental de tornar possíveis as condições para o real exercício da cidadania e o gozo pleno dos direitos, mediante a democratização do patrimônio científico e cultural necessário ao desenvolvimento de habilidades e competências requeridas para o protagonismo nas diferentes cenas sociais” (PPP, 2018, p. 23).

Ou seja, é função da escola garantir esses direitos e o acesso ao conhecimento para que as crianças e adolescentes inseridos no processo educacional possam atuar de forma consciente na sociedade, contribuindo para sua transformação para melhor.

Continuando com a análise do documento, é possível observar uma caracterização das múltiplas infâncias e adolescências encontrada nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). O artigo 8º das DCN diz: “Art. 8º.

O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a

população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo” (PPP, 2018, p. 27 apud BRASIL, 2013a, p. 132).

Sendo a etapa que compreende a maior parte da escolarização básica do indivíduo, passando pela infância e início da adolescência, o documento atual divide-a em duas fases: 1ª fase (do primeiro ao quinto ano): estudantes de seis a dez anos; 2ª fase (do sexto ao nono ano): alunos de onze a quatorze anos.

Essa discussão é relevante quando algumas questões são levantadas, tais como: “Quem são nossos alunos?” “O que ensinar?” “Como ensinar?” (PPP, 2018, p. 28).

Ao responder a essas questões, teremos respaldo para um planejamento mais eficaz, uma vez que as diferenças entre as faixas etárias trazem formas distintas de processos cognitivos, não apenas em relação à aprendizagem, mas também à afetividade, sociabilidade e emoções. As ações pedagógicas devem estar alinhadas com essas discrepâncias para maximizar a relação ensino-aprendizagem, sem negligenciar outros fatores importantes, como a vulnerabilidade que afeta grande parte da comunidade escolar e pode prejudicar o desenvolvimento dos educandos, como relatado pelos autores do PPP no documento.

Devido à vulnerabilidade mencionada no PPP, é citado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é um conjunto de medidas protetivas em defesa dos direitos das crianças e adolescentes do Brasil, em vigor desde 1990 com a Lei 8.069, que colocou o país entre os mais avançados do mundo. Considerando a educação escolar como principal

espaço de socialização e amadurecimento das funções cognitivas, o PPP segue citando o artigo 54 do ECA.

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (PPP, 2018. p.29 apud BRASIL, 2013c, p. 31.)

E também o artigo 56 do ECA.

Art. 56. Os dirigentes dos estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao conselho tutelar os casos de:

I – maus-tratos envolvendo seus alunos;

II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III – elevados níveis de repetência.

(PPP, 2018. p.29 apud BRASIL, 2013c, p. 32.)

Corroborando com a citação acima, o Projeto Político Pedagógico escolar reforça que o ECA deve se tornar parte integrante do cotidiano escolar para assegurar os direitos dos alunos, conforme previsto pela LDB em seu artigo 32 e § 5º:

“**Art. 32.** O currículo do Ensino Fundamental deverá garantir aos alunos o acesso ao conhecimento necessário para o desenvolvimento pleno das suas potencialidades, e o respeito aos seus direitos de cidadania.

§ 5º. Assegurada aos alunos, no âmbito da escola, a

participação efetiva na vida escolar e o direito de expressão, conforme os princípios estabelecidos pelo ECA.”

(PPP, 2018. Apud BRASIL, 2013c, p.23.)

Dessa forma, ao conhecer seus direitos, o aluno pode reivindicá-los de maneira mais eficaz. O conhecimento sobre seus direitos permite ao aluno cobrar sua efetivação e participar ativamente na construção de uma escola melhor e, por conseguinte, na formação de uma sociedade mais justa para todos.

### **2.10.7. Educação básica e Finalidades**

Notamos que a escola também oferece a modalidade EJA (Educação para Jovens e Adultos) no turno noturno, abrangendo uma clientela que vai dos quinze anos de idade a senhores e senhoras com mais de 60 anos.

A modalidade oferece desde a alfabetização e letramento até o nível quatro, que corresponde ao 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II. O PPP da escola ressalta a importância e a historicidade da EJA, desde o Brasil Colônia com a catequese até a “Reforma João Alves” de 1925, que instituiu o ensino noturno para jovens e adultos (PPP, 2018, p. 30).

Portanto, a EJA é um importante instrumento para ampliar a cidadania e o convívio em sociedade daqueles que, por algum motivo, não puderam estudar na faixa etária apropriada, minimizando as desigualdades sociais. Conforme explicitado no documento, a EJA desempenha três funções sociais.

Função reparadora: resgata um direito subtraído, em outro momento, aos jovens e adultos em processo de escolarização, respondendo pela omissão pretérita do poder público em

assegurar um direito social.

Função equalizadora: orienta-se à conquista da equidade, cujo conceito lembra a necessidade de ofertar às vítimas das diferentes formas e graus de exclusão social oportunidades que lhes garantam o exercício da participação igualitária, premissa de uma sociedade democrática.

Função qualificadora: não se refere apenas à qualificação para o mundo do trabalho, mas também à promoção de um percurso formativo permanente, em razão da incompletude constitutiva do humano, numa perspectiva de abertura às demandas emergentes no meio societário. Nesse sentido, atua como problematização permanente, construindo referências junto com os educandos na elaboração de respostas sustentáveis aos desafios do cotidiano (PPP, 2018, p. 31).

Essas funções, conforme descrito acima, refutam o preconceito de que a EJA seria apenas um paliativo. Como destacado no documento da escola: “Essas funções desmentem uma visão preconceituosa, segundo a qual a EJA seria um mero paliativo para aqueles que não obtiveram sucesso no ensino regular” (PPP, 2018, p. 31).

Com o objetivo estratégico de reintegrar jovens e adultos à sociedade e capacitá-los para o mercado de trabalho, a EJA não é apenas um paliativo, mas sim uma esperança de uma vida melhor para aqueles que foram esquecidos ao longo do tempo.

Tal situação é fruto de uma espécie de migração perversa de jovens entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos que não encontram o devido acolhimento junto aos estabelecimentos de ensino sequencial regular da idade própria. Não é incomum se perceber que a população escolarizável de jovens com mais de 15 (quinze) anos seja vista como “invasora” da modalidade regular da idade própria. E assim são induzidos a buscar a EJA, não como uma modalidade que tem sua identidade, mas como uma espécie de “lavagem das mãos” sem que outras oportunidades lhes sejam propiciadas. Tal indução reflete uma visão do tipo: a EJA é uma espécie de “tapa-buraco”. (PPP, 2018 p. 32 apud BRASIL, 2013a, p.

Estamos de acordo com a citação que destaca a importância da EJA para os educandos. No entanto, a modalidade pode causar traumas devido às reprovações constantes, à necessidade de trabalhar para sustentar a família, ao cansaço em função do trabalho, e à baixa autoestima, entre outros fatores que podem prejudicar a relação ensino-aprendizagem.

Para o professor, que muitas vezes já está no seu terceiro expediente e não tem remuneração suficiente para se dedicar exclusivamente a um vínculo, a capacitação necessária para interagir de forma satisfatória com os alunos e maximizar a relação ensino-aprendizagem pode ser um desafio.

Diante desse cenário, conforme os autores do PPP, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) criaram dispositivos para interromper a migração discriminatória: “Assim, em 2010, foram alteradas as idades mínimas para ingresso na modalidade: 15 (quinze) anos completos para a EJA do Ensino Fundamental e 18 (dezoito) anos para a modalidade em Nível Médio” (PPP, 2018, p. 33).

### **2.10.8. Educação Especial**

No Projeto Político Pedagógico da instituição, também é abordada a educação especial, que, assim como a EJA, enfrenta preconceitos provenientes de vários setores, além das dificuldades dos educandos na relação ensino-aprendizagem, falta de recursos e a ingerência dos governantes em relação à educação como um todo. Portanto, cabe à escola acolher esses alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), conforme mencionado no corpo textual do

## PPP da instituição.

Na Declaração de Salamanca, marco internacional que consolidou o direito à Educação Especial, fica evidente a amplitude do seu alcance:

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Declaração de Salamanca, 1994, apud Libâneo; Oliveira; Toschl, 2012, p. 366.)

Concordamos com os autores do PPP e com a Declaração de Salamanca, que afirmam que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Portanto, os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) devem ser acolhidos pela escola, com recursos especiais para potencializar sua aprendizagem e socialização.

A Constituição Federal de 1988 não deixa margem para discriminação, como estabelecido no artigo 206, que garante “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e torna responsabilidade do Estado oferecer “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, CF).

O PPP da Escola Municipal Emérito Nestor Lima menciona que, por se tratar de um polo de atendimento para alunos com NEE, a escola recebe alunos oriundos de instituições vizinhas em uma sala especializada de recursos multifuncionais, com uma professora especialista no atendimento a essa clientela específica.

Esse suporte facilita a superação das barreiras cognitivas que

possam impedir o pleno desenvolvimento intelectual e social dos alunos, promovendo a sua capacidade de atuar na sociedade com dignidade e conhecimento dos seus direitos e deveres.

Por esse motivo, o PPP elenca um conjunto de objetivos específicos para orientar as ações a serem desenvolvidas na inclusão dos educandos com NEE, como detalhado no documento da escola.

Contribuir no suporte pedagógico dos docentes em assuntos referentes à educação inclusiva.

Aprofundar e ampliar a abordagem da inclusão, envolvendo aspectos da diversidade, tais como: necessidades educacionais especiais, educação de jovens e adultos, diversidade étnico-racial, gênero e diversidade.

Construir reflexões que ressignificam o manejo com as diferenças. (PPP, 2018. p. 37)

O Projeto Político Pedagógico também apresenta ações específicas adotadas para atender às necessidades educativas dos alunos. Concordamos com os autores do PPP que os objetivos e diretrizes a seguir demonstram um compromisso genuíno com a educação inclusiva.

Estímulo à socialização, à autonomia, à consciência corporal e à independência.

Realização de atividades com sequência lógica, contagem (em diversas bases), seriação e ordenação.

Jogos que estimulem a leitura e a escrita; associação de imagens e palavras; contatos com diversos gêneros textuais, como poesia, músicas, parlendas, entre outros.

Promoção às artes e à criatividade com recursos variados, como pinturas com tinta guache, desenhos livres e dirigidos, materiais feitos a partir de sucata (embalagens vazias, tampinhas, palitos de picolé e de churrasco, retalhos etc.).

Utilização de brinquedos de montar/desmontar, simples e complexos, exigindo diferentes tarefas cognitivas, entre as quais a abstração.

Jogos mnemônicos e cooperativos; atividades lúdicas com materiais estruturados e não estruturados; blocos lógicos, material dourado, sólidos geométricos etc. (PPP, 2018. p.39)

Chegamos à conclusão de que o PPP da referida escola é muito bem embasado teoricamente e elaborado, apresentando citações de autores e estudiosos sobre o tema, além de legislações que regem a educação básica brasileira.

No entanto, o documento não deixa claros alguns tópicos importantes que deveriam estar presentes e bem destacados, tais como: a missão da escola, as metas propostas, os objetivos gerais e específicos, as estratégias para alcançá-los, recursos tecnológicos e estruturais, metodologias e procedimentos, plano de ação e dados sobre o ensino e aprendizagem. Isso nos leva a crer que o documento pode estar sendo usado mais para cumprir exigências burocráticas do que para orientar efetivamente o cotidiano escolar.

## **CAPÍTULO 03**

### **MARCO METODOLÓGICO**

### **3. MARCO METODOLÓGICO**

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos neste trabalho permitiu um detalhamento abrangente dos caminhos a serem seguidos para uma formulação e desenvolvimento eficaz do estudo, proporcionando uma melhor compreensão e entendimento do trabalho como um todo. A metodologia é uma parte crucial da pesquisa, pois nos guia na realização dos objetivos, utilizando métodos comprovados que aumentam a eficácia da pesquisa e refinam os resultados obtidos.

De acordo com Roesch (2007, p. 123), “a metodologia é a forma pela qual será elaborado o projeto”. Roesch também ressalta que a definição do tipo de pesquisa deve ser orientada pelos objetivos do estudo, diferenciando entre o delineamento da pesquisa e as técnicas de coleta e análise de dados a serem utilizadas.

Concordamos com Marques e Urquiza (2016) ao afirmar que, embora a metodologia seja essencial para a pesquisa, ela apresenta complexidades, especialmente na organização dos materiais de pesquisa por categorias, uma etapa crucial para o desenvolvimento eficaz da pesquisa.

#### **3.1 ENFOQUE DA PESQUISA**

##### **3.1. Enfoque da Pesquisa**

O presente trabalho teve como enfoque metodológico a pesquisa qualitativa e quantitativa.

Segundo Minayo (2001),

"A pesquisa qualitativa caracteriza-se por um processo investigativo que visa compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, valorizando a subjetividade, os significados e as interações sociais." (MINAYO, 2001, p. 21)

De acordo com Gerhardt e Silveira,

"A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e técnicas estatísticas." (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31)

Nossa pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, o que está de acordo com Minayo (2010), que afirma que essas abordagens representam não apenas formas distintas de compreender o real, mas também métodos de investigação com campos teóricos próprios e frequentemente antagônicos. A abordagem qualitativa permite uma análise aprofundada e contextualizada, enquanto a abordagem quantitativa oferece uma visão baseada em dados numéricos.

Além disso, conforme Gil (2010), uma pesquisa aplicada tem objetivos específicos que a diferenciam de outras pesquisas, focando em resolver problemas práticos e fornecer soluções aplicáveis.

### **3.1.1. Desenho da investigação**

Este trabalho de pesquisa adota um modelo não experimental, utilizando um estudo de caso abordado por uma proposta descritiva que será permeada por métodos qualitativo e quantitativo. Acreditamos ser importante analisar os dados coletados tanto de forma numérica quanto qualitativa para obter uma compreensão mais completa do fenômeno

estudado.

Em relação aos objetivos da pesquisa, ela é de natureza exploratória e descritiva. Segundo Santos (2002), explorar é tipicamente a primeira aproximação de uma temática, criando familiaridade com o fato ou fenômeno a ser estudado.

De acordo com Gil (2008, p.27),

"A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão." (GIL, 2008, p. 27)

Ainda segundo Gil (2008, p.28),

"A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre variáveis." (GIL, 2008, p. 28)

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.186),

"A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. [...] Não se prende apenas à descrição, mas pode buscar explicações, embora não faça uso do experimento." (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186)

A pesquisa trata de um estudo de caso, sobre a importância do Projeto Político Pedagógico para a instituição de ensino e apresenta características de uma população, amostra, contexto ou fenômeno, fornecendo informações para uma investigação mais precisa.

Trabalhamos com obras importantes sobre o Projeto Político Pedagógico, com autores importantes para o tema, como Moacir Gadotti, Ilma Veiga, Celso Vasconcelos. E optamos por utilizar questionário eletrônico através de aplicativos de mensagens devido os decretos de distanciamentos impostos pela pandemia COVID-19 que nesta situação de calamidade mundial foi crucial na proposta de atingir nossos objetivos, sendo assim, escolhemos realizar entrevistas semiestruturadas, as quais serão mencionadas posteriormente, elas foram obtidas por mensagens de voz, gravadas e transcritas para buscarmos analisar, compreender e interpretar os dados obtidos.

### **3.1.2. Tipo de investigação**

A pesquisa é um estudo de caso na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, na cidade de Parnamirim-RN Brasil, sobre a importação do projeto político pedagógica para a instituição de ensino.

De acordo com Gil (2008, p.54),

"O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu conhecimento amplo e detalhado." (GIL, 2008, p. 54)

Para Yin (2005, p. 32)

"O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e contexto não estão claramente definidos." (YIN, 2005, p. 32)

## **3.2. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA**

### **3.2.1. Delimitação geográfica**

Essa pesquisa foi realizada em uma escola pública, da região mais periférica da cidade de Parnamirim, no Rio Grande do Norte.

### **3.2.2. Delimitação espacial**

A pesquisa, realizou-se em um universo escolar da rede municipal de Parnamirim RN, na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, no bairro de Passagem de Areia.

### **3.2.3. Delimitação temporal**

O recorte temporal utilizado pela pesquisa bibliográfica foram artigos, dissertações e teses publicados entre os anos de 2019 – 2021. Porém o período abrangido pela pesquisa foi de 12 meses (2020/2021).

## **3.3. POPULAÇÃO E AMOSTRA**

**3.3.1. População:** A pesquisa foi conduzida com um universo de 45 professores da Escola Municipal Emérito Nestor Lima, na cidade de Parnamirim-RN, Brasil.

Esses professores lecionam para as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e as turmas da alfabetização de adultos até o Nível IV da EJA noturna. Isso significa um total de 22 turmas distribuídas em três turnos.

Segundo Lakatos e Marconi,

"População é o conjunto de seres que apresentam pelo menos uma característica em comum. [...] Amostra é uma parte dessa população, selecionada de acordo com um critério, que deve representá-la de forma fiel." (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 82)

De acordo com Marconi e Lakatos (2001), o universo é o conjunto de seres animados ou inanimados que compartilham pelo menos uma característica comum. Na nossa pesquisa, os sujeitos foram selecionados intencionalmente com base em critérios previamente estabelecidos, garantindo que os professores incluídos tenham experiência significativa na comunidade escolar. Este critério é fundamental para assegurar a relevância e a coerência do tema da pesquisa, que foi realizada de junho de 2020 a maio de 2021, todos são professores da referida escola com vínculo efetivo no município de Parnamirim-RN, Brasil.

**3.3.2. Amostra:** Para tanto realizamos a pesquisa com amostragem de 25 docentes que foram selecionados de forma aleatória simples para representar os professores da Escola Municipal Emérito Nestor Lima, na cidade de Parnamirim-RN, Brasil.

Destes, 25 professores aceitaram responder ao questionário remotamente, o que corresponde a aproximadamente 55% da população pesquisada.

Esse percentual reflete a amostra de professores efetivos com carga horária integral na escola, facilitando o desenvolvimento da pesquisa. Os professores selecionados de forma aleatória possuem amplo conhecimento sobre o cotidiano da escola e já atuam há alguns anos, atendendo assim às necessidades de coleta de dados da pesquisa.

Segundo Vergara (2009, p.47),

"População é o conjunto de elementos que possuem as características que o pesquisador deseja estudar. Amostra é uma parte dessa população, selecionada segundo critérios estatísticos ou não, da qual se espera obter informações representativas do todo."  
(VERGARA, 2009, p. 47)

Ainda segundo Gil (2010), o objetivo da amostragem é identificar locais, pessoas ou fatos que possibilitem a descoberta de variações entre os conceitos estudados. Portanto, a amostragem deve ser desenvolvida ao longo do processo de pesquisa e não ser predeterminada, rígida ou engessada.

### **3.3.3. Critérios de inclusão**

A nossa pesquisa contou com a colaboração voluntária dos professores em responder o questionário de pesquisa atendendo os critérios de inclusão abaixo.

- Ser professor(a) em exercício na educação básica na referida escola.
- Atuar em escola pública, conforme o foco da pesquisa.
- Ter acesso à internet e familiaridade com formulários digitais.
- Responder ao formulário de forma voluntária e espontânea.
- Estar atuando na área educacional durante o período da coleta de dados.

### **3.3.4. Critérios de exclusão**

A pesquisa também contou com alguns critérios de exclusão que estão

destacados abaixo.

- Não estar em exercício na educação básica na referida escola.
- Atuar em escola privada, fora do foco da pesquisa.
- Não ter acesso à internet ou não possuir familiaridade com ferramentas digitais.
- Não está presente na reunião de alinhamento e apresentação da pesquisa.

### 3.4. TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados usamos técnicas e instrumentos capazes de atender aos objetivos da pesquisa de forma satisfatória.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.186)

“As técnicas de coleta de dados são os meios utilizados pelo pesquisador para obter as informações necessárias ao desenvolvimento do estudo. Os instrumentos de coleta são os recursos específicos utilizados para operacionalizar essas técnicas, como questionários, entrevistas e formulários.”  
(LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 186)

Para Gil (2008, p.104) a respeito das técnicas de coleta de dados afirma,

"As técnicas de coleta de dados são os procedimentos utilizados pelo pesquisador para obter informações a respeito do problema de pesquisa. Para sua aplicação, é necessário o uso de instrumentos apropriados, como formulários, questionários, roteiros de entrevista, entre outros."  
(GIL, 2008, p. 104)

Para alcançar os objetivos da nossa pesquisa, optamos por utilizar um questionário semiestruturado com 16 questões fechadas de múltipla escolha usando a plataforma digital “*Google Forms*”.

Segundo Roesch (2007) que define o questionário semiestruturado como: “um processo social. O uso do entrevistador se faz necessário quando há no questionário uma série de questões abertas e

quando é preciso escrever as respostas nas palavras dos respondentes.”

Concordamos que essa abordagem é a mais adequada para o presente projeto, pois permite quantificar, medir relações e obter informações detalhadas sobre a população específica estudada.

Concordamos com Gil (2010) ao destacar que as questões abertas permitem que os entrevistados expressem suas respostas com suas próprias palavras e de forma mais livre. Em contraste, nas questões fechadas, os entrevistados escolhem uma resposta entre as opções apresentadas, o que pode simplificar a análise quando as respostas são mais complexas e específicas.

Os dados da pesquisa foram analisados tanto quantitativamente quanto qualitativamente. A análise quantitativa foi realizada por meio de tabelas e gráficos, enquanto a análise qualitativa envolveu discussões e inferências sobre as opiniões e relatos dos docentes da escola em questão.

Concordamos com Jacobsen (2011) ao afirmar que todos os métodos de coleta de dados devem estar alinhados com os objetivos da pesquisa, o que permite atender a todas as demandas do estudo. O questionário foi construído com base nos objetivos da pesquisa e aplicado virtualmente, em função da pandemia de Covid-19 e dos decretos de distanciamento social impostos pelos governos municipal e estadual.

### **3.4.1 Plano de Análise e Interpretação dos Resultados**

A análise e interpretação dos dados da pesquisa serão realizadas com base em procedimentos metodológicos que combinem abordagens qualitativas e quantitativas, conforme a natureza das informações coletadas. Essa estratégia mista visa aprofundar a compreensão do objeto

de estudo, valorizando tanto os significados atribuídos pelos sujeitos quanto os padrões empíricos observáveis nos dados.

No campo qualitativo, será empregada a **análise de conteúdo**, conforme proposta por Bardin (2013), a qual se constitui em um conjunto de técnicas sistemáticas que possibilitam a descrição objetiva e analítica do conteúdo das comunicações.

Essa técnica tem por objetivo identificar categorias, temas ou unidades de registro que emergem dos dados, permitindo a construção de interpretações coerentes e fundamentadas. Como destaca Minayo (2007), a análise qualitativa não busca generalizações estatísticas, mas a compreensão aprofundada dos sentidos, práticas e representações sociais dos participantes.

Nesse processo, a **categorização temática** será uma etapa central, funcionando como eixo organizador da análise, facilitando a identificação de regularidades, contradições e nuances nas informações obtidas por meio de entrevistas, observações ou registros documentais, incluindo as mensagens em aplicativos como o WhatsApp.

Em relação aos dados de natureza quantitativa, serão utilizadas técnicas de **estatística descritiva**, com o objetivo de sintetizar os dados por meio de frequências, distribuições percentuais, médias e outras medidas de tendência central. Quando pertinente, será realizado também a **análise de tendências**, com foco na recorrência e aceitação do uso de mensagens de WhatsApp como prova penal, permitindo identificar padrões e variações relevantes ao longo do tempo e em diferentes contextos.

Como observa Flick (2009), a utilização de métodos mistos pode ser

particularmente útil em investigações sociais complexas, na medida em que permite cruzar interpretações e alcançar maior densidade analítica. Assim, a articulação entre análise qualitativa e quantitativa constitui uma estratégia metodológica que busca ampliar a validade e a profundidade dos resultados alcançados nesta pesquisa.

### 3.4.2. Operacionalidade das Variáveis

Variável	Definição Conceitual	Dimensões	Indicadores	Técnica e Instrumento
Formação Acadêmica	Nível de escolaridade e titulação obtida pelos professores.	Titulação / Especialização	Graduação, especialização, mestrado, doutorado	Técnica: Estatística descritiva Instrumento: Questionário fechado
Área de Atuação	Campo de conhecimento ou disciplina em que o professor atua na escola.	Componente curricular / Função escolar	Ciências, Matemática, Gestão, Pedagogia, etc.	Técnica: Estatística descritiva Instrumento: Questionário fechado
Participação na construção do PPP	Envolvimento do professor em momentos formais de elaboração ou revisão do PPP.	Participação / Frequência	Participou: sim/não; quantas vezes participou	Técnica: Estatística descritiva Instrumento: Questionário fechado e entrevista

### 3.5. NÍVEL DE CONHECIMENTO ESPERADO

A pesquisa realizada representa um caminho cujo destino é a produção do conhecimento. O nível de conhecimento esperado na pesquisa

é a compreensão da visão dos educadores acerca do Projeto Político Pedagógico, desde a construção, aplicação e avaliação do documento, incluindo a revisão das metas e objetivos constantes no documento.

### **3.6. ÁREA DA PESQUISA**

A linha de investigação da referida pesquisa é na área da Educação de forma global a qual busca garantir que toda a comunidade escolar, independentemente de suas condições individuais, origens ou contextos, tenha acesso ao Projeto Político Pedagógico que garante uma educação de qualidade e possibilite que todos participem plenamente do ambiente escolar.

### **3.7. PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO**

Primeiramente tivemos a autorização para coleta de dados em unidade escolar, assinada pela gestora pedagógica da unidade de ensino onde a pesquisa foi realizada. Tivemos como participantes da pesquisa os professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal Emérito Nestor Lima, os quais lecionam diferentes componentes curriculares.

Realizamos uma reunião por aplicativo de vídeo conferência para explicar a proposta da pesquisa e explicar as metodologias usadas para a obtenção dos dados. Formato escolhido devido os decretos de isolamento social impostos pela COVID-19.

Após essa reunião enviamos por meio de aplicativos de mensagens “WhatsApp” o questionário com dezesseis questões diretas de múltiplas alternativas para os professores que se dispuseram a participar

da pesquisa pudessem responder.

Diante dos dados obtidos começamos as análises e construção de tabelas e gráficos para melhor visualização desses dados.

Finalmente reunimos novamente com os professores agora de forma presencial para mostrar os resultados da pesquisa e analisar com todos os participantes os dados obtidos e as análises desses dados.

## **CAPÍTULO 04**

### **MARCO ANALÍTICO**

## 4. MARCO ANALÍTICO

### 4.1 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico, descreveremos detalhadamente o questionário aplicado aos professores da instituição de ensino, que são parte integral da comunidade escolar e não dividem sua carga horária com outra instituição do município. O objetivo é entender as dificuldades encontradas na construção e aplicação do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como avaliar a participação dos professores nesse processo e o grau de importância atribuído ao PPP.

Descreveremos as questões do questionário, destacando a epistemologia didático-pedagógica a que cada item está relacionado, acompanhadas de suas respectivas alternativas fechadas. Em seguida, apresentaremos gráficos em formato de barras com as informações coletadas e uma análise interpretativa dos dados apresentados.

Todas as 16 perguntas do questionário são fechadas e diretas, com um número variado de alternativas. Em algumas questões, os professores podiam selecionar mais de uma alternativa, conforme indicado na questão.

A **primeira questão** visa entender o quadro organizacional da escola em relação às disciplinas lecionadas pelos professores em seus turnos de atuação, considerando que alguns trabalham nos turnos matutino e vespertino. A questão formulada para os docentes foi:

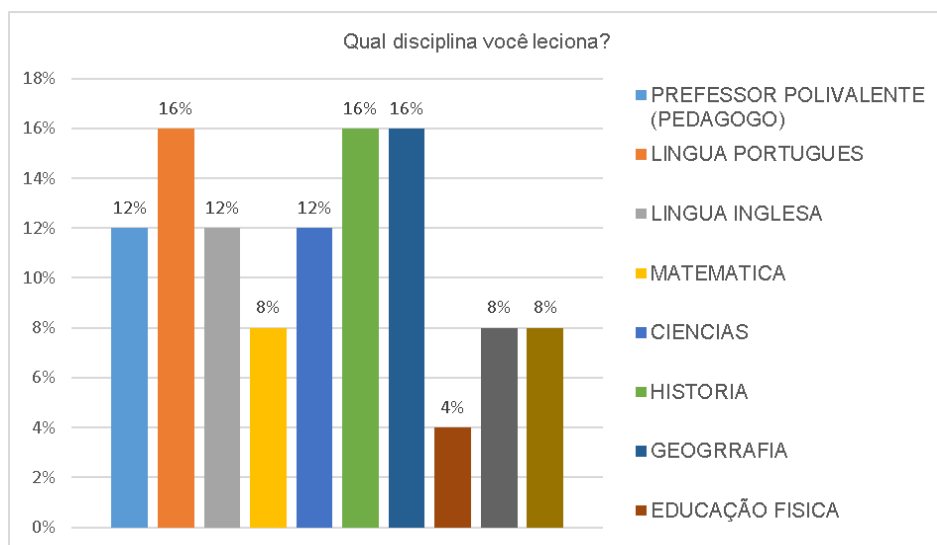
1- “Qual disciplina você leciona?” As alternativas fornecidas para resposta foram:

- PROFESSOR POLIVALENTE (PEDAGOGO)
- LINGUA PORTUGUESA

- LINGUA INGLESA
- MATEMÁTICA
- CIÊNCIAS
- HISTÓRIA
- GEOGRAFIA
- ED. FÍSICA
- ENS. DE ARTES
- ENS. RELIGIOSO

Na sequência, apresentamos o gráfico que indica o número de respostas para cada item, bem como o percentual correspondente, de acordo com as informações coletadas.

**Gráfico 1**



**Fonte:** Elaboração própria

Para a primeira questão, observamos que apenas dois professores escolheram duas opções, indicando que lecionam disciplinas afins. No caso, eles lecionam Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Esse arranjo é observado para completar a carga horária semanal de 20 horas/aula, permitindo que os professores trabalhem em apenas uma escola, fortalecendo seu vínculo com os alunos e com a instituição.

Os resultados para a questão "Qual disciplina você leciona?" foram os seguintes:

- **Língua Portuguesa:** 3 professores (12% do total)
- **Língua Inglesa:** 4 professores (16% do total)
- **Matemática:** 2 professores (8% do total)
- **Ciências:** 3 professores (12% do total)
- **História:** 4 professores (16% do total)
- **Geografia:** 4 professores (16% do total)
- **Educação Física:** 1 professor (4% do total)
- **Artes:** 2 professores (8% do total)
- **Ensino Religioso:** 2 professores (8% do total)

Observamos ainda que a Prefeitura Municipal realizou um concurso público em 2015 e está preenchendo as vagas de professores nas

escolas da rede. Nesta instituição, o quadro está 90% completo, faltando apenas professores para algumas disciplinas ou poucas aulas. Notamos também que o questionário foi respondido por pelo menos um professor de cada disciplina.

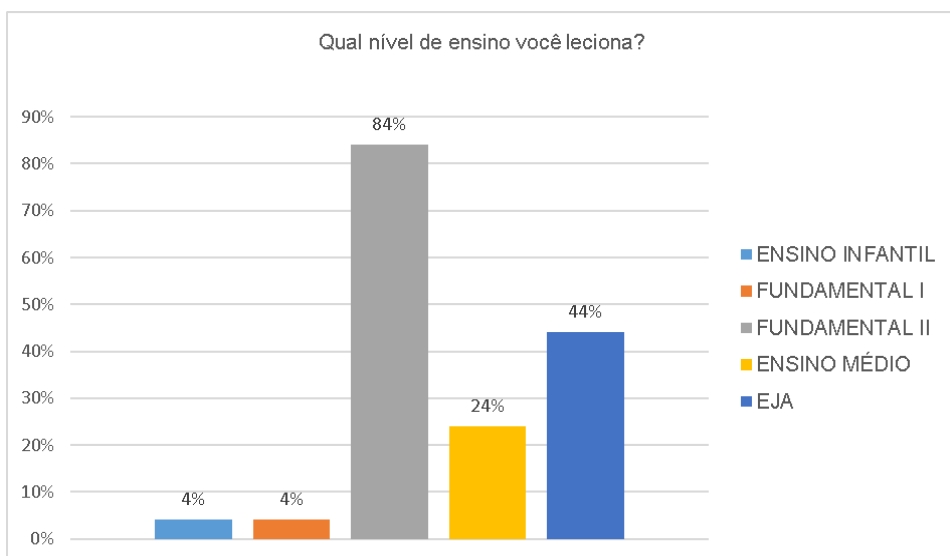
A equipe gestora, em contato regular com a Secretaria de Educação do município, mantém a escola com praticamente todos os professores necessários para suprir a carga horária das turmas. No entanto, há algumas lacunas, principalmente em disciplinas com um número reduzido de aulas, como o Ensino Religioso, que tem apenas uma aula semanal por turma. Isso pode dificultar a logística da escola e a carga horária dos professores que precisam se deslocar para dar apenas uma ou duas aulas.

**Para a segunda questão**, buscamos entender o nível de ensino que os professores lecionam ao longo da semana, o que nos ajudará a compreender a carga de trabalho domiciliar dos docentes, incluindo elaboração de planejamentos, atividades, avaliações e estudos. A questão formulada foi: “Qual nível de ensino você leciona?” As alternativas para serem respondidas pelos docentes foram as seguintes:

- ENSINO INFANTIL
- FUNDAMENTAL I
- FUNDAMENTAL II
- ENSINO MÉDIO

Na sequência, apresentamos o gráfico que indica o número de respostas para cada item, bem como o percentual correspondente, de acordo com as informações coletadas.

**Gráfico 2.**



**Fonte:** Elaboração própria

### **Interpretação dos Dados:**

- **Ensino Fundamental II:** Com 84% dos professores alocados nesta fase, o Ensino Fundamental II concentra a maior parte dos docentes. Este dado destaca a importância desta etapa na formação dos alunos e a demanda significativa por professores nesta fase.

- **Ensino Infantil e Anos Iniciais:** Apenas um professor leciona no Ensino Infantil e 11% dos professores atuam nos anos iniciais. Esses professores normalmente são os professores de educação física, alguns pedagogos, professores de artes e movimento, que completam sua carga horária nessa etapa do ensino e ajudam no desenvolvimento dos educando em fase inicial de escolarização.
- **Ensino Médio:** Com 24% dos professores lecionando nesta etapa, percebemos uma presença razoável de docentes, refletindo a importância do Ensino Médio na preparação para o futuro acadêmico e profissional dos alunos.
- **Educação de Jovens e Adultos (EJA):** Com 44% dos professores atuando na EJA, este é um segmento relevante, indicando uma alta demanda e compromisso com a educação de jovens e adultos. Contudo, essa carga adicional pode levar a um aumento significativo na carga de trabalho domiciliar dos professores.

### **Observações Importantes:**

- **Carga de Trabalho e Qualidade das Aulas:** A carga de trabalho elevada, especialmente para aqueles que atuam na EJA, pode sobrecarregar os professores, afetando potencialmente a qualidade das aulas e o desempenho dos alunos. A necessidade de trabalhar em múltiplos vínculos para alcançar uma

remuneração adequada pode impactar a eficácia da educação oferecida.

- **Desvalorização e Remuneração:** A desvalorização profissional e a baixa remuneração dos professores são fatores críticos que afetam a motivação e a qualidade do trabalho. Muitos professores buscam múltiplos vínculos para melhorar sua renda, o que pode comprometer a qualidade da educação.

## CONCLUSÃO

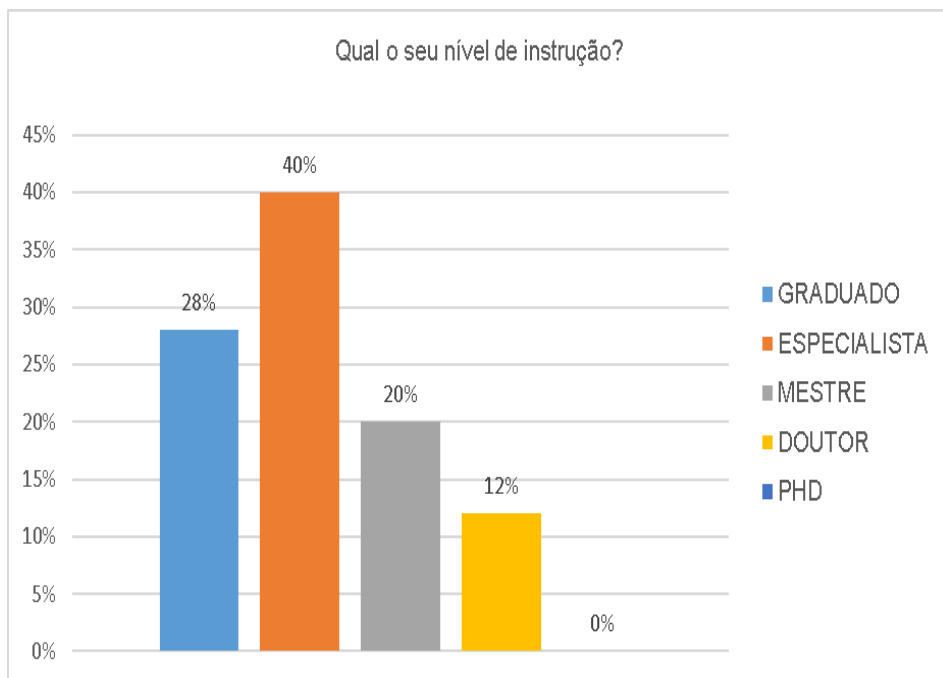
A análise revela uma sobrecarga significativa para os professores, especialmente aqueles que atuam em mais de um nível de ensino e na EJA. Essa situação reflete desafios na área da educação, como a necessidade de múltiplos vínculos para uma remuneração adequada e a importância de abordar a desvalorização profissional para melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade da educação.

A **terceira questão** procura entender o nível de instrução dos professores o que está diretamente relacionado com a qualidade de ensino aplicada em sala de aula, acreditamos que quanto maior o grau de instrução do professor maior sua carga de conhecimento e assim poderá proporcionar mais qualidade em suas aulas e conhecimento para os seus educandos, ou, pelo menos deveria ser assim. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Qual o seu nível de instrução?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- GRADUADO
- ESPECIALISTA
- MESTRE
- DOUTOR
- PHD (PÓS-DOCTOR)

Adiante, indicamos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

**Gráfico 3.**



**Fonte:** Elaboração própria

Ficamos muito satisfeito com essas respostas, quando

percebemos que os professores estão investindo em sua qualificação profissional e estudando, para melhorarem seu repertório e suas metodologias de ensino, notamos que 7 professores são graduados o que representa 28% do total, 10 professores são especialistas o que representa 40% do total, 5 professores são mestres o que representa 12% do total e 3 professores são doutores o que representa 12% dos professores que responderam ao questionário, o que é uma coisa excelente para escola, professores com pós-graduação elevam muito a qualidade de ensino na instituição. De acordo com Silva:

Atualize-se, atualize-se, atualize-se... – esta repetição é intencional e pretende apagar da sua consciência algum possível resquício de desejo de acomodação. A chamada “educação permanente” é fundamental para todos os indivíduos e mais fundamental ainda para os educadores. Além de uma dedicação maior à literatura de sua área específica de atuação, procure acompanhar e inter-relacionar os dados provindos de outros campos do conhecimento, principalmente história, política e economia. É o conhecimento da totalidade do real que aumenta o seu poder de julgamento e decisão. E os maiores beneficiados serão você mesmo e os seus alunos. (Silva, 1991 p.3)

Notamos que os educadores estão se atualizando e se capacitando para melhorar a sua capacidade de ensino, porém a falta de recursos e investimentos relatados por eles mesmos em conversas informais, bem como a desmotivação salarial são barreiras que impedem que os professores usem seu potencial máximo para elevarem a qualidade da relação ensino-aprendizagem, entretanto muitos comentaram que fazem o melhor que podem para que isso ocorra.

Porém também existe um dado implícito essa capacitação dos profissionais em sua maioria se dá em busca da melhor remuneração,

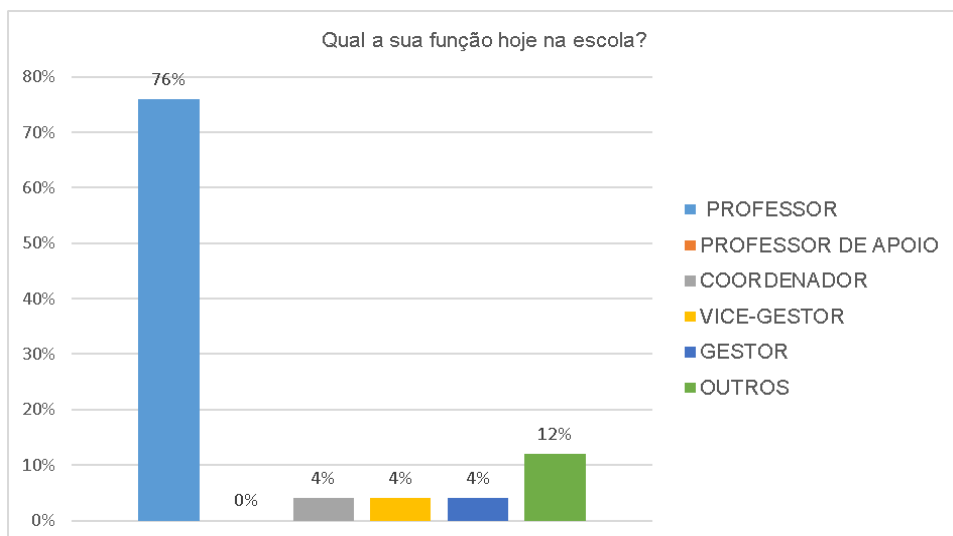
devido a lei de cargo e salários do município que remunera melhor os profissionais com pós-graduação, chegando a 50% a mais de abono salarial o professor doutor no município de acordo com a lei complementar nº 059 de 12 de julho de 2012, assim se especializando o professor terá uma chance de ganhar um pouco melhor sem a necessidade de adquirir mais turmas e aulas para lecionar.

**Com a quarta questão** pretendemos entender a distribuição de funções na escola dos professores que ali trabalham, onde encontramos apenas 3 coordenadores pedagógicos e 2 gestores eleitos pelo voto direto da comunidade escolar, um gestor administrativo e um gestor pedagógico, e alguns professores readaptados na biblioteca e na secretaria da escola, devido a problemas de saúde. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Qual a sua função hoje na escola?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- PROFESSOR
- PROFESSOR DE APOIO
- COORDENADOR
- VICE-GESTOR
- GESTOR

Na sequência, indicamos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

## Gráfico 4



**Fonte:** Elaboração própria

Percebemos que 19 professores, o que representa 76% do total dos professores que responderam ao questionário estão realmente em sala de aula, o que nos dá uma visão mais detalhada da relação deles com o PPP, apenas 1 coordenado, 1 gestor pedagógico e 1 gestor administrativo também responderam ao questionário o que representa cada um deles 4% do total e 3 professores que não estão em sala de aula que representa 12% do total, esses professores atuam em outras áreas da escola, como biblioteca, secretária ou coordenador de disciplina que trabalha diretamente com os alunos no pátio da escola.

Essa quantidade de professores é um dado muito importante para a nossa pesquisa, já que entendemos que o professor é o responsável direto pela divulgação e aplicação do projeto político pedagógico em sala de aula e entender as necessidades dos discentes em relação ao ensino-

aprendizagem.

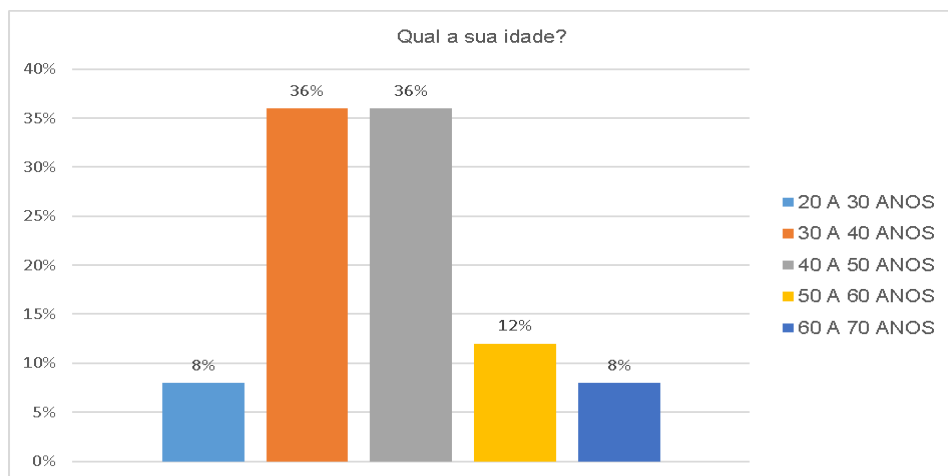
Os professores tem um papel muito importante na divulgação e aplicação do projeto político pedagógico por isso consideramos que o professor está na linha de frente na aplicação do PPP na escola, eles são os principais responsáveis por conhecer, entender, divulgar e aplicar, caso o professor não seja conhecedor do projeto político pedagógico da escola, esse PPP estará fadado ao esquecimento, se os professores não o conhecem, não participaram da sua construção e/ou não querem colocá-lo em prática, podemos dizer que a escola é um barco à deriva, sem metas, objetivos e sem rumo, não sabendo onde quer chegar.

**Com a quinta questão** pretendemos conhecer melhor o professor e entender a relação idade, disposição para lecionar em um ciclo de ensino onde há crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos, então se faz necessários professores dispostos e pacientes para entender e compreender as necessidades dos educandos, melhorando a empatia e maximizando a relação ensino-aprendizagem. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Qual a sua idade?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- 20 A 30 ANOS
- 30 A 40 ANOS
- 40 A 50 ANOS
- 50 A 60 ANOS
- 60 A 70 ANOS

A seguir, indicamos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

### Gráfico 5



**Fonte:** Elaboração própria

Percebemos que apenas 2 professores estão em idades entre 20 e 30 anos o que representa 8% do total que responderam ao questionário, 9 professores estão com idade entre 30 e 40 anos o que representa 36% do total e também 9 professores que estão entre 40 e 50 anos o que representa 36% do total, temos 3 professores com idades entre 50 e 60 anos o que representa 12% e apenas 2 professores que estão com idade entre 60 e 70 anos o que representa 8% dos professores que responderam ao questionário, ou seja, grande maioria dos professores são jovens adultos entre 30 anos e 50 anos o que mostra uma disposição bem maior para lidar com esse tipo de público, mostrando uma relação de respeito e amizade mais próxima dos educando, o que cativa muito os alunos para os estudos

e reduz a taxa de evasão escolar e abandono, já que os alunos se identificam com os professores ou com alguns dos professores, tendo os como verdadeiros tios, relação de parentesco relatado pelos professores em conversas informais, onde afirmam que os alunos chegam a chamar o professor de pai, mãe ou tio em algum momento de displicência, o que mostra a importância do papel do professor no cotidiano desse aluno, onde muitas vezes o professor está mais presente no cotidiano do aluno que o próprio familiar que sai para trabalhar e muitas vezes volta apenas tarde da noite.

Essa relação entre professor e aluno é muito boa para a relação ensino-aprendizagem. De acordo com Tassoni (2000, p. 3):

Toda aprendizagem está impregnada de afetividade, já que ocorre a partir das interações sociais, num processo vincular. Pensando, especificamente, na aprendizagem escolar, a trama que se tece entre alunos, professores, conteúdo escolar, livros, escrita, etc. não acontece puramente no campo cognitivo. Existe uma base afetiva permeando essas relações. (Tassoni, 2000, p. 3)

Ainda sobre a importância das interações e da afetividade, Miranda (2008, p. 2) destaca:

A interação professor-aluno ultrapassa os limites profissionais e escolares, pois é uma relação que envolve sentimentos e deixa marcas para toda a vida. Observamos que a relação professor-aluno, deve sempre buscar a afetividade e a comunicação entre ambos, como base e forma de construção do conhecimento e do aspecto emocional. (Miranda, 2008, p. 2)

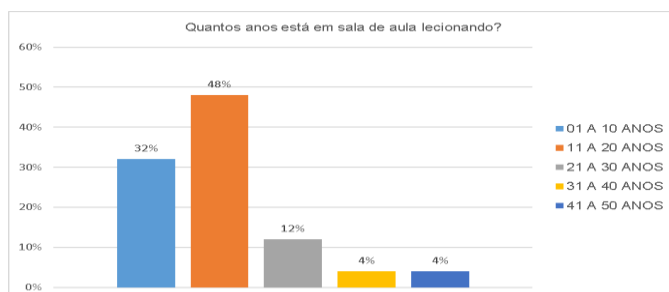
**Com a sexta questão** buscamos saber o nível de experiência do

professor em sala de aula, assim podemos estimar a qualidade de sua aula, bem como a sua capacidade de resolver conflitos internos, e, quanto mais experiência em sala maior o seu conhecimento e bagagem metodológica para atingir os objetivos descritos no PPP e em seu plano de aula. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Quantos anos está em sala de aula lecionando?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- 01 A 10 ANOS
- 11 A 20 ANOS
- 21 A 30 ANOS
- 31 A 40 ANOS
- 41 A 50 ANOS

Na sequência, indicamos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

### Gráfico 6



Fonte: Elaboração própria

Notamos que 8 professores estão entre 01 e 10 anos em sala de aula lecionando o que representa 32% do total de professores que responderam ao questionário, porém 12 professores a grande maioria estão entre 11 e 20 anos a frente de uma sala de aula o que representa 48% do total, apenas 3 professores estão entre os mais experientes com 21 a 30 anos em sala de aula o que representa 12% dos total, e temos apenas 1 professor entre 31 e 40 anos em sala de aula e 1 professor entre 41 e 50 anos em sala de aula o que representa cada um deles 4% dos professores que responderam ao questionário, ficamos felizes em constatar que a maioria dos professores, ou seja, estão em sala de aula a mais de 10 anos, o que para escola é um dado muito importante e positivo, porque isso nos remete a experiência desses professores a frente de uma sala de aula, eles trazem uma boa bagagem de experiências exitosas de outras instituições e podem contribuir muito para o desenvolvimento da instituição. Essas experiências profissionais não aprendemos em formações ou até mesmo na graduação, aprendemos no cotidiano da escola.

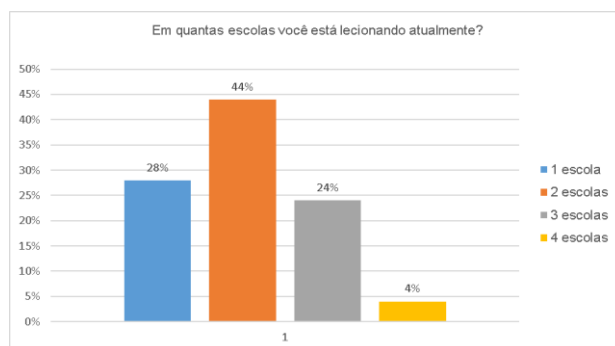
Como explica Tardif sobre estes saberes “[...] não provém das instituições de formação nem dos currículos. [...] não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias” (2002, p. 48,49). Uma boa experiência de mundo, uma boa vivência em outras instituições, torna esse professor muito valioso para escola, o professor que já trabalhou em várias escolas, em vários níveis de ensino, tem uma bagagem muito maior de experiências exitosas e não exitosas o que pode muito ajudar a instituição a traçar melhor seus caminhos e objetivos mais claro, evitando que a escola tome um rumo perigoso, arriscado com baixa probabilidade de sucesso.

Com a sétima questão ainda buscando saber o nível de experiência do professor em sala de aula, procuramos saber em quantas escolas e/ou vínculos empregatícios os professores possuem, assim podemos entender melhor a experiência adquirida pelo professor ao longo de sua carreira. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Em quantas escolas você está lecionando atualmente?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- 1 escola
- 2 escolas
- 3 escolas
- 4 escolas

Em seguida, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

### Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria

Notamos que apenas 7 professores trabalham em apenas 1 escola o que representa 28% dos professores que responderam ao questionário, porém 11 professores trabalham em duas escolas o que representa 44% do total, 6 professores trabalham e três escolas o que representa 24% do total e apenas 1 professor trabalha em 4 escolas o que representa 4% do total de professores que responderam ao questionário.

Notamos que muitos professores possuem dois vínculos empregatícios e até três vínculos as vezes, sendo eles estadual e municipal, municipal e municipal e ainda poucos professores com municipal, estadual e privado ou municipal, municipal e privado e também existe professores das disciplinas de menor carga horária como Educação Física, Ensino de Artes e Ensino Religioso com apenas uma ou duas horas/aulas por semana necessitam muitas vezes de trabalhar em duas instituições escolares para completar a carga horária de 20 horas/aulas semanais.

Por esse motivo há professores que lecionam em duas ou mais escolas da rede municipal, provocando um desgaste do profissional, que as vezes atua em níveis diferentes, aumentando o tempo de deslocamento entre as escolas, aumentando o *stress* devido o trânsito, chegando muitas vezes na escola cansado, suado, ofegante e até mesmo atrasado, para lecionar o professor precisa estar em paz consigo mesmo, só assim ele terá maior rendimento no que leciona, aliás qualquer profissional para ter um rendimento satisfatório e favorável a instituição de trabalho precisa estar bem, tranquilo, um profissional estressado, exausto, fadigado, não terá o mesmo rendimento dos demais.

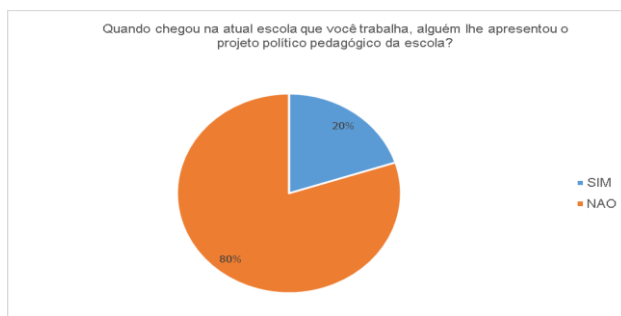
**Com a oitava questão** procuramos saber o nível de divulgação

do projeto político pedagógico entre os professores, analisando o primeiro contato do professor quando chega a escola com a equipe gestora e a relação desta conversa inicial em função do PPP da instituição para orientar o professor em relação aos objetivos e metas a serem alcançadas pela escola. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Quando chegou na atual escola que você trabalha, você foi apresentado ao projeto político pedagógico da escola?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- SIM
- NÃO

A seguir, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

### Gráfico 8



Fonte: Elaboração própria

Neste quesito temos um dado alarmante, ao chegar na referida escola apenas 5 professores afirmam terem sido apresentados ao projeto político pedagógico da escola isso representa 20% dos professores que

responderam ao questionário e 20 professores afirmaram que não foram apresentados ao projeto político pedagógico da escola o que representa 80% dos professores que responderam ao questionário.

Entendemos que quando o professor não é apresentado ao projeto político pedagógico, fica muito mais difícil do professor elaborar um planejamento sem saber quais são os objetivos e metas da instituição e assim colocar em práticas suas metodologias para poder alcançá-los. Assim notamos que a maioria dos professores não são apresentados ao PPP quando chegam a escola e sim posteriormente com a coordenação ou por vontade própria de conhecê-lo o que é mais difícil de ocorrer.

De acordo com Padilha (2007, P.44) “É preciso entender o projeto político-pedagógico como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção...”, então colocar em prática algo que é desconhecido da comunidade escolar e que não entendemos fica muito mais complexo, assim como o professor irá planejar suas ações sem ter o conhecimento prévio dos objetivos e metas que a escola deseja alcançar? Quando o professor chega à escola ela deve sim, apresentar o PPP ao professor e este deve ser colocado de forma clara, explicitando as metas e objetivos que escola pretende alcançar.

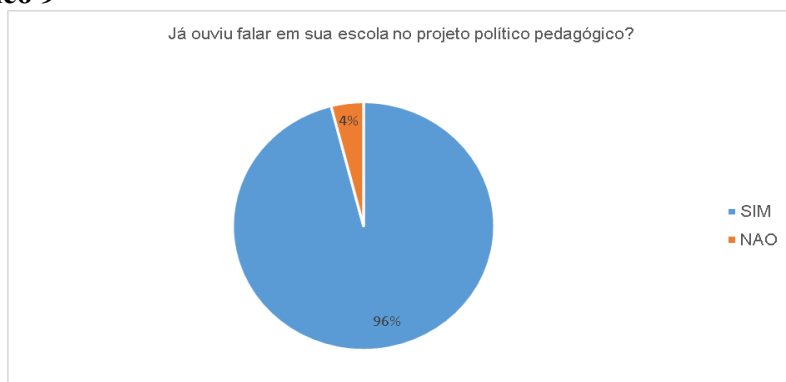
Como poderemos exigir do professor a aplicação do projeto político pedagógico se o professor não foi sequer apresentado ao PPP, como saber qual objetivo ele deve alcançar, qual a meta e expectativas da escola para esse professor, então a escola falha ao não apresentar o professor ao projeto político pedagógico e isso precisa ser revisto com urgência.

Com a nona questão procuramos saber o nível de preocupação dos professores em conhecer o projeto político pedagógico e assim trabalhar e executar as suas metodologias voltadas para os objetivos e metas da escola e desta forma melhorar o cotidiano da escola. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Já ouviu falar em sua escola no projeto político pedagógico?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- SIM
- NÃO

Na sequência, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

**Gráfico 9**



**Fonte:** Elaboração própria

Notamos que mesmo sem ser apresentado inicialmente ao PPP da instituição na chegada a escola 24 professores o que representa 96% dos docentes que responderam ao questionário em algum momento na escola

já ouviram falar em projeto político pedagógico e sabem minimamente o que é, e a sua importância para instituição escolar e apenas 1 dos professores que responderam ao questionário afirmou não ter ouvido falar em projeto político pedagógico na escola. Isso é um dado muito bom, pois demonstra que há discussão entre os professores em reuniões ou em conversas informais na hora do intervalo sobre o projeto político pedagógico da escola, e melhor ainda há um certo interesse em conhecer e discutir sobre o tema na escola.

Por isso a instituição deveria aproveitar esse interesse para solicitar a participação dos professores na construção e aplicação do PPP, já que acreditamos que cada membro da comunidade tem muito a contribuir com a escola, porém ele precisa ser motivado, convidado a participar desse processo, assim ele se sentirá parte do processo dando assim a devida importância ao projeto político pedagógico e fazendo realmente acontecer sua aplicação e divulgação no chão da escola e mais importante para todos os discentes.

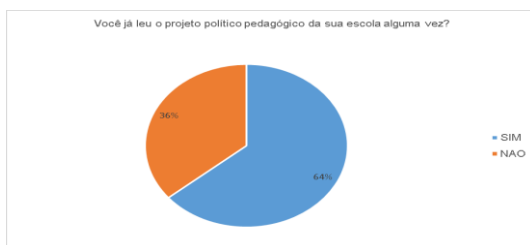
**Com a décima questão** procuramos ainda em saber o nível de preocupação dos professores em conhecer o projeto político pedagógico e assim procurar saber sobre o PPP da sua escola, fazer a leitura do mesmo para ficar atualizado e trabalhar em consonância com os objetivos e metas descritos no PPP da instituição. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Você já leu o projeto político pedagógico da sua escola alguma vez?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- SIM

- NÃO

A seguir, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

**Gráfico 10**



**Fonte:** Elaboração própria

Neste gráfico percebemos que mesmo sem ser apresentado ao projeto político pedagógico da escola quando chegam a instituição 16 professores, o que representa 64% do total que responderam ao questionário foram atrás, por conta própria ou por intermédio da coordenação procuraram saber sobre o PPP da escola e 9 professores o que representa 36% não leram ou não se interessaram em buscar conhecer o projeto político pedagógico da escola. Um dado importante para a escola, é saber que 64% dos professores que responderam ao questionário leram o projeto político pedagógico da escola e conhecem seus objetivos e metas, podendo assim trabalhar com coerência suas metodologias, alinhando-as ao PPP da referida escola, obtendo resultados mais satisfatórios na relação ensino-aprendizagem.

**Com a décima primeira questão** procuramos investigar sobre a

participação dos professores no processo de construção do projeto político pedagógico da escola, assim podemos estimar o sentimento de pertença que cada professor possui em relação a escola, participando da elaboração o professor terá sua opinião valorizada, ouvido poderá ajudar na construção de uma escola melhor para toda a comunidade.

Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Já foi convidado a participar da construção do projeto político pedagógico da sua escola?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- SIM
- NÃO

A seguir, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

### Gráfico 11



**Fonte:** Elaboração própria

Notamos que neste caso, 20 professores em algum momento já foi convidado a participar da construção do projeto político pedagógico da instituição escolar, o que representa 80% dos professores que responderam ao questionário e apenas 5 professores dos que responderam ao questionário não foram convidados a participar da construção do PPP da escola, o que representa 20% do total, isso é um dado muito bom, pois mostra que a escola tem a intensão, ou já teve a intensão de construir um PPP ouvindo os professores, essa iniciativa é fundamental para a construção de uma escola melhor para todos.

o PPP: [...] deve ser pensado, estudado, refletido, debatido e construído coletivamente com o que existe, no mundo, de mais atual, mais avançado e de melhor qualidade para formar seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter. (Ferreira, 2003, apud Ferreira, 2006, p 17)

Os principais autores afirmam que o projeto político pedagógico tem que ser construído, pensado por todos da comunidade escolar, validando a sua importância. A participação do professor na construção do PPP da instituição é de fundamental importância, pois ele é o responsável direto pela aplicação do projeto político pedagógico em sala de aula.

**Com a décima segunda** questão procuramos investigar sobre a participação dos demais membros da comunidade escolar, alunos pais e responsáveis, na construção do projeto político pedagógico da escola, assim através do olhar do professor podemos ter uma ideia da participação da comunidade na tentativa de melhorar a escola, então a participação de todos é imprescindível.

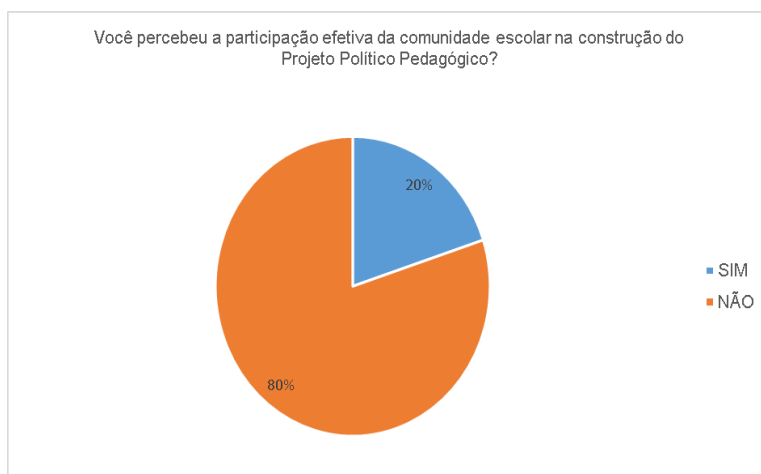
Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser

respondida pelos docentes: “Você percebeu a participação efetiva da comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- SIM
- NÃO

Na sequência, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

### Gráfico 12



**Fonte:** Elaboração própria

Notamos nas respostas da maioria dos professores, 20 professores afirmaram não perceber a participação da comunidade escolar, o que representa 80% do total e apenas 5 professores afirmaram que perceberam

a participação da comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico, o que nos faz acreditar que houve apenas a participação dos professores, o que vai de encontro a tudo que mostramos ao longo do trabalho, o PPP deve e tem que ser construído com a participação de todos da comunidade escolar e neste quesito percebemos que isso não ocorreu na instituição escolar, talvez por isso a escola tenha dificuldades em aplicar o seu projeto político pedagógico cotidianamente, já que os pais e responsáveis não conhecem as metas e objetivos para poder cobrar da gestão e de professores esses resultados.

A elaboração participativa do projeto político-pedagógico é uma oportunidade ímpar de a comunidade definir em conjunto a Escola que deseja construir, avaliar a distância que se encontra do horizonte almejado e definir os passos a serem dados para diminuir esta distância. (Vasconcellos, 2006, p.27)

De acordo com Moraes (2006), “o projeto deve ser pensado coletivamente com toda a comunidade escolar, articulado aos desejos da comunidade escolar, e deve auxiliar a instituição educacional a percorrer o caminho do diálogo, cuja divergência é entendida como oportunidade de renovação e não para destruição.” A participação efetiva de toda comunidade é muito importante para construir uma escola melhor para todos da comunidade, quando essa organização é quebrada não podemos atender o desejo de todos, já que uma parcela da comunidade não foi ouvida.

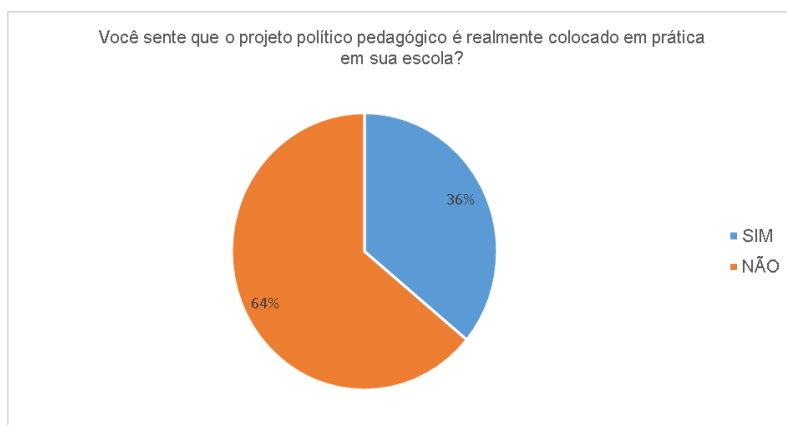
**Com a décima terceira questão** procuramos investigar sobre a participação dos membros da comunidade escolar, alunos, pais/responsáveis e professores, na aplicação do projeto político

pedagógico da escola, neste caso podemos analisar a participação dos professores e da comunidade escolar na aplicação do PPP. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Você sente que o projeto político pedagógico é realmente colocado em prática em sua escola?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- SIM
- NÃO

Na sequência, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

### Gráfico 13



**Fonte:** Elaboração própria

Percebemos outro dado muito importante para a escola, apenas 9 professores sentem que o projeto político pedagógico é aplicado

cotidianamente na escola o que representa 36% do total e 16 professores acham que o projeto político pedagógico não é aplicado cotidianamente na escola o que representa 64% dos professores que responderam ao questionário, acreditamos que isso ocorra pela falta de participação dos alunos, pais/responsáveis e de alguns professores em sua construção, como iremos colocar em prática algo que não conhecemos, que não sabemos seus objetivos e metas, isso é um fato que precisa ser mudado e o mais rápido possível.

**Com a décima quarta questão** procuramos investigar sobre a divulgação do projeto político pedagógico da escolar para os membros da comunidade escolar, alunos, pais/responsáveis e professores, por isso procuramos saber dos professores se essa divulgação ocorre com frequência na escola. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Nas reuniões de pais e mestres que você já participou, já foi apresentado o projeto político pedagógico da escola para os pais/responsáveis?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- SIM
- NÃO

Na sequência, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

## Gráfico 14.



**Fonte:** Elaboração própria

Encontramos um dado alarmante que diz respeito a divulgação do projeto político pedagógico, onde 23 dos professores o que representa 92% dos professores que responderam ao questionário colocaram que o PPP da instituição escolar não é divulgado nas reuniões, não é comentado e apenas 2 professores o que representa 8% do total afirmaram que em algum momento foi falado sobre o projeto político pedagógico da escola em reuniões.

Como podemos colocar em prática, cobrar ações, reivindicar metas e objetivos de algo que não sabemos que existe, isso é um erro gravíssimo cometido pela gestão da escola, precisa ser revisto imediatamente, os métodos de divulgação do projeto político pedagógico e tornar público e acessível a todos da comunidade escolar bem como ter uma linguagem simples e acessível a toda comunidade.

**Com a décima quinta questão** procuramos investigar sobre a

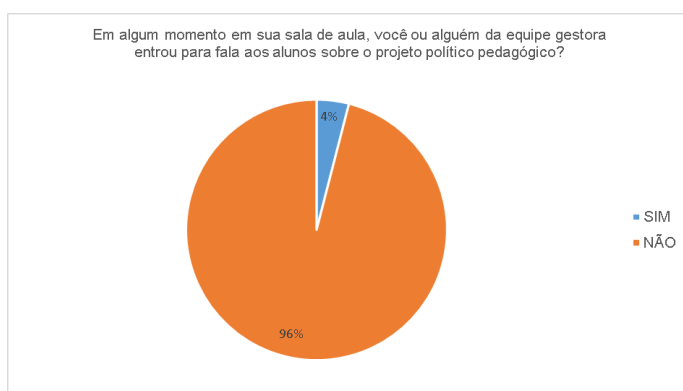
divulgação do projeto político pedagógico da escolar para os membros da comunidade escolar, alunos, pais/responsáveis e professores, por isso procuramos saber dos professores se essa divulgação ocorre com frequência na escola.

Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Em algum momento em sua sala de aula, você ou alguém da equipe gestora entrou para fala aos alunos sobre o projeto político pedagógico?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- SIM
- NÃO

A seguir, mostramos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

### Gráfico 15.



Fonte: Elaboração própria

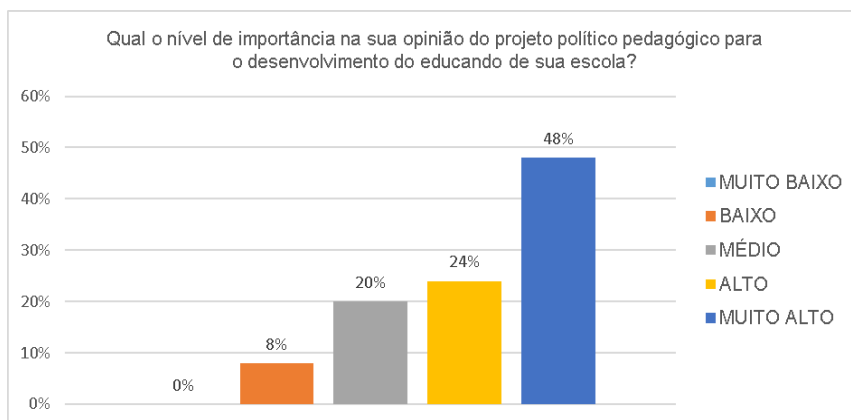
Complementando a questão anterior, a divulgação do projeto político pedagógico da escola tem uma falha em sua divulgação, percebemos que apenas 1 professor afirmou que o PPP é divulgado em sala de aula para os alunos, o que representa 4% do total de professores que responderam ao questionário e grande maioria 24 professores afirmaram que não ocorre ou ocorreu essa divulgação em sala de aula o que representa 96% do total. Esse dado mostra uma falha na comunicação e divulgação do projeto político pedagógico, o que dificulta o trabalho de todos, fica muito mais difícil cobrar ações de melhoria da gestão, se os alunos não sabem o que é o PPP não participaram de sua construção, quais são as metas e objetivos traçados para a escola, como podem reivindicar melhorias, cobrar ações e até mesmo fazer valer o seu direito em participar da construção do projeto político pedagógico, cobrando da gestão escolar todos esses direitos e deveres que a escola tem para com eles.

**Com a décima sexta questão** tentamos entender qual o nível de importância do projeto político pedagógico da escolar para os professores, assim podemos compreender um pouco a falha na divulgação do PPP, já que os professores estão diariamente com os alunos em sala de aula e seriam os melhores divulgadores que há na escola. Em busca dessa informação elaboramos a seguinte questão a ser respondida pelos docentes: “Qual o nível de importância na sua opinião do projeto político pedagógico para o desenvolvimento do educando de sua escola?” como alternativas para serem respondidas, os professores tinham as seguintes opções:

- MUITO BAIXO
- BAIXO
- MEDIANO
- ALTO
- MUITO ALTO

Em seguida, mostraremos no gráfico o número de respostas por item e o percentual de cada item no gráfico de acordo com os informes anteriores.

**Gráfico 16.**



**Fonte:** Elaboração própria

Notamos que nenhum professor afirmou que a importância do PPP é muito baixa para o desenvolvimento do educando, apenas 2 professores o que representa 8% do total afirmaram que o projeto político pedagógico é pouco importante (baixa importância) no desenvolvimento do educando, 5 professores, o que representa 20% do total afirmaram que o grau de

importância do PPP é mediano (média importância), 6 professores afirmaram que o projeto político pedagógico tem uma alta importância para o desenvolvimento do educando, isso representa 24% dos professores que responderam ao questionário e 12 professores grande maioria e o que representa 48% do total de professores afirmaram que o PPP da instituição escolar tem um nível de importância muito alto para o desenvolvimento do educando, o que deixa explícito o entendimento dos professores sobre o projeto político pedagógico, 7 professores afirmaram que o PPP tem importância de médio para baixo, esse pensamento é o que pode gerar as falhas na divulgação e aplicação do projeto, influenciar negativamente a comunidade escolar. Como poderei colocar em prática algo que não acredito que é importante para o desenvolvimento dos alunos, há necessidade de reuniões, debates e estudos para mostrar a importância do projeto político pedagógico para a escola e para a comunidade escolar e assim fazer que todos os membros da comunidade entendam a importância do PPP para a escola como todo.

De acordo com Vasconcelos: “o projeto político-pedagógico é o plano global da instituição (...) trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição” (Vasconcelos, 2006, p.17), o PPP irá traçar os caminhos a serem seguidos para alcançar os objetivos e metas da instituição, por isso trata de um documento muito importante na instituição que deve ser de conhecimento de todos e vivido na escola cotidianamente. Apenas com essas metas e objetivos alcançados é que teremos pleno desenvolvimento dos educandos e porque não dizer da escola como um todo.

## CONCLUSÃO

## 5. CONCLUSÃO

A partir do desenvolvimento do trabalho e da pesquisa realizada com os profissionais docentes da Escola Municipal Emérito Nestor Lima, instituição da rede pública do município de Parnamirim no estado Rio Grande do Norte, Brasil, notamos algumas falhas na divulgação, construção e aplicação do projeto político pedagógico da referida escola, o que torna muito mais difícil a construção de uma escola que seja satisfatória para todos da comunidade escolar e que cumpra o seu papel em relação a ensino-aprendizagem e formação de cidadãos capazes de atuar de forma eficaz na sociedade.

Tivemos uma experiência muito rica e prazerosa, onde tivemos o apoio dos professores e de parte dos alunos que se dispuseram a participar de todas as etapas da pesquisa desde o contato inicial, nas conversas informais até a resposta do questionário que nos proporcionou informações bastante importantes sobre o nosso objeto de pesquisa o PPP da instituição escolar.

Em relação a pergunta geradora da problemática da pesquisa: Qual a importância do Projeto Político Pedagógico para a instituição de ensino: a percepção entre teoria e prática na Escola Municipal Emérito Nestor Lima, Parnamirim-RN no ano de 2020?

Constatamos que apesar de os professores terem respondido no quesito 16 que o documento é muito importante a prática vivenciada é diferente, o documento não é conhecido por parte dos professores, alguns professores não tiveram acesso ao documento para leitura, não são apresentados ao

documento quando chegam a escola.

Nesse contexto é muito importante que a escola e os professores passem a refletir sobre o seu Projeto Político Pedagógico, professores refletindo sobre a sua prática pedagógica e valorizando mais o PPP da instituição, escola refletindo sobre a divulgação e construção do projeto político pedagógico podendo assim alcançar resultados mais eficazes que atinja de forma positiva toda a comunidade escolar.

É notório que os professores da instituição são qualificados, maioria de especialistas, mestres e doutores, o que representa mais de 60% dos professores que responderam ao questionário, também percebemos que a grande maioria tem vasta experiência à frente de uma sala de aula, onde mais de 48% já lecionam a mais de 10 anos e também como é de se esperar vários os professores trabalham em duas escolas ou mais escolas, o que representa mais de 44% dos profissionais docentes da instituição, isso nos mostra que a escola tem um corpo docente preparado, especializado, com muita experiência profissional e que tem plena capacidade de agir em favor do PPP escolar, porém por algum motivo essa vertente na escola de certo modo fica no esquecimento, funcionando apenas como um documento para apresentar as autoridades quando for solicitado, o que é muito ruim para escola, pois segue em frente sem um norte bem definido, sem metas, sem objetivos, andando em círculos e quebrando a cabeça com objetivos desencontrados e direções ramificados, o que torna muito mais difícil que a escola cumpra o seu papel de transmissão de conhecimento de formadora de carácter dos educandos e novos cidadãos do mundo.

Outro ponto importante trata da divulgação do projeto político pedagógico, onde 80% os professores afirmaram que ao chegar na instituição escolar não foram apresentados ao projeto político pedagógico, a escola falha na divulgação do projeto político pedagógico em vários aspectos, como podemos nos enquadrar a uma nova realidade se não sabemos os objetivos e metas da instituição que estamos chegando, como desenvolver um trabalho satisfatório se não conhecemos os objetivos a serem trabalhados, então essa falta de contato inicial torna muito mais difícil a aplicação do PPP escolar, bem como, a falta de participação efetiva da comunidade escolar na construção de projeto político pedagógico, apresentada por 80% dos professores que afirmaram não perceber a participação da comunidade na construção do projeto político pedagógico, não havendo divulgação para a comunidade, como os pais e/ou responsáveis e alunos podem cobrar a aplicação do PPP no cotidiano da escola, sem participar da construção do PPP, eles não puderam sugerir metas e objetivos para melhorar a educação de seus próprios filhos, isso é um dado muito triste que vai de encontro ao que grandes autores da educação mostra em suas pesquisas e estudos, outra informação importante é que os professores ou alguém da equipe gestora, gestores e coordenadores nunca entraram em sala de aula para conversar com os alunos sobre o PPP, isso distancia muito o educando dos objetivos e metas da escola, o que torna mais complicado o processo de divulgação, conhecimento e entendimento do PPP por parte dos alunos.

Nossa recomendação a escola para minimizar os efeitos de divulgação é que nas reuniões de pais e mestres seja apresentados os

objetivos e metas colocados no PPP escolar para que os pais e responsáveis já tomem conhecimento do que a escola e a comunidade pretende alcançar e com isso tomando familiaridade com o projeto político pedagógico aos poucos, também a criação de um cronograma para que em sala de aula os professores, um professor a cada mês possam tirar um tempo mínimo mostrando aos alunos objetivos e metas da escola despertando o interesse deles para o projeto político pedagógico, outra sugestão é a criação de uma semana voltada para o projeto político pedagógico, onde serão feitos debates, mesas redondas, seminários, trabalhos envolvendo os educandos relacionado ao PPP escolar, reuniões com os pais de divulgação do documento para comunidade, mostrando a importância do mesmo para o desenvolvimento dos educandos e da própria escola como um todo.

Quanto a construção do projeto político pedagógico percebemos a falta de participação da comunidade escolar afirmada por 96% dos professores que responderam ao questionário, isto é ponto a ser resolvido o mais rápido possível, o envolvimento dos pais e responsáveis na construção do projeto político pedagógico é muito importante e citado por vários autores e estudiosos da educação no Brasil, neste caso a escola precisa rapidamente inserir os pais e responsáveis, bem como os alunos no processo de construção tornando o PPP mais democrático e participativo, acreditamos que isso será corrigido gradativamente quando as falhas de divulgação forem sanadas, já que com o conhecimento e entendimento do que é o PPP e qual a sua real função na escola e para escola, os próprios pais e responsáveis, assim como os alunos despertaram o interesse para participar mais ativamente da construção do projeto político da escola, já

que sabem que o documento que dirá os melhores caminhos a serem seguidos. Neste caso para a construção do PPP recomendamos reuniões setoriais virtuais ou presenciais para debater e discutir ideias, missão da escola, metas e objetivos a serem alcançados com o preenchimento de um pequeno questionário pelos membros da comunidade, onde irão colocar suas sugestões de melhorias e adequações para a escola e comunidade, após um trabalho de compilação dessas ideias, seria feita uma reunião geral com toda comunidade escolar no pátio da escola para debater, melhorar e finalmente oficializar o projeto político pedagógico com a aclamação de todos os presentes e assinatura de uma ata para registro e rubrica do representante de cada seguimento do conselho no projeto político pedagógico, com renovação prevista anualmente.

Quanto a aplicação do projeto político pedagógico o dado é alarmante 64% dos professores que responderam o questionaram afirmaram que não percebem que o PPP é realmente colocado em prática no cotidiano da escola, também não poderia ser diferente já que encontramos falhas de divulgação e construção no projeto político pedagógico, essas falhas deixam a etapa final quase impossível de ocorrer, mesmos quando 48% dos professores afirmam que é muito alto o grau de importância do documento, o que mostra que os professores entendem o que é o PPP e qual a sua importância para escola, ainda mesmo quando 80% dos professores afirmarem que já forma convidados a participarem da construção do projeto político pedagógico, e mesmo quando 64% dos professores afirmarem terem lido o PPP da escola em algum momento, mesmo ainda que 96% deles terem ouvido falar do documento na escola,

ainda sentem que o projeto político pedagógico não colocado em prática cotidianamente na escola, essa aplicação é dever de todos da comunidade escolar e não somente dos professores, porém os professores são peça fundamental na aplicação do PPP escolar. Para esta questão recomendamos treinamento e motivação dos professores em relação ao projeto político pedagógico, curso de capacitação e aperfeiçoamento interno com especialista em projeto político pedagógico, criação de uma medalha de anual “Professor Amigo da Escola” que será entregue ao professor com atuação mais coerente aos objetivos e metas proposta pelo PPP escolar da instituição, essa medalha poder ser estendida aos educandos também motivando-os a participar mais ativamente na escola.

Contudo é preciso empenho da equipe gestora em fazer acontecer, debater e melhorar as recomendações sugeridas no trabalho, bem como analisar quais são viáveis e cabíveis a realidades da escola, trabalhar maciçamente para incluir todos da comunidade escolar no processo de construção do projeto político pedagógico, com isso os pais e responsáveis, professores, alunos seriam incluídos no processo, tornando bem mais fácil o processo de construção e aplicação do PPP cotidianamente, não deixando os membros se acomodarem na mesmice de suas funções, fazendo-os membros ativos da comunidade sobre a importância do documento e a necessidade de colocá-lo em prática na instituição escolar.

Em relação aos objetivos específicos concluímos que:

- **Descrever o contexto histórico da educação no Brasil para o desenvolvimento do PPP.**

A história da educação no Brasil foi construída com muitos altos e

baixos, porém tivemos muitos avanços nas políticas públicas educacionais que visam melhorar a educação no país, a criação das leis que regem a educação é um avanço para a melhoria da relação ensino aprendizagem e valorização dos profissionais da educação. As leis que regulamentam o Projeto Político Pedagógico e dão outras providências ajudam na melhoria e manutenção da educação, bem como o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico.

- **Mensurar a importância do Projeto Político Pedagógico para a instituição escolar.**

O documento que deveria ser o mais importante da instituição escolar serve apenas para fins burocrático e não contempla a construção democrática, que envolve todos os atores da comunidade escolar, percebemos que ao documento não é dada a devida importância pela comunidade escolar.

O documento é considerado muito importante pelos professores, porém pouco utilizado por eles.

- **Compreender as políticas públicas educacionais e sua importância para o desenvolvimento do PPP para a educação em nosso país.**

O Brasil possui várias leis de incentivo a educação, são políticas públicas que visam fomentar a educação promovendo educação de qualidade e igualitária para todos os brasileiros. A Constituição Federal que estabelece que a União tem competência exclusiva para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional que é a principal legislação educacional do país, que regulamenta o sistema educacional do Brasil, do ensino básico ao ensino superior a LDB foi instituída pela lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O Estatuto da Criança e do Adolescente que consagra as crianças de 0 a 6 anos como "sujeitos de direitos" inclusive garantindo o direito a educação de qualidade.

Outras leis da educação brasileira:

- Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que estabelece a Educação Integral
- Lei nº 11.494/07, que estabelece o FUNDEB (Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Brasileira)
- Lei nº 11.947/09, que estabelece o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)
- Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024

Considerando todo o contexto da construção desse trabalho de pesquisa, que foi um processo muito positivo e revelador, e, que nos mostrou a as concepções dos professores da instituição escolar da rede pública de Parnamirim/RN a respeito do Projeto Político Pedagógico.

Diante da análise realizada ao longo desta pesquisa, foi possível alcançar os objetivos propostos, destacando a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) para a instituição escolar, com base na percepção entre teoria e prática na Escola Municipal Emérito Nestor Lima,

no município de Parnamirim-RN, durante o ano de 2020. O estudo permitiu descrever o contexto histórico da educação no Brasil, evidenciando os caminhos percorridos para a construção do PPP como instrumento democrático e participativo. Além disso, foi possível mensurar a relevância do PPP como norteador das ações pedagógicas e administrativas na escola, reafirmando seu papel estratégico na consolidação de uma educação de qualidade. A compreensão das políticas públicas educacionais também foi fundamental para reconhecer sua contribuição no processo de elaboração e efetivação do PPP, demonstrando como essas políticas influenciam diretamente a organização e o desenvolvimento da educação em nosso país.

## RECOMENDAÇÕES

## **RECOMENDAÇÕES**

Recomendamos que para trabalhos posteriores que o tema seja mais explanado, para que possamos atingir outros objetivos e ampliar universo e amostragem de entrevistados, contemplando pais/responsáveis, alunos, amigos da escola que moram nas redondezas da instituição, procurando entender as suas expectativas sobre o PPP, visando sempre melhorar nossos conhecimentos sobre o projeto político pedagógico, objeto tão importante para uma educação de qualidade e para o desenvolvimento da instituição escolar, já que o trabalho aqui realizado é restrito a uma única instituição escolar de porte médio e poder ocorrer distorções quando comparado com o macro universo de uma cidade inteira como Parnamirim-RN que conta com 67 instituições escolares, onde cada uma representa um pequeno universo e suas peculiaridades, ou seja, um laboratório enorme para pesquisa sobre o tema abordado neste trabalho, e, uma oportunidade ímpar de melhorar os conhecimento sobre o PPP direto na fonte que é a escola, conversando e colhendo dados importantíssimos para que possamos analisar o desenvolvimento do projeto político pedagógico na cidade.

### **Recomendações para as Universidades**

Para as instituições de ensino superior é primordial incorporar disciplinas e conteúdos específicos sobre Projeto Político Pedagógico, principalmente nas disciplinas específicas e nas disciplinas da área de ciências da natureza.

## **Recomendações para os professores**

Para os professores que são fundamentais para a escola e comunidade escolar, criar grupos de trabalho para debater sobre o Projeto Político Pedagógico, envolver a comunidade escolar nesse diálogo, buscando cada vez a manutenção da relação escola-comunidade e melhorar a relação ensino aprendizagem para os educandos.

## **Recomendações para os gestores escolar**

É fundamental que a elaboração do PPP seja um processo participativo, envolvendo professores, gestores, estudantes, pais, responsáveis e demais membros da comunidade escolar. Para isso, os gestores devem organizar momentos de escuta e diálogo, como reuniões, assembleias e fóruns temáticos, que possibilitem a expressão de diferentes vozes e perspectivas sobre o projeto educativo da escola.

É imprescindível que o gestor garanta o fortalecimento da cultura democrática da gestão escolar, ampla divulgação do documento, articulação do PPP com as práticas pedagógicas.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, A **Aceita um Conselho? Como organizar o colegiado escolar**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARANHA, M. L.A.A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ASSUNÇÃO, Paulo. **Os jesuítas no Brasil Colonial**. São Paulo: Atual, 2003

BELLO, L P. **História da Educação no Brasil**. Disponível em <https://clubedeautores.com.br/livro/cronologia-da-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 35 julho 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2013.

BRANDÃO, C R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção. Primeiros Passos, 28 o ed., 1993.

EYNG, A. **Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente**. Revista Educação em Movimento, Curitiba. V. 1 – n.1 p. 25-32. jan/abril 2002.

FAGUNDES, M. C. V. **A implementação do Projeto Político-Pedagógico na escola Fundamental**. FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 95-101.

Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. D. João VI e a Biblioteca

Nacional: **O papel de um Legado.** Disponível em: <http://bndigital.bn.br/djoaovi/index.htm> Acesso em: 20.11.11.

GADOTTI, M. "**Pressupostos do projeto pedagógico**". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório.** 11ª Ed. São Paulo/SP: Cortez, 2000

GADOTTI, M. I **Seminário Internacional Itinerante de Educadores/ 2ª Jornada**

Pedagógica da Escola Cidadã – Grupo de Estudos e Organização de Eventos

Políticos Pedagógicos. Alegrete e Uruguaiana, 1999.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). *Métodos de pesquisa.* 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 15 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática,** 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5ª ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de, e TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização.** 10ª ed. São Paulo/SP: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 2001

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paul/SP. EPU. 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOACYR, P. **A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil)**. Coleção Brasileira, 66, 87 e 121. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1ºvol. 1936; 2ºvol. 1937; 3ºvol. 1938

NISKIER, A. **Educação brasileira: 500 anos de História, 1500-2000**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

OLIVEIRA, A. F. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

PARO, V. H. **Gestão da escola pública: a participação da comunidade**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, mai./ago. 1992.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. Ática, 2002.

NATIVIDADE, J.S; MEDEIROS, S.A. **Projeto político pedagógico, currículo e gestão democrática**. 27 de agosto, 2014. Revista Direcional. Projeto político pedagógico e gestão democrática: limites e desafios.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, NEREIDE, “**Saber Escolar, currículo e didática: Problemas de unidade conteúdo/método no processo pedagógico**” - 6. Ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 3ed.Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, D. N. “**O que eram os Jesuítas?**”; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-eram-os>

jesuitas.htm. Acesso em 19 de novembro de 2020

SOUZA, C. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

STEFANO, I. G. A.; CANEGUSUCO, M.; KUMPEL, V. (Coord.). **Direito Constitucional.** 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TEIXEIRA S. Á. **O Marquês de Pombal.** Brasília: Editora da UnB, 1961.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico.** São Paulo: Libertad, 5ª ed. 2004.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político- pedagógico da escola: uma construção possível.** 22. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

VEIGA, I. P. A. **Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** CEDES, Campinas, v. 23, n. 61, dezembro 2003.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 1995.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível.** 28ª Ed. Campinas/SP: Papyrus, 2010a.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico.** 2ª Ed. Campinas/SP: Papyrus, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos.* 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

# APÊNDICE

## APÊNDICE

### Questionário de Pesquisa:



### UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES –

#### QUESTIONARIO DE PESQUISA:

### **A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA, PARNAMIRIM-RN NO ANO DE 2020.**

1- QUAL DISCIPLINA VOCE LECIONA? (PODE MARCAR MAIS DE  
UMA OPÇÃO)

- PROFESSOR POLIVALENTE (PEDAGOGO)
- LINGUA PORTUGUES
- LINGUA INGLESA
- LINGUA ESPANHOLA

- MATEMATICA
- CIENCIAS
- FÍSICA
- QUIMICA
- BIOLOGIA
- HISTÓRIA
- GEOGRAFIA
- FILOSOFIA
- SOCIOLOGIA
- EDUCAÇÃO FÍSICA
- ENSINO DE ARTES
- ENSINO RELIGIOSO

2- QUAL NÍVEL DE ENSINO VOCE LECIONA? (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- ENSINO INFANTIL
- FUNDAMENTAL I
- FUNDAMENTAL II
- ENSINO MÉDIO
- EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)

3- QUAL O SEU NÍVEL DE INSTRUÇÃO? (MARQUE O NÍVEL MAIS ALTO CONCLUÍDO)

- GRADUADO
- ESPECIALISTA

- MESTRE
- DOUTOR
- PHD

4- QUAL A SUA FUNÇÃO HOJE NA ESCOLA?

- PROFESSOR
- PROFESSOR DE APOIO
- COORDENADOR
- VICE-GESTOR
- GESTOR

5- QUAL A SUA IDADE?

- 20 A 30 ANOS
- 30 A 40 ANOS
- 40 A 50 ANOS
- 50 A 60 ANOS
- 60 A 70 ANOS

6- QUANTOS ANOS ESTÁ EM SALA DE AULA LECIONANDO?

- 01 A 10 ANOS
- 11 A 20 ANOS
- 21 A 30 ANOS
- 31 A 40 ANOS
- 41 A 50 ANOS

7- EM QUANTAS ESCOLAS VOCÊ ESTÁ LECIONANDO ATUALMENTE?

1

2

3

4

8- QUANDO CHEGOU NA ATUAL ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA, VOCÊ FOI APRESENTADO AO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA?

SIM

NAO

9- JÁ OUVIU FALAR EM SUA ESCOLA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

SIM

NAO

10- VOCÊ JÁ LEU O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA SUA ESCOLA ALGUMA VEZ?

SIM

NAO

11- JÁ FOI CONVIDADO A PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA SUA ESCOLA?

- SIM
- NAO

12- VOCÊ PERCEBEU A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COMUNIDADE ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

- SIM
- NAO

13- VOCÊ SENTE QUE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO É REALMENTE COLOCADO EM PRÁTICA EM SUA ESCOLA?

- SIM
- NAO

14- NAS REUNIÕES DE PAIS E MESTRES QUE VOCÊ JÁ PARTICIPOU, JÁ FOI APRESENTADO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PARA OS PAIS/RESPONSÁVEIS?

- SIM
- NÃO

15- EM ALGUM MOMENTO EM SUA SALA DE AULA, VOCÊ OU ALGUÉM DA EQUIPE GESTORA ENTROU PARA FALAR AOS ALUNOS SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

- SIM
- NAO

16- QUAL O NIVEL DE IMPORTANCIA NA SUA OPNIAO DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO DE SUA ESCOLA?

MUITO BAIXO

BAIXO

MEDIANO

ALTO

MUITO ALTO



## **ANEXOS**

## **ANEXOS**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:**

#### **Escola municipal EMERITO NESTOR LIMA (AINDA SEM ELEMENTOS PRÉ TEXTUAIS)**

#### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PPP (2ª versão)**

#### **SUMÁRIO (ainda sem indicação das páginas)**

#### **1 ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA: RETRATOS DE UMA IDENTIDADE COMUNITÁRIA**

1.1 PARNAMIRIM: MAIS DO QUE TRAMPOLIM DA VITÓRIA, UMA PONTE PARA O FUTURO

1.2 PASSAGEM DE AREIA: O DESAFIO DE ROMPER FRONTEIRAS E A ARTE E CONSTRUIR LAÇOS

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

#### **2 A CONQUISTA PLENA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CIDADÃ**

2.1 SUBSÍDIOS LEGAIS: A CONQUISTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

## 2.2 RESPONSABILIDADE DAS FAMÍLIAS NO ATO DE EDUCAR

## 2.3 O CONCEITO DE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A AUTÊNTICA FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

### 2.3.1 O Projeto Político-Pedagógico e a construção da identidade da comunidade escolar

### 2.3.2 Princípios norteadores: autonomia e dialogicidade

## 3 OPERADORES CONCEITUAIS: O ATO DE EDUCAR E OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO

### 3.1 EDUCAÇÃO: A ALIANÇA ENTRE O *EDUCAR* E O *CUIDAR*

### 3.2 OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO

## 4 JUSTIFICATIVA

## 5 EDUCAÇÃO BÁSICA: FINALIDADES E ORGANIZAÇÃO – essa parte já foi discutida

### 5.1 A EDUCAÇÃO BÁSICA E SEU DISCIPLINAMENTO

#### 5.1.1 Finalidades da Educação Básica

#### 5.1.2 Assegurando a formação básica comum: padrões curriculares mínimos

## 1 ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA: RETRATOS DE UMA IDENTIDADE COMUNITÁRIA

O Projeto Político-Pedagógico é a própria *identidade* da escola. *Identidade* compreendida não apenas como *documento*, mas principalmente como a própria *imagem multifacetada* da instituição. O Projeto é, por excelência, um discurso prospectivo, orientado ao futuro, à missão de realizar *mais e melhor* na promoção da educação pública.

Porém, ao mesmo tempo, implica *desvelar* os rostos de todos os sujeitos que dão vida à escola – alunos, pais, funcionários da escola e a comunidade como um todo. Implica, também, reconhecer que muitos desses rostos trazem cicatrizes de uma vida marcada por sofrimento de diferentes ordens – violência, violação de direitos, estigma social, entre outros. Implica, em última análise, compreender que o sofrimento expresso nos olhares desses sujeitos não é maior do que a esperança, do que a fé na humanidade, sementes de um futuro melhor, quando as injustiças serão combatidas pelas crianças e jovens a quem ensinamos hoje. Lembrando uma frase inspirada do cineasta estadunidense Clint Eastwood, “todo mundo fala como deixar um planeta melhor para nossos filhos; na verdade, deveríamos deixar filhos melhores para nosso planeta”.

Destarte, a Escola Municipal Emérito Nestor Lima adota, como ponto de partida para a construção do seu Projeto Político-Pedagógico, a articulação da sua história, da sua identidade e do seu devir aos processos formativos construtores da comunidade em que se insere, evidenciados nas dinâmicas que construíram a cidade de Parnamirim e o bairro de Passagem de Areia, as quais trazem consigo a chave para a compreensão das relações intersubjetivas que atravessam o cotidiano escolar, entrelaçadas numa comunidade cujas raízes se espalham por um território múltiplo de afetos. O resgate dessa história sinaliza para o caráter vivo, dinâmico de nossa identidade, do que resulta a *provisoriedade* deste documento. Mais ainda, esse caráter revela como nossos organismos se afetam uns aos outros, em processo mediante o qual nossa escola realiza, positiva ou negativamente, trocas com espaços para além de seus muros. Positivar mais as relações:

eis o desafio.

## **2 A CONQUISTA PLENA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA CIDADÃ**

### **2.1 SUBSÍDIOS LEGAIS: A CONQUISTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) expressou a emergência de um novo olhar compreensivo quanto ao direito à educação no Brasil. Embora todas as Cartas Magnas promulgadas ao longo da nossa história tenham versado sobre a matéria educacional, a compreensão acerca desse direito era restrita, porquanto reduzido também o conceito de cidadania. Em ruptura, a CF/88, no basilar artigo 5º, afirma a universalidade da cidadania, estatuto sob o qual se encontram todos os homens e mulheres, vedado qualquer tipo de distinção, dado alicerçar-se sobre um construto universal, qual seja, a dignidade humana<sup>1</sup>.

Nesse contexto, o artigo 205 deve ser compreendido como dispositivo constitucional inédito, ao definir “**a educação como direito de todos e dever do Estado e da Família**”, promovida em colaboração com a sociedade. A partir da Carta Magna de 1988, o Estado brasileiro foi responsabilizado a saldar dívida social histórica: estender a oferta de ensino a todos, independentemente de idade, etnia, cor, gênero, crença.

---

<sup>1</sup> Cf. PUCCINELLI JÚNIOR, 2014, p. 211.

Competiu à Lei 9.394, de 1996, conhecida como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), disciplinar a matéria educacional em nosso país. Ratificando o compromisso constitucional, a LDB reafirma o dever do Estado na universalização do direito à educação, por meio da garantia de **educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, organizada sob a forma de pré-escola, ensino fundamental e ensino médio**<sup>2</sup> (art. 4º, inciso I). Até 2009, apenas o ensino fundamental tinha essa previsão obrigatória na Constituição. Com a *Emenda Constitucional nº 59*, de 11 de novembro de 2009, todas essas etapas foram elevadas à categoria de responsabilidade inalienável do poder público, podendo qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída exigir o cumprimento do dever do Estado e das famílias quanto ao ato de educar.

Em seu escopo, a LDB detalha a abrangência da responsabilidade do Estado na promoção do direito à educação, o que pode ser compreendido principalmente na leitura do artigo 4º da lei, do qual extraímos assertivas diretamente relacionadas à nossa realidade<sup>3</sup>:

### **3 OPERADORES CONCEITUAIS: O ATO DE EDUCAR E OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO**

#### **3.1 EDUCAÇÃO: A ALIANÇA ENTRE O EDUCAR E O CUIDAR**

A educação é um processo interveniente em todas as relações

---

<sup>2</sup> BRASIL, 2014, p.10.

<sup>3</sup> Cf. BRASIL, 2014, p.10.

humanas. Tal afirmativa, longe de significar um exagero, resgata a visão de que o humano, por constituir-se como um ser inacabado, sempre está envolvido num percurso formativo que o lança à aprendizagem de novos saberes e à construção de outros horizontes societários possíveis. Por ser condição indispensável à vida em sociedade, em todo instante o humano se coloca numa posição de *encontro* com os outros, agindo sobre estes e por eles sendo afetado, numa relação em que as trocas cognitivas e afetivas, constitutivas do aprender, tornam-se inevitáveis. Por tal razão, a LDB não deixa dúvida sobre a amplitude dos espaços formativos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.<sup>4</sup>

Nesse sentido, nos últimos anos, os discursos emergentes no âmbito da articulação de políticas públicas quanto à matéria educacional têm sido caracterizados por uma visão mais holística, integralizada de educação. As DCN, influenciadas por esse movimento, articulam à noção de *educar* o ato de *cuidar*:

Cuidar e educar significam compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. [...] Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com

---

<sup>4</sup> BRASIL, 2014, p.9.

criaturas tão imprevisíveis quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia de relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da afirmação humana plena.<sup>5</sup>

Diante de uma exposição tão clara a respeito da indissociabilidade entre os atos de *educar* e *cuidar*, resta-nos, para evitar redundâncias, afirmar nosso compromisso com essa perspectiva, acrescentando um aspecto tão importante quanto: a **educação integral**. Infelizmente, a integralidade em educação tem se tornado um conceito esvaziado, repetido num discurso reducionista que o percebe apenas como uma escolarização de tempo diurno inteiro. Muito mais que isso, a educação integral envolve a pluridimensionalidade da existência humana, na comunhão entre temporalidades e territorialidades diversas. Sob essa perspectiva, no processo formativo, devem ser convocadas todas as experiências que o aluno leva consigo para a escola, bem como aquelas construídas na comunidade escolar com todos os sujeitos que dela fazem parte, rompendo com a visão fragmentária de aprendizagem como processo exclusivo à vivência em sala de aula, nas ações unilaterais conduzidas pelos professores.


Cumpre, também, ressaltar a responsabilidade compartilhada na experiência de formação humana como um dos elementos participantes dessa integralidade. À escola não cabe apenas o cuidado do aluno dentro

---

<sup>5</sup> BRASIL, 2013a, pp.17-18.

dos muros escolares: ela deve agir para a articulação e integralidade de toda a rede de políticas públicas voltadas à

## **TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ASSINADO PELA DIRETORA PEDAGÓGICA.**

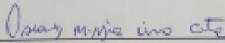


**ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA**  
Rua: Luíza Mª da Conceição Santiago, S/N,  
Bairro: Passagem de Areia, Parnamirim/RN  
Telefone: 84 981372234

Eu Oseany Mikezya Lino Costa abaixo assinado, gestora da Escola Municipal EMERITO NESTOR LIMA, autorizo o estudo A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA, a ser conduzido pelo pesquisador a baixo relacionado. Fui informada pelo responsável pelo estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Está instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante da presente pesquisa e de seu compromisso no resguardo e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Parnamirim-RN 20 de julho de 2020



Oseany Mikezya Lino Costa  
Diretora  
Mat.:14170

**ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA**  
CNPJ: 11.120.978/0001-14  
IMEP: 24098205  
Rua Luíza Mª da Conceição Santiago, S/N  
Passagem de Areia - Parnamirim/RN  
Tel: (84) 981372234



# UNIVERSIDAD DEL SOL

Creada por Ley N° 4283  
Aprobada por el Consejo de Universidades por Resolución N° 102010

**LEGALIZADO  
M.E.C.**

## DIRECCION DE POSTGRADO

### MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

ACTA N° 198/2025

#### DEFENSA DE TESIS

En la Ciudad de Asunción, Capital de la República del Paraguay a los 29 días del mes de marzo del año dos mil veinticinco, en la UNIVERSIDAD DEL SOL, sito en la calle Francisco Daguio N° 462, se reúne El Tribunal encargado de juzgar la Defensa de Tesis de Maestría en Ciencias de la Educación.

Almance **AFONSO RIBEIRO DAMASCENO NETO** (con Documento de Identidad N° 035.512.914-58) se presenta con el propósito de cumplir con el requisito de Presentación y Sustentación de Tesis para el otorgamiento del Título de Magister en Ciencias de la Educación.

El título de la Tesis es: "A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA, PARNAMIRIM-RN NO ANO DE 2020", y ha sido dirigido por la Tutora Prof. Dra. Emigdia Garcia Ferreira dentro del Programa de Maestría en Ciencias de la Educación.

El Tribunal Examinador ha sido designado por el Consejo Superior Universitario de la Universidad del Sol en fecha: 21/03/2025, y está integrado por los siguientes profesionales:

**Presidente:** Dr. Osvaldo Arsenio Villalba  
**Miembros:** Dr. Eladio Alcides Cardoso  
Dra. Shirley Vallejos de Ibars

Una vez realizado el Acto de Defensa de la Tesis, El Tribunal Examinador emite el siguiente **RESULTADO - CALIFICACION:**

**AFONSO RIBEIRO DAMASCENO NETO** Calificación: 4 (Cuatro) T.P.: 83 puntos

En fe de lo documentado en la presente Acta, los miembros de la Mesa Examinadora firman al pie de la misma en 3 (tres) copias de un mismo tenor y a un solo efecto.

  
Dr. Eladio Alcides Cardoso

  
Dr. Osvaldo Arsenio Villalba

  
Dra. Shirley Vallejos de Ibars

Refrenda esta Acta:

  
M.Sc. Blas Javier Botela Acuña  
Secretario General

Sobresuflente 3 Copias  
Scalable 4 Copias  
Aprobado 1 Tira  
Año 2 Días  
Reprobado 1 Una

Sede Central - Asunción - Paraguay: Francisco Daguio N° 462 (en la Proyección entre 14 de Mayo y Alameda)  
Teléfono: (021) 571-271 www.unsol.edu.py Email: secretaria@unsol@unad.edu.py



# UNIVERSIDAD DEL SOL

Creada por Ley Nº 4283  
Aprobada por el Consejo de Universidades por Resolución Nº 102010

**LEGALIZADO  
M.E.C.**

UNIVERSIDAD DEL SOL  
CALLE DEL SOL Nº 1000, PARANAMIRIM - RN

DIRECCION DE POST GRADO

MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**"A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A PERCEÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA, PARANAMIRIM-RN NO ANO DE 2020"**

AFONSO RIBEIRO DAMASCENO NETO

Orientadora:  
Prof. Dra. Emigênia Garcia Ferreira

Calificación Nº 4 Letras (Cuatro)

T.P.: 93 puntos

Aprobado en: 28/03/2025

MIEMBROS MESA EXAMINADORA:

  
Dr. Eladio Alcides Cardozo




  
Dr. Osvaldo Antonio Villalba

  
Dra. Shirley Vallejos de Ibarra

Refrenda esta Acta:



  
M.Sc. Blas Javier Hostenche Acuña  
Secretario General

Asunción, Paraguay

Sede Central – Asunción – Paraguay: Francisco Díaz Nº 482 (en las Prolongadas) entre 14 de mayo y Abasco.  
Teléfono: (597) 271-371      www.unsol.edu.py      Email: secretaria@unsol.edu.py




**UNIVERSIDAD DEL SOL**  
Creada por Ley Nº 4263  
Aprobada por el Consejo de Universidades por Resolución Nº 10/2010

### CONSTANCIA

La **Secretaría General de la Universidad del Sol - UNADES** hace constar que la **Prof. Dra. EMIGDIA GARCÍA FERREIRA** con Documento de Identidad Nº **1.294.331**, de nacionalidad paraguaya, se desempeña como Tutora de Tesis dentro del Programa de Maestría en Ciencias de la Educación del alumno **AFONSO RIBEIRO DAMASCENO NETO** con Documento de Identidad Nº **035.522.914-58**.

Se expide la presente constancia, a pedido de la parte interesada, para los fines que hubiere lugar, a los 15 días del mes de diciembre del año dos mil veinticinco.



  
**M.Sc. Blas Javier Rotela Acuña**  
Secretario General



**UNIVERSIDAD DEL SOL**  
Creada por Ley Nº 4263  
Aprobada por el Consejo de Universidades por Resolución Nº 10/2010

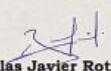
### UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES PARAGUAY

### CONSTANCIA

Conste que el alumno **AFONSO RIBEIRO DAMASCENO NETO** con RG Nº **035.522.914-58**, de nacionalidad brasileña, ha concluido el Plan de Estudios del Programa de Post Grado Maestría en Ciencias de la Educación de la Universidad del Sol. Las disciplinas fueron impartidas desde el 21 de enero del año 2022 al 29 de marzo de 2025. Todas las clases fueron realizadas en forma presencial.

Se expide la presente constancia, a pedido de la parte interesada, para los fines que hubiere lugar, a los 29 días del mes de octubre del año dos mil veinticinco.



  
**M.Sc. Blas Javier Rotela Acuña**  
Secretario General

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agradecimentos, 10

Apêndice, 188

Atendimento especializado,

19

Autonomia, 21, 59

Avaliação, 12, 15, 80, 104, 132

### B

Base Nacional Comum

Curricular (BNCC), 16, 19, 20

### C

Cidadania, 80, 92, 170

Comunidade escolar, 12, 21,

22, 59, 60, 64, 80, 105

Conclusão, 17, 170

Conselho Nacional de

Educação, 20

Constituição de 1988, 21

Currículo, 80, 92, 104

### D

Dedicatória, 9

Democratização, 21

Diretrizes Curriculares

Nacionais (DCN), 16, 80

Direitos autorais, 5, 6, 8, 26

## **E**

**Educação básica, 16, 19, 79,**

**92, 177**

**Educação de Jovens e**

**Adultos (EJA), 16, 107, 108,**

**189**

**Educação especial, 108**

**Educação inclusiva, 19, 107**

**Ensino fundamental, 12, 79,**

**108, 132, 189**

**Estatuto da Criança e do**

**Adolescente (ECA), 16, 114,**

**177**

## **F**

**Família, 9, 10, 79**

**Fundo Nacional de**

**Desenvolvimento da**

**Educação Básica (FUNDEB),**

**16, 19, 177**

## **G**

**Gestão democrática, 12, 16,**

**21, 92, 108**

**Gráficos, lista de, 15**

## **I**

**Identidade escolar, 59, 104**

**Índice remissivo, 17, 206**

**Introdução, 17, 18, 19**

**L**

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),** 12, 16, 21, 22, 79, 92, 177

**M**

**Marco conceitual,** 59

**Marco legal,** 92

**Metodologia,** 104, 132

**P**

**Parnamirim-RN,** 1, 3, 4, 12, 107, 170

**Pesquisa, delimitação da,** 26

**Plano Municipal de Educação (PME),** 16, 98

**Plano Nacional de Educação (PNE),** 16, 19

**Políticas públicas,** 12, 92, 104

**Projeto Político-Pedagógico (PPP),** 12, 16, 21, 59, 80, 104, 107, 108, 170

**Q**

**Questionário,** 12, 26, 132, 170, 188

**R**

**Referências bibliográficas,** 17, 183

**Resumo,** 12

**S**

**Sumário, 17**

**V**

**Valores, 60, 92, 98, 104, 105**

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA  
ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA, PARNAMIRIM-RN NO  
ANO DE 2020**

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.  
São Paulo- SP.  
Telefone: +55(11) 5107- 0941  
<https://periodicorease.pro.br>  
[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA  
A INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A PERCEPÇÃO ENTRE TEORIA E  
PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL EMÉRITO NESTOR LIMA,  
PARNAMIRIM-RN NO ANO DE 2020**

